



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS
NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, POLÍTICA E SOCIEDADE

SÉRGIO LUIZ WINKERT

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA DA CULTURA EM FOZ DO IGUAÇU:
ESTUDO DE CASO DO PONTO DE CULTURA MARACATU ALVORADA NOVA**

FOZ DO IGUAÇU - PR
2018

SERGIO LUIZ WINKERT

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA DA CULTURA EM FOZ DO IGUAÇU:
ESTUDO DE CASO DO PONTO DE CULTURA MARACATU ALVORADA NOVA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado – área de concentração Sociedade, Cultura e Fronteiras, Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.
Orientador: Prof. Dr. Fernando José Martins

**FOZ DO IGUAÇU - PR
2018**

SERGIO LUIZ WINKERT

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA DA CULTURA EM FOZ DO IGUAÇU:
ESTUDO DE CASO DO PONTO DE CULTURA MARACATU ALVORADA NOVA**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Panhoca
Universidade Federal do Paraná – UFPR
Membro Efetivo (convidado)

Prof.^a. Dr.^a. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Membro Efetivo (da Instituição)

Prof. Dr. Fernando José Martins
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Orientador

Foz do Iguaçu, 30 de Agosto de 2018.

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Winkert, Sergio Luiz

Economia solidária e economia da cultura em Foz do Iguaçu : estudo de caso do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova / Sergio Luiz Winkert; orientador(a), Fernando José Martins, 2018.
127 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2018.

I. Economia solidária. 2. Maracatu. 3. Economia da cultura. 4. Cooperativismo. I. Martins, Fernando José. II. Título.

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Wesley Fabricio Winkert e Mikaela Fernanda Winkert, que são a luz em minha vida e a motivação de todo esforço e vontade de aprender mais...

À minha saudosa vovó Alice de Lara Winkert, saudades e agradecimento pelos bons momentos de conversa e incentivo...

À Janaina Priscila Winkert minha esposa amada e mãe zelosa dos meus filhos, por momentos difíceis que passamos juntos e por bons momentos que juntos iremos viver...

Ao Prof. Dr. Fernando José Martins que esteve sempre à disposição e não mediu esforços em me orientar, mas principalmente acreditou no meu potencial...

Ao grande mestre Edinei Alison Capelari, batuqueiro de respeito pela disponibilidade e confiança...

Aos meus pais Silvio Winkert e Alzira Winkert por tudo que já fizeram por mim durante minha vida...

E a todos os membros do Grupo de Maracatu Alvorada Nova pela oportunidade de mostrar o orgulho que me transmitem e continuamos na luta pela cultura...

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares e amigos que sempre me deram apoio e transmitiram a confiança que eu precisava...

Ao Prof. Dr. Fernando José Martins que mostrou ser mais amigo na hora que eu precisava e foi orientador competente quando também precisei...

À Prof^a Dr^a Denise Rosana da Silva Moraes pessoa valorosa que conheci nesta jornada do mestrado e que quero ter como uma amiga pra vida...

Ao Prof. Luiz Panhoca companheiro e sempre disposto amigo...

Ao Prof. Ms. Hayrton Francis Ximenes de Andrade meu parceiro fiel que me acompanha deste o início nesta viagem com este fenômeno chamado economia solidária e continuamos a batalha...

Ao Prof. Dr. Claudio Alexandre de Souza pelo incentivo e dicas constantes...

Aos professores Amarildo Jorge da Silva, Ana Solange Biesek, Silvano Antônio Mallmann, Aurelinda Lopes Barreto, Rosislene Fontana, Lara Luciana Leal Seixas pelo apoio...

Aos amigos Programa de Sociedade, Cultura e Fronteiras... Aos professores pela gentileza em nos ensinar... Às assistentes e colegas de trabalho Vania Maria da Costa Valle e Fátima Ruiz de Oliva pela competência de sempre... Aos meus colegas de mestrado em nome da minha amiga especial Ana Paula P. C. Patruni pelo companheirismo...

Aos demais professores e outros companheiros de universidade que sempre incentivaram e deram apoio...

Agradeço e peço desculpas se alguém não se sentiu contemplado, tenha certeza que seu apoio será lembrado, onde a memória falha o coração compensa...

Finalizando mas em primeiro lugar agradeço a Deus sem ele nada existe e nem estaria aqui neste momento lindo da minha vida...

Epígrafe

“As decisões do grupo são coletivas e os compromissos também”... Autogestão.

Maracatu não é feito de uma só batida, o baque é coletivo...
Cooperação.

Não é porque você toca o Gonguê que não deve se preocupar com o Tambor do colega... Solidariedade.

São importantes, mas seria tão bom se não fossem necessárias... “Ações Econômicas.”

Sérgio Winkert

“Se você não sabe aonde quer chegar, nenhum vento lhe é favorável.”

Sêneca

WINKERT, Sérgio Luiz. **Economia solidária e economia da cultura em Foz do Iguaçu: estudo de caso do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova**. 2018. 127 fls. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu.

RESUMO

O modo de produção capitalista diante de toda sua complexidade representa um sistema econômico que incentiva a competitividade e promove a desigualdade. Os trabalhadores enfrentam mudanças nas relações trabalhistas ou até mesmo a extinção destas, visto uma diminuição dos postos de trabalho devido a III Revolução Industrial ou a própria precarização do trabalho. Neste contexto, elementos como a cooperação, a solidariedade por meio da autogestão e a ação econômica, princípios da economia solidária, surgem como oportunidades de trabalho e renda. A pesquisa tem como eixo principal os fundamentos da Economia Solidária (ECOSOL) e sua importância no desenvolvimento da Economia da Cultura em Foz do Iguaçu. Para isso se escolheu como objeto de estudo o Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova, o primeiro Maracatu de Foz do Iguaçu. Por meio de uma pesquisa exploratória, bibliográfica, documental e estudo de campo. Será apresentado no formato de estudo de caso uma contextualização histórica da origem e o processo evolutivo do Grupo de Maracatu. Desta forma se verificará a importância ou relevância da aplicação dos princípios da ECOSOL na evolução organizativa desta iniciativa cultural, bem como as relações e articulações utilizadas para o fortalecimento deste empreendimento solidário.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária, Maracatu, Economia da Cultura, Cooperativismo.

ABSTRACT

The capitalist mode of production in the face of all its complexity represents an economic system that encourages competitiveness and promotes inequality. The workers face changes in labor relations or even the extinction of these, as a decrease in jobs due to the Industrial Revolution III or the precariousness of labor itself. In this context, elements such as cooperation, solidarity through self-management and economic action, principles of solidarity economy, arise as opportunities for work and income. The research has as its main axis the foundations of Solidarity Economy (ECOSOL) and its importance in the development of the Culture Economy in Foz do Iguaçu. For this, Maracatu Alvorada Nova, the first Maracatu of Foz do Iguaçu, was chosen as the object of study. Through an exploratory, bibliographical, documentary and field study research. A historical contextualization of the origin and the evolutionary process of the Maracatu Group will be presented in the case study format. This will verify the importance or relevance of applying the ECOSOL principles to the organizational evolution of this cultural initiative, as well as the relationships and articulations used to strengthen this solidarity enterprise.

KEYWORDS: Solidary Economy, Maracatu, Cultural Economy, Cooperativism.

RESUMEN

El modo de producción capitalista ante toda su complejidad, representa un sistema económico que incentiva la competitividad y promueve la desigualdad. Los trabajadores enfrenta cambios en las relaciones laborales o incluso la extinción de éstas, visto una disminución de los puestos de trabajo debido a la III Revolución Industrial o la propia precarización del trabajo. En este contexto, elementos como la cooperación, la solidaridad por medio de la autogestión y la acción económica, principios de la economía solidaria, surgen como oportunidades de trabajo y renta. La investigación tiene como eje principal los fundamentos de la Economía Solidaria (ECOSOL) y su importancia en el desarrollo de la Economía de la Cultura en Foz do Iguaçu. Para ello se eligió como objeto de estudio el Punto de Cultura Maracatu Alvorada Nova, el primer Maracatu de Foz do Iguaçu. Por medio de una investigación exploratoria, bibliográfica, documental y estudio de campo. Se presentará en el formato de estudio de caso una contextualización histórica del origen y el proceso evolutivo del Grupo de Maracatu. De esta forma se verificará la importancia o relevancia de la aplicación de los principios de la ECOSOL en la evolución organizativa de esta iniciativa cultural, así como las relaciones y articulaciones utilizadas para el fortalecimiento de este emprendimiento solidario.

PALABRAS CLAVE: Economía Solidaria, Maracatu, Economía de la Cultura, Cooperativismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICO

Figura 1 – O Campo da Economia Solidária no Brasil	71
Figura 2 - Organização do FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária.....	84
Figura 3 - Maracatu Sementes de Angola	100
Figura 4 – Maracatu Alvorada Nova.....	102
Figura 5 – Maracatu Nação Porto Rico	104
Gráfico 1 – Grupos de Maracatu fora de Pernambuco por Região.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro comparativo	55
Quadro 2 - Organizações Representativas e Movimentos Sociais.....	76
Quadro 3 - Passos e Orientações para uma Rede de Colaboração Solidária.....	78
Quadro 4 - Bandeiras Prioritárias da IV Plenária Nacional de Economia Solidária ...	85
Quadro 5 - Características das Políticas Públicas de Economia Solidária	89
Quadro 6 - Dimensões da Economia Solidária	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABICRED	Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimento Econômico Solidário
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCRAB	Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia
CPA	Cooperativas de Produção Agropecuária
CRIDA	Centre de Recherche e d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
EAF	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento
ECOSOL	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FMS	Fórum Mundial Social
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
INDIOS	Incubadora de Direitos Institucionais e Organizações Solidárias
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MinC	Ministério da Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONESC	Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo

ONG	Organização da Sociedade Civil
PAC	Projeto Alternativo Comunitário
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PNES	Plenária Nacional de Economia Solidária
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
Rede ITCPs	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SCJS	Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 - ECONOMIA SOLIDARIA: HISTÓRIA, CONCEITOS E PRINCIPIOS.....	23
1.1 - DOS CONCEITOS, CONTRAPONTO E SOLIDARIEDADE.....	27
1.2 ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNDO: LUTA OPERÁRIA E INÍCIO DO COOPERATIVISMO.....	31
1.3 ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: PARTICIPAÇÃO FUNDAMENTAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	37
1.3.1 Outros movimentos sociais da economia solidária.....	41
1.4 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERAÇÃO, AUTOGESTÃO, AÇÃO ECONÔMICA E SOLIDARIEDADE.....	55
1.4.1 Economia solidária na perspectiva da Cooperação.....	57
1.4.2 Economia Solidária na perspectiva da Autogestão.....	58
1.4.3 Economia Solidária na perspectiva da Ação Econômica.....	60
1.4.4 Economia Solidária na perspectiva da Solidariedade.....	61
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRESSUPOSTOS DE UM CAMPO DE ATUAÇÃO E SUA INTERFASE COM A CULTURA.....	66
2.1 ESTRUTURA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: QUE SÃO? QUEM SOMOS?.....	68
2.1.1 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES.....	71
2.1.2 Instâncias de Apoio e Fomento.....	75
2.1.3 Ligas ou Uniões de Empreendimentos Econômicos Solidários.....	76
2.1.4 Fóruns, Redes e Frentes.....	77
2.1.5 Instância de Políticas Públicas de Economia Solidária.....	80
2.2 DIMENSÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	90
2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA DA CULTURA.....	93
3 PONTO DE CULTURA MARACATU ALVORADA NOVA.....	97
3.1 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO.....	97
3.1.1 Um Grupo de Maracatu em Foz do Iguaçu.....	99
3.1.2 Conhecendo o Grupo de Maracatu.....	102

3.1.3 Foz do Iguaçu cidade de cultura e diversidade.....	106
3.2 OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GRUPO DE MARACATU.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA DA CULTURA.....	115
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICE A – CERTIFICADO DE PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO.....	126
APÊNDICE B – FICHA TÉCNICA.....	127

INTRODUÇÃO

A intensidade dos debates na literatura científica atual a respeito de crises econômicas e/ou de valores da sociedade, aliados às tecnologias aplicadas ao cotidiano refletem diretamente na relação entre empreendimentos, empregadores e trabalhadores. O que resulta em inquietações, sobretudo numa visível perplexidade de grande número de cidadãos, diante de um sentimento de desesperança e inutilidade comumente mostrado pelos meios de comunicação, situação que perpassa frente a uma economia competitiva, individualista e impiedosa. Nesta realidade se buscam alternativas de relações econômicas e sociais que possam diminuir os impactos desta estrutura capitalista imposta.

As iniciativas voltadas à economia solidária surgem como opções mediante este cenário, em Foz do Iguaçu se pode identificar representações em diversas áreas com diferentes níveis de atuação, no entanto, não foi localizado estudos sobre a utilização de suas ferramentas ou a importância delas no desenvolvimento dos empreendimentos solidários. Sequer existe o registro destes grupos, não se conhece de que forma esses coletivos de economia solidária se organizam, nem como são suas articulações, os atores envolvidos e a relevância destes para a dinâmica econômica e social do município.

Esta pesquisa teve como foco principal a Economia Solidária (ECOSOL) no território de Foz do Iguaçu, para isso se tomou como objeto de estudo uma iniciativa cultural autônoma, o Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova. A investigação se concentra na verificação da aplicação dos fundamentos da economia solidária num empreendimento solidário cultural. Por ser uma iniciativa na área da cultura, caracterizada por enorme potencial criativo, é importante apresentar o histórico de como surgiu o grupo, as articulações com as instituições de apoio e governança e suas peculiaridades. São questões que contribuem na formatação da pergunta que motiva essa pesquisa. Qual a importância e de que forma a aplicação dos princípios da ECOSOL ocorrem neste empreendimento, bem como sua contribuição na constituição do Grupo de Maracatu Alvorada Nova.

Este objeto incita a metodologia de pesquisa de cunho exploratório, buscando fundamentos conceituais, princípios, dimensões e estrutura da economia solidária, para isso foi realizado um breve levantamento histórico, desde as primeiras lutas por

direitos dos operários frente à exploração das indústrias durante a revolução industrial, movimentos que deram origem às iniciativas que foram caracterizadas como economia social, passando por um debate conceitual que fundamenta até a atribuição do termo economia solidária. Ainda como metodologia se buscou na pesquisa bibliográfica e documental, bem como na experiência do autor desta pesquisa em grupos e iniciativas de ECOSOL. Essas informações foram coletadas durante a participação deste autor em extensão universitária, participação em eventos, cursos de formação em economia solidária, economia da cultura e economia criativa, por meio do método-observacional que segundo Gil (2008, p. 16) “é um dos mais utilizados nas ciências sociais”, por ser considerado o mais primitivo também é visto como o mais impreciso.

Por outro lado este mesmo autor afirma que “pode ser tido como um do mais moderno visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais”, uma vez que esta pesquisa perpassa pela interdisciplinaridade. A contribuição deste método pode ser comprovada nos relatórios dos bolsistas, nas atas das reuniões de acompanhamento do grupo, bem como na coleta empírica, resultado das anotações realizadas por meio da observação e prática nas ações direcionadas e participações junto ao grupo objeto desta pesquisa. Durante a incubação do Grupo de Maracatu foram utilizados cadernos de campo pela equipe da incubadora, para registrar os eventos realizados e a inserção das atividades do grupo na vida cultural do município de Foz do Iguaçu.

Esses registros anteriores servem de suporte metodológico para a pesquisa aplicada, conforme Gil (2008, p. 58) o “estudo de caso pode, pois, ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias quanto descritivas e explicativas”. Além do caráter metodológico os registros tinham como objetivo documentar as participações do Grupo de Maracatu e identificar a receptividade da comunidade com uma manifestação cultural típica do nordeste brasileiro na região sul.

O estudo de caso mesmo com preconceitos referente a este método, como Yan (2001, 28-30) indica: falta de rigor metodológico, dificuldade de generalização e excesso de tempo para realizar a pesquisa. Esta investigação considera o mais adequado, por ser definido como “estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de

evidência” (YAN, 2005, P. 32). A experiência do autor que acompanhou todo o processo de incubação social do grupo como empreendimento de economia solidária e a colaboração dos membros do grupo durante os registros da incubação contribuíram com a pesquisa, principalmente nos relatos que se referem às ferramentas da economia solidária.

Foz do Iguaçu por estar localizada numa região de fronteira, conta com características próprias nas relações econômicas e nas diversidades culturais existentes, detentora de uma vocação natural para o turismo, com atrativos naturais e construídos pelo homem, sua posição geográfica é estratégica localizada numa fronteira tri-nacional (Brasil, Argentina e Paraguai), geram características próprias que influem diretamente no desenvolvimento individual e coletivo dos membros de um grupo. Fato que justifica o interesse neste território para realização desta pesquisa, além de verificar a aplicação dos princípios da ECOSOL na organização do Grupo de Maracatu, verificar as articulações, experiências e importância que uma iniciativa de economia solidária atuante na área da cultura pode representar para a dinâmica econômica do município e de uma comunidade.

Uma região de tríplice fronteira gera relações de trabalho peculiares, no aspecto da cultura as fronteiras podem não ser identificadas tão facilmente devido às semelhanças culturais, sendo possível haver um movimento cultural internacional que se preocupe com as raízes culturais da região de fronteira e sua inter-relação. Nesta situação de fronteiras internacionais, a prática cultural vai além dos limites geográficos sendo comum a ocorrência de manifestações culturais entre países, o Grupo de Maracatu Alvorada Nova comumente é convidado a se apresentar na Argentina ou no Paraguai, promovendo uma verdadeira integração cultural além das fronteiras.

Essa integração cultural internacional suscita uma ampla pesquisa, sobretudo abrangendo a utilização dos princípios da economia solidária nestas relações, a fim de registrar esse fenômeno. Durante o início desta pesquisa já se verificou que Foz do Iguaçu o fenômeno economia solidária não é conhecido ou divulgado entre os empreendimentos, mesmo que utilizem os princípios desta, não existe nenhuma política pública ou qualquer programa do poder público municipal direcionado aos empreendimentos solidários, a representação da existência destes empreendimentos solidários se resume em projetos das instituições de apoio como

as universidades, algumas cooperativas e associações e iniciativas populares. No entanto, a questão que robusteceu o interesse nessa investigação é a possível existência de um movimento na área da cultura de iniciativas autônomas em Foz do Iguaçu, como objeto de estudo desta pesquisa o Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova.

O Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova, como o grupo prefere ser identificado no momento, representa o vigor cultural e anseio por cultura da comunidade, uma demanda que pode encontrar subsídios suficientes na economia solidária para o surgimento de um movimento que divulgue manifestações culturais locais e de outras regiões do Brasil em Foz do Iguaçu.

Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social (TURINO, 2010, p. 24).

O Grupo Maracatu em Foz do Iguaçu como ponto de cultura representa o potencial existente de manifestações culturais, um movimento ou propagação atuante que avança a cada ano e assume um papel importante na área da cultura, além de proporcionar uma alternativa econômica que dá suporte às atividades do grupo, por meio da geração de trabalho e renda para membros da comunidade num formato coletivo, tem encorajado “uma ação que desenvolva e fortaleça competências do sujeito (coletivo e individual), o reencontro com as pessoas e a sua capacidade de agir enquanto agentes históricos” (TURINO, 2010, p.24).

A escolha de Foz do Iguaçu como território de estudo além da peculiar situação geográfica, também chama a atenção à força histórica da economia popular na formação da cidade por meio dos seus ciclos econômicos, o que pode justificar a inquietação existente diante da grande parcela de atividades econômicas laborativas que se refugiam na informalidade, inclusive na área da cultura, o que justifica a escolha de um empreendimento solidário cultural como objeto de estudo.

Assim, não será visto apenas como um movimento de contraponto ao sistema econômico dominante, uma vez que não segue totalmente às regras econômicas impostas, mas poderá legitimar a relação entre as iniciativas culturais, fortalecer a solidariedade, a cooperação que circunda suas ações e com isso contribui para criar um novo cenário para a cultura na região.

A economia solidária está presente na região sendo representada em várias iniciativas econômico-solidárias, porém o foco do estudo é conhecer a experiência de um empreendimento que trabalha essencialmente a cultura e sua relevância na comunidade local.

Laville e Gaiger (2003, p.167) explicam que “a economia solidária é mais rica do que a sua face conhecida, o que torna fundamental ampliar e aprofundar a sua apreensão, para melhor conceituá-la e avaliar suas potencialidades”. Para melhor compreensão este estudo está disposto em três capítulos desta forma definidos: o primeiro capítulo caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica e documental que teve início numa revisão de literatura, com a finalidade de apresentar a economia solidária segundo sua etimologia, história, conceitos e princípios, focando na solidariedade como um dos fundamentos necessários para concretização do fenômeno. Este capítulo de forma breve apresenta a origem, fundamentos teóricos, registros históricos e experiências em economia solidária. Inicialmente na Europa focando na Inglaterra conforme estudos de Singer (2002) e, as iniciativas na França contemplando os idealistas, chamados socialistas utópicos. Na sequência, o histórico das primeiras iniciativas que oficializaram a origem da ECOSOL no Brasil, traçando este histórico de conquistas desde o I Fórum Mundial Social até a aprovação do Projeto de Lei nº 4565/2012, que cria o Sistema Nacional de Economia Solidária, bem como, a participação dos movimentos sociais.

No capítulo dois, distingue a estrutura organizacional da economia solidária, reivindicações, mobilizações, as lutas dos movimentos sociais de ECOSOL e as suas possibilidades de fortalecimento de uma política pública de economia solidária, apresenta a sua estrutura e dimensões.

O capítulo final apresenta o objeto de estudo desta pesquisa, o Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova, inicialmente se apresenta o processo histórico desde a origem do grupo até a situação atual e peculiaridades, atores, articulações ocorridas e perspectivas da iniciativa em relação ao trabalho de preservação da cultura brasileira e a inserção no mercado cultural no município de Foz do Iguaçu e região de Fronteira. Na sequência se caracteriza o Maracatu sua origem, organização, tipologia e princípios deste patrimônio de cultural imaterial.

A área cultural sofre com a carência de políticas públicas de cultura, geralmente são precárias não atendendo as necessidades da população. As poucas

iniciativas ficam a cargo dos membros da comunidade que se organizam e promovem ações culturais. Esta pesquisa registra esse histórico do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Novo e com isso, traz à luz a relação entre a economia solidária e iniciativas culturais, como fortalecimento da preservação das manifestações culturais. Assim como incentivar outros grupos a se organizarem por meio de princípios da economia solidária e, proporcionar uma oportunidade de trabalho, renda, inclusão social e despertar o interesse da comunidade para a diversidade cultural da localidade.

Neste contexto, pretende-se identificar a relevância da utilização dos princípios da economia solidária na manutenção econômica e social do grupo, bem como ocupação do seu espaço no mercado cultural e na preservação dessa cultura.

1 - ECONOMIA SOLIDARIA: HISTÓRIA, CONCEITOS E PRINCÍPIOS.

Para entender um fenômeno econômico ou social é preciso tecer alguns parâmetros no estudo, o pesquisador precisa ter o cuidado de não fazer do seu objeto de estudo “um instrumento daquilo que ele quer pensar” (BOURDIEU, 2000, 36), assim, deixa a imparcialidade de uma pesquisa científica e tomar parte do que acredita. O pesquisador pode buscar na origem histórica e social, nos pressupostos teóricos e práticos, verificar como foi construído o conceito e se sofreu transformações. Considerando que em muitas situações não se trata de algo novo, mas transformações sofridas devido a situações econômico-sociais que aparecem numa nova roupagem sobre princípios já conhecidos.

Um dos instrumentos mais poderosos da ruptura é a história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento, quer dizer, do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social (como noções comuns, papel, cultura, velhice, etc., ou os sistemas de classificação) que se realiza no próprio seio do mundo social, no seu conjunto, neste ou naquele campo especializado e, especialmente, no campo das ciências sociais (BORDIEU, 2000, p. 36).

Neste sentido, num primeiro momento pode parecer complexa a definição conceitual de economia solidária, em face da posição que lhe foi atribuída como contraponto ao hegemônico capitalismo, símbolo de competitividade e desigualdade, e ao mesmo tempo sua essência vislumbra a prática da solidariedade e cooperação. Outra forma é a metáfora apresentada por Lechat (2002)¹, a autora se refere à origem do conceito de Economia Solidária comparado à origem do rio Nilo, a qual de fato não surge de uma só nascente, mas é formado por várias fontes.

Ao se deparar com os princípios deste fenômeno da economia, se verifica que sua prática sempre esteve presente na história da humanidade e suas organizações sociais, desde o período Neolítico (Pedra Polida), caracterizado pela produção coletiva, distribuição e troca solidária. O Neolítico trata-se do período onde o ser humano começou a produzir artefatos e cultivar alimentos, chegando a gerar um excedente devido à distribuição de tarefas e produção, bem como o exercício do

¹ Palestra no Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares em 2002.

escambo e troca. O primeiro na economia solidária refere-se à permuta de mercadorias ou serviços, porém sem a utilização de qualquer moeda. A troca como o próprio nome sugere, é o ato de trocar, mas pode ser feito o uso de algum tipo de moeda.

A separação entre a agricultura e o pastoreio permitiu o desenvolvimento das trocas entre as tribos; no início, trocas diretas, e posteriormente, tendo alguns objetos como intermediários (moeda): conchas, sal, peles ou animais (SANDRONI, 1999, p. 491).

O ser humano ao produzir, cultivar, trocar e introduzir uma moeda de troca apresenta práticas existentes na ECOSOL, indícios que a economia solidária esteve e está presente no cotidiano da civilização humana. É prudente conhecer mais sobre o termo Economia Solidária, devido a sua amplitude facilmente é correlacionado a diversas áreas, o que é positivo afinal se trata de uma alternativa de desenvolvimento tanto econômico quanto social. E devido a esta abrangência nas últimas décadas esteve latente em trabalhos científicos referentes ao tema produzidos na academia. Essa atenção especial às produções científicas referentes à economia solidária pode ter sido motivada pelo surgimento de várias crises nas últimas décadas, tanto econômicas quanto de valores humanos, o que pode justificar a busca pela compreensão deste fenômeno. A economia solidária tem o diferencial de tratar o sistema econômico com um olhar mais humano, pressupõe-se então que pode este olhar pode refletir nas ações que enalteçam os valores humanos da sociedade, esquecidos em prol dos valores econômicos e o ganho material.

Para melhor sinalizar, desde a década de 1990, se encontra no Brasil uma vasta literatura com produções científicas no formato de teses, dissertações, livros e artigos que correlacionam economia e a dinâmica do trabalho e trabalhadores, sendo comum se deparar com outros termos utilizados ou relacionados à economia solidária tais como: economia do trabalho, economia popular solidária, socioeconômica solidária, economia plural, economia socialista, socialismo auto gestor, economia de solidariedade, economia da dívida, economia da reciprocidade e mais recente no Brasil surgiram economia criativa e economia colaborativa.

Todos os termos apresentados retratam conceitos em construção, alguns com mais respaldo teórico do que outros, porém sempre diferenciados por áreas ou posicionamentos teóricos. O importante é ressaltar que a maioria refere-se às

formas coletivas de trabalho, cooperação, organização autogestionária, produção, consumo e distribuição de forma solidária, o que leva a uma aproximação teórica e prática do objeto de estudo, podendo em vários momentos serem visualizados estes elementos no cotidiano das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Maracatu Alvorada Nova.

[...] vários autores examinam formas alternativas de geração de trabalho e renda que se multiplicam à margem do mercado do trabalho formal, constituindo o que chamam de economia popular ou economia do trabalho, e, dentro desta economia dos setores populares, observam exemplos do que vem sendo definida como economia solidária ou popular solidária, economia social, sócioeconomia solidária, economia socialista, economia de reciprocidade – conceitos ainda em construção, mas que procuram dar conta de um número crescente de formas coletivas e autogestionárias de organização para a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços (CUNHA, 2002, p. 15).

Esta pesquisa não pretende tecer uma análise ou apresentar definições de cada uma das denominações citadas, diante desta diversidade terminológica encontrada na literatura, para fins deste estudo será utilizado somente o termo Economia Solidária (ECOSOL), como é mais conhecida e utilizada no Brasil.

Para traçar uma linha inicial de entendimento acerca do termo de estudo definido como economia solidária, cabe uma verificação da etimologia deste, justificado pelas diversas interpretações que causa levando a um pré-conceito, principalmente ao adjetivo “solidária”. O adjetivo se refere à palavra solidariedade, que juntamente com a cooperação e autogestão formam a base de sustentação do conceito e prática da economia solidária.

A palavra “economia” segundo a literatura encontrada tem duas referências e ambas são defendidas por vários estudiosos: uma tem origem do latim “*oeconomia*”; outra que deriva da palavra grega “*oikonomia*”, a qual tem uma origem do grego “*oikos*” que significa “casa” e complementando “*nomos*” que significa “lei”. No entanto ambas tem o significado de “administração de uma casa, lar”. Arruda (2003) neste sentido propõe o uso de “gestão da casa”, mesmo que com o tempo esta tradução tenha sido deturpada, o termo passou a ser relacionado à acumulação de riquezas, comumente material.

Por trás da diversidade de conceitos que visam a instituir novos modos de organização do trabalho e da produção economia social, economia de proximidade, economia solidária ou de solidariedade, socioeconomia solidária, economia social, humanoeconomia,

economia popular, economia do trabalho, economia do trabalho emancipado, colaboração solidária existe uma busca comum de se recuperar o sentido original do vocábulo economia, que em grego significa a gestão, o cuidado da casa (ARRUDA, 2003, p. 234).

Neste sentido, Nogueira (2003), complementa a explicação ao mostrar a ampliação do termo economia como ciência e o entendimento do significado de “casa” na tradução do grego “*oikos*”.

O elemento “eco” vem do grego *oikos* e significa “casa, lar, domicílio, meio ambiente”. Na sua origem, portanto, economia é a arte de bem administrar a casa. Hoje é a ciência que trata da produção, distribuição e consumo de bens. É a administração do sistema produtivo de um país ou região, ou seja, da “casa” em que vivemos (NOGUEIRA, 2013).

Para o adjetivo solidário o Dicionário Aurélio (2017) o qual explica de forma sucinta as várias interpretações que recebe normalmente e às vezes comprometem o entendimento real deste termo. Solidário, que vai além de uma atribuição filantrópica onde se “ajuda alguém num momento difícil” ou apoia numa expressão de solidariedade como é descrito em primeiro plano. Nas demais explicações mostra que existe esta qualidade, no entanto, é mais do que isso e para melhor esclarecer se deve aprofundar na palavra solidariedade, da qual se remete este adjetivo.

Solidariedade, no francês *solidarieté*, remete a uma responsabilidade recíproca e no latim *solidus* significa "o sólido, o compacto, o unido, o consistente", mostram que solidário neste contexto vai além de um socorro, “estabelece uma relação de auxílio mútuo”, recíproco e “que tem uma relação de dependência”, consolidando o processo solidário. Esse interesse comum também é representado no Dicionário de Filosofia (ABBAGNANO, 2007), onde solidariedade corresponde a um termo de origem jurídica, que na linguagem comum e na filosófica tem dois significados: o primeiro trata-se de uma “Inter-relação ou interdependência”; o segundo, "assistência recíproca entre os membros de um mesmo grupo”, os quais ambos os significados remetem diretamente à rotina e atitudes dos membros do Grupo de Maracatu objeto deste estudo.

A solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação. Ao mesmo tempo, a solidariedade é estendida aos setores sociais expostos a maiores necessidades, principalmente via mobilização de trabalhadores

desempregados e via serviços de atenção prestados a pessoas em desamparo (LAVILLE e GAIGER, 2000, p. 162).

O sistema econômico hegemônico que tem sua base na competição, na concorrência, na individualidade e na hierarquia de decisões, encontra na economia solidária a proposta de outra economia e outra cultura, que por meio de seus princípios mostra uma conjuntura contrária que se apresenta extremamente desafiadora. Uma cultura de relações sociais e de trabalho, a oportunidade de contribuir para algo, fazer parte de um coletivo, enfim utilizar a cooperação e a solidariedade na interpretação e sentimento que desejar. O fortalecimento do grupo pode estar na simplicidade de querer participar, não existe uma obrigação, assim mudar determinados comportamentos, com o intuito de ações práticas destes princípios a fim de melhorar individualmente e contribuir com o coletivo o qual pode se tornar autônomo.

1.1 - DOS CONCEITOS, CONTRAPONTO E SOLIDARIEDADE.

A sociedade está a cada dia mais complexa e muitas vezes rude, refugiada sob o manto de uma economia capitalista que prega a competitividade, o individualismo e o lucro, em vez da igualdade, a cooperação e a solidariedade deixando em segundo plano as relações entre as pessoas. A economia solidária enaltece valores e propõe outro modo de tratar a economia, reconhecer sua importância sem impor uma visão de que o financeiro seja a principal referência do indivíduo. Uma das propostas iniciais na formação do Grupo de Maracatu Alvorada Nova foi de promover essa integração, sem discriminar raça, cor, situação econômica ou social, ofertar um espaço democrático e de apoio à diversidade por meio da prática cultural.

Existem diferenças reconhecidas como legítimas, outras que são festejadas e objeto de orgulho. Outras devem ser superadas, outras são negadas. A diferença parece ser a própria condição de existência da “solidariedade”, na medida em que é um sentimento que une pobres e ricos, educados e deseducados, homens e mulheres (MOTTA, 2004, p. 86).

Na segunda metade da década de 1990 do século passado surgiu uma ideia “capaz de gerar renda e trabalho para os desempregados e de estabelecer novas formas de relação entre as pessoas e destas com o mundo que as cerca” (MOTTA,

2004, p.1), indiferente de sua origem ou classe social, a qual tinha base na hipótese de surgir uma “outra economia”, como contraponto ao capitalismo.

Esta ideia se chama Economia Solidária (ES). Seus defensores a consideram como sendo o conjunto de novas relações econômicas baseadas na cooperação, na democracia e no respeito ao meio ambiente, traduzidas pelo trinômio: “socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável” (MOTTA, 2004, p.1).

Arruda (2003) complementa que conforme os contextos históricos e socioculturais a economia é caracterizada de formas diferentes, de acordo como a sociedade se organiza, como “utiliza os recursos naturais na busca pela produção e reprodução da vida”. Essas relações com ambiente e as pessoas podem ser fundamentais no sucesso de um empreendimento sob uma nova ótica. O autor ainda questiona a pretensão do capitalismo se autodenominar como a única forma possível de organização econômica, sendo que a dinâmica da sociedade não comporta uma situação eterna sem precedentes.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 1996, p. 9).

A ECOSOL, por apresentar outro modo de produção, a dinâmica operacional propõe um direito de opinião e ação individual em prol de uma propriedade coletiva. Desta forma, a gestão compartilhada, a colaboração, a solidariedade são princípios que devem ser utilizados em todos os momentos e ambientes no coletivo, principalmente na área da cultura onde as dificuldades são ampliadas, devido à própria informalidade, então deve melhorar as relações interpessoais e potencializar o protagonismo social. Motta (2004) complementa que “estas novas relações poderiam ser construídas através de empreendimentos e associações em que os princípios da solidariedade da cooperação se sobrepusessem ao da competição e do egoísmo”, características do capitalismo que busca o lucro a qualquer custo, para isso fomenta a competitividade.

O capitalismo como forma de organização da vida social e das atividades econômicas, baseadas na propriedade privada e nas liberdades individuais, é considerado um modo de produção

historicamente estruturado a partir da dissolução do feudalismo e tido por diversas linhas de pensamento e correntes econômicas com um fenômeno natural, tendo, por consequência, a desigualdade e a competição consideradas como naturais ao espírito humano e ao desenvolvimento social e econômico da humanidade (MELO, 2014, p.20).

Singer (2002) afirma que a competição não é natural do ser humano, tampouco a desigualdade, são frutos da economia capitalista, ambas dependem da forma como se organizam as atividades econômicas, ou seja, de acordo com o modo de produção e suas relações.

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito da liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p.11).

A organização das iniciativas solidária tem como centro a cooperação, desta forma o sentimento competitivo é colocado de lado em prol da produção coletiva, sobretudo na prática do Maracatu que é composto por um batuque e dança coletiva e solidária. A Economia Solidária oportuniza o indivíduo a ser empreendedor e quebra esta barreira dita natural, Singer (2000, p.13-14) condena o capitalismo, o qual prega uma ditadura do capital na empresa, que impõe um “poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona aos donos dos meios de produção”, aquele que não fizer a vontade do capitalista pode ser demitido a qualquer momento caso lhe seja conveniente. A origem da ECOSOL caminha junto ao modelo capitalista, no entanto defende a luta por melhores condições de trabalho, remuneração mais justa, melhoria na qualidade de vida, direitos sociais despertados pelo o abuso de poder destes que controlam os meios de produção.

Esse controle fez com que surgissem alternativas defendendo uma ideia hoje tratada como “outra economia”, assim com experiências passadas como referência e sob o termo de economia social se iniciou um novo tempo e o surgimento de um novo modo de ver e aplicar a economia.

Em contraposição ao capitalismo competitivo e produtor de desigualdades e segundo teóricos e defensores, a economia solidária parte do princípio que a igualdade seria possível apenas com a organização da sociedade em termos de solidariedade e cooperação entre os participantes das atividades econômicas em

substituição à competição e à concorrência como pressupostos naturais do modo capitalista de produção (MELO, 2014, p.20-21).

A solidariedade e a cooperação são os princípios base da ECOSOL, no entanto Arruda (2003, p.225) afirma que “a noção de solidariedade surgiu na história econômica como reação a cultura do egoísmo, do individualismo, da ficção do *homo oeconomicus*”. Fato que faz com que muitos estudiosos vejam na economia solidária apenas uma oposição ao capitalismo, enquanto outros enxergam além do econômico, defendendo esta outra economia como uma oportunidade de enaltecer valores sociais, humanos e culturais.

Esses valores na área da cultura são mais perceptíveis, uma vez que as próprias manifestações culturais demandam estes elementos. O Grupo de Maracatu procura exaltar esses valores, porém não pode se permitir a deixar de lado as ações econômicas, assim procura conciliar um formato de sobrevivência econômica sem perder os valores que a prática da cultura proporciona.

A busca por uma sociedade melhor, que trate seus membros de forma igual com respeito a sua cultura, seu modo de viver e seus valores individuais e coletivos parece uma utopia. O próprio Singer (2002, p.9) afirma que “seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir”, mas admite que a diferença possa estar na forma de administrar, existe uma barreira hierárquica que com a autogestão pode ser quebrada.

Talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como às empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo (SINGER, 2002, p. 16-17).

Um dos pontos que fortalece os empreendimentos solidários é autogestão que facilita a comunicação e as decisões são coletivas, diferente da economia capitalista. O Grupo de Maracatu utiliza desta ferramenta principalmente para manter sua autonomia, com as decisões coletivas e informações compartilhadas podem se tornar protagonistas de suas ações. No entanto, para chegar ao ponto de um grupo poder debater internamente, se percorreu uma grande caminhada até o reconhecimento da economia solidária.

O coletivo tem que compreender sua dinâmica evolutiva, deve entender que é necessário um diálogo com essa nova realidade das relações sociais e econômicas para não ser vítima de cooptação ou ser absorvido pelo mercado. As ações do empreendimento solidário devem ser autônomas, mesmo dialogando com o sistema econômico hegemônico deve se manter seus princípios e valores.

1.2 ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNDO: LUTA OPERÁRIA E INÍCIO DO COOPERATIVISMO.

Vários estudiosos da economia solidária atribuem a menção do termo Economia Solidária à Jean-Louis Laville na Europa, apesar de estreitas fronteiras conceituais com a economia social, porém ao pesquisar e comparar com outras fontes se nota que ambas trazem distinções. Autores com Lechat (2002), França Filho (2002), Carleial (2003) e Laskio (2007) ligam a economia solidária e a economia social às mesmas raízes históricas, ou seja, o surgimento de movimentos cooperativistas e associativistas na Europa, mais precisamente na Inglaterra no final do primeiro terço do século XIX.

A bem da verdade, desde o séc. XIX registram-se tentativas de instituir formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo, em resposta a aspirações de igualdade econômica e à necessidade de garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores. A expansão atual desses empreendimentos remete tanto a capítulos anteriores dessa história, quanto a correntes de pensamento e ação política. Suas raízes mais longínquas situam-se no séc. XIX europeu, quando a proletarização do mundo do trabalho provocou o surgimento de um movimento operário associativo e das primeiras cooperativas autogestionárias de produção (GAIGER, 2003, p. 182).

Para Singer (2002) o nascimento da economia solidária se deu logo após o nascimento do capitalismo industrial na Inglaterra, mais precisamente na cidade de New Lanark, devido ao fato deste país ser o berço da primeira revolução industrial, a qual foi precedida pela expulsão dos trabalhadores do campo para trabalharem na cidade, surgindo a partir deste momento a classe proletária.

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar nas fábricas tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar (SINGER, 2002, p.24).

Diante de tal situação, industriais mais esclarecidos como menciona Singer (2002, p.25) iniciaram tratativas para propor leis que protegessem os trabalhadores.

Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark. Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas. O tratamento generoso que Owen dava aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com a folha de pagamento. Owen tornou-se objeto de grande admiração e respeito, adquirindo a fama de filantropo (SINGER, 2002, p. 25).

No caso do Grupo de Maracatu seus ensaios são abertos, um ambiente de inclusão social onde qualquer pessoa pode participar indiferente de classe ou origem social ou econômica. Com esta atitude, decidida em conjunto, esta maneira de organização desenvolveu uma forma de proteção aos seus componentes, participantes, admiradores e apoiadores. Para Turino (2010, p. 31), ao tratar todos com igualdade, propõem-se novas atitudes, assim adquirir outra cultura nas relações, “ao adotar uma nova atitude cultural, podemos modificar as relações econômicas, abrindo caminho para uma economia solidária, com consumo consciente, comércio justo e trabalho colaborativo”.

Assim como o visionário Owen obtinha lucro, apesar de suas atitudes reprováveis de valorizar o ser humano na visão de muitos, alguns industriais da época vieram de várias partes do mundo visitar sua indústria tentando descobrir esse mistério do sucesso sem exploração dos trabalhadores.

Com o advento da Revolução Francesa a Inglaterra entrou em crise, Owen apresentou seu projeto das Aldeias Cooperativas, o qual não foi aceito, pois entenderam que era mais que uma solução à crise, propunha praticamente uma mudança no sistema social e uma ameaça para a empresa capitalista. Sem apoio, deslocou-se para os Estados Unidos onde implantou seu projeto que durou em torno de quatro anos, desiludido retornou à Inglaterra. Oliveira (2005) ainda complementa que durante este período seus discípulos colocaram em prática suas ideias e criaram várias sociedades cooperativas, era o início da hoje conhecida economia solidária, mas na época ainda tratada como economia social.

Somente depois de 1820, o pensamento socialista desenvolvido por Robert Owen terá influência no cooperativismo inglês, com a experiência da Cooperativa de Rochdale, criada em 1844, com 28

trabalhadores, dos quais seis eram discípulos de Owen. Ressalta-se que os princípios cooperativos formulados nessa experiência foram decisivos para desenvolver o conceito de economia social (OLIVEIRA, 2005, p. 2).

Em Foz do Iguaçu, a exemplo dos discípulos de Owen, a experiência do Maracatu Alvorada Nova também já espalha sementes do Maracatu, integrantes que auxiliaram no início e ainda colaboram no grupo, hoje com o apoio do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova por meio de projetos multiplicadores implantaram novas iniciativas culturais, as quais estão se consolidando e se tornando independentes como o Grupo de Maracatu Caburé, o Baque Jovem na região norte da cidade e o Baque Mulher um grupo composto somente por mulheres.

Na Europa, Corragio (1999) afirma que já era sistematizada a economia social anteriormente às propostas de Owen, complementa que naquela época já havia críticas ao reducionismo a ênfase do econômico, onde não se consideravam os problemas sociais e vem a ser caracterizada como economia solidária. A economia social caracterizava-se por “experiências econômicas sem fins lucrativos, pautadas na ética e nos princípios de solidariedade, como as associações de apoio mútuo e as cooperativas”.

Ainda utilizando o termo economia social Oliveira (2005) afirma que “o elemento representativo mais genuíno da economia social é a cooperativa, por sua importância em todos os setores econômicos, sua extensão em todos os continentes e seu reconhecimento jurídico”. Singer (2002) complementa que a melhor representação da economia solidária realmente é a cooperativa, “entretanto, no início do século XX também surgem às experiências mutualistas e outros projetos associativos que fazem parte da chamada economia social”.

A economia solidária tem maior capacidade de militância e de inovação, todavia sua importância econômica na Europa é bem menor comparada aos empreendimentos já existentes de economia social, como as mutualidades de seguros, cooperativas e grandes associações (OLIVEIRA, 2005, p. 4).

Na prática os trabalhadores sempre buscaram melhorias frente às duras condições de trabalho, o associativismo e o mutualismo, o princípio associativo da mesma forma sempre esteve presente desde o início do capitalismo industrial.

[...] os trabalhadores organizavam-se para a resistência e defesa das suas reivindicações mais imediatas enquanto assalariados, constituindo estruturas organizativas que já se aproximavam do tipo

sindical. Uniões, Ligas, Grêmios e uma infinidade de instituições materializavam a cooperação entre os trabalhadores na busca por melhorias salariais, melhores condições de trabalho e redução das jornadas (BRUHAT, apud OLIVEIRA, 2005).

De acordo com Andion (1998, p. 12), “sob a denominação de economia social há uma série de escolas que possuem discursos diferentes e até opostos”. As diferenças entre a economia social e a economia do mercado já eram claras naquela época, no entanto há dois traços comuns que demarcam esta grande diferença.

O primeiro dispositivo é de ordem moral, quer dizer, uma solidariedade interna, baseada na ideia de responsabilidade coletiva partilhada entre os membros do grupo. Essa ideia está ligada à noção de democratização das formas de organização do trabalho, que constituía a base do discurso da maioria dos ideólogos da economia social. O segundo dispositivo é de ordem material e se relaciona à não apropriação do lucro para uso individual. Nas cooperativas, nas mutualistas e nas associações o lucro é utilizado por uma coletividade de membros, o que atribui outro sentido à noção de propriedade - pilar do modo capitalista de produção (Vienney, 1994). Assim, conclui-se que os trabalhos da economia social singularizam-se, sobretudo por sua atenção aos problemas internos que se referem à organização do trabalho e à redistribuição da renda (ANDION, 1998, p. 6).

Desta forma, Andion (1998) esclarece a proximidade do termo economia social para com a economia solidária, tema principal desta pesquisa. Elementos como a responsabilidade coletiva e a solidariedade interna entre os membros do grupo, contrários ao interesse material e uso individual do lucro caracterizam ambos os termos e remetem as referidas semelhanças, podendo ser tratadas como similares.

Desde a Revolução Industrial ocorreu uma evolução das associações de produção e consumo até a economia social, no entanto a economia social perdeu o foco na medida em que as organizações que a representavam foram se adaptando às regras do modelo capitalista, desta maneira “enfraquecendo seu conteúdo histórico-político e seu poder de mudança social” afirma Oliveira (2005).

O termo “economia solidária” surge, pela primeira vez, na França no começo dos anos 90. Sua origem deve-se principalmente às pesquisas desenvolvidas em Paris, no CRIDA (Centre de Recherche e d’Information sur la Démocratie et l’Autonomie), coordenadas por Jean-Louis Laville, que tinham o objetivo “dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas sócio-econômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa” (LECHAT, 2002).

Na Europa segundo Lechat (2002) “os primeiros idealizadores do que Paul Singer (2001) chamou de cooperativismo revolucionário foram os socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos”. Um destes socialistas utópicos, foi Robert Owen, a principal inspiração dos seguidores, para registro dos principais idealizadores recorreremos Buber (1945) *apud* Lechat (2002), que em sua obra “O socialismo utópico” apresenta três pares de pensadores divididos em gerações históricas.

[...] o primeiro Saint-Simon e Fourier que nasceram antes da revolução francesa e faleceram antes de 1848, o segundo Owen e Proudhon que morreram entre 1848 e 1870 e finalmente Kropotkin e Landauer nascidos após 1870 e falecidos pouco depois da primeira guerra mundial. Para Buber, na primeira fase cada pensador contribuiu com um único pensamento construtivo, Proudhon e seus sucessores realizaram a ampla síntese (LECHAT, 2002, p.5).

Um fato interessante é apontado por Montoya (2009, p.15) que tenta entender porque os chamados idealizadores se preocupam com a situação socioeconômica em que vivem, pois geralmente são pessoas que detêm posses e poderiam assim como tantos o fazem explorar ainda mais os trabalhadores, no entanto impera um sentimento de solidariedade e um espírito de cooperação. Sentimentos expressos também no Grupo de Maracatu, pois além da cooperação e solidariedade base de sustentação do grupo, existe um tratamento de igualdade entre componentes, o poder aquisitivo dos membros não reflete no desempenho conjunto, existe um respeito mútuo e busca do bem coletivo.

Ao rever a história, vemos que surgiram pessoas que não aceitam a realidade socioeconômica a que estão sujeitas e reagiram fazendo propostas sobre uma sociedade alternativa, então diremos que há uma utopia nelas. Sem voltar atrás, podemos mencionar personagens como Tomas Moro, Campanella e socialistas utópicos como Saint Simon, Fourier e Owen. Então nós temos os chamados socialistas científicos como Karl Marx e recentemente nós temos a utopia de Ignacio Ellacuría (MONTROYA, 2009, p.15).

Os denominados Idealistas ou Clássicos do Socialismo Utópico Saint-Simon, Fourier e Owen foram essenciais para o surgimento da economia solidária, a contribuição deles foi fundamental ao desenvolvimento cooperativista. Inspirados seus seguidores e admiradores colocaram em prática os ensinamentos e assim “os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único

método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro”. (SINGER, 2002, p.38).

Desde o século XVIII, pelo menos, essas práticas de cooperação e sociabilidade dos trabalhadores, enquanto formas de produção material da vida social e resistência ao avanço das relações sociais de produção do capital, se apresentam sob a forma institucional da Associação (SARDÁ, 2009, p.57).

Desde o início do capitalismo industrial, o princípio associativo esteve presente, os trabalhadores buscavam na prática melhorar a sua vida profissional e pessoal, lutando por condições de trabalho menos exploratória. Não demorou muito para que fosse notado nas unidades de produção capitalista, que a cooperação entre os trabalhadores resultava em força produtiva considerável e poderia ser explorada pelo capital, onde o trabalho conjunto de forma cooperada se transformava em maior produtividade.

Ao mesmo tempo, essas experiências associativas de resistência eram acompanhadas por iniciativas para a produção e reprodução dos meios de vida. Instituições de ajuda ou socorro mútuo, caixas beneficentes, clubes e cooperativas eram criadas por todo o lado, abrangendo desde a assistência aos necessitados, até a organização para a produção dos seus meios de vida. E o mais importante é que eram formas de organização autônomas dos trabalhadores, geralmente estabelecidas em bases horizontais e contando com a participação ativa dos seus membros (SARDÁ, 2009, p.62).

Historicamente o surgimento da economia solidária é reconhecido como uma reação às injustiças sofridas pelos trabalhadores durante a primeira revolução industrial e continua ainda hoje na terceira revolução industrial, sempre orquestrada pelos impulsionadores do chamado desenvolvimento capitalista. “Trata-se de uma vertente do movimento dos trabalhadores que já teve muita influência no curso dos acontecimentos, especialmente no século XIX, quando esse campo estava associado ao princípio da autogestão” (SARDÁ, 2009, p.57).

O contexto histórico-social da economia solidária torna difícil defini-la, pois se trata de um processo contínuo, não se trata de algo novo, mas talvez de uma transformação de algo que já foi defendido e que com uma nova roupagem pode proporcionar resultados fantásticos. Para finalizar este capítulo recorreremos ao subtítulo dado por Bautista (2013) em seu trabalho “Economia Social-solidaria, una

salida vieja con nuevos horizontes”, frase que tão bem expressa esse sentimento que há mais por se fazer pela e com a economia solidária.

A pesquisa propõe que na Europa a ECOSOL teve uma origem caracterizada como uma alternativa econômica, na busca de um sistema econômico que pudesse contrapor a força e exploração do capitalismo, no entanto, é preciso conhecer esse histórico no Brasil, como se deu a evolução do pensamento solidário no sistema econômico brasileiro, as articulações, os atores e a criação de uma política pública de economia solidária, assim se terá uma visão ampla que contribuirá na observação do objeto de estudo na atualidade.

1.3 ORIGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: PARTICIPAÇÃO FUNDAMENTAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

No Brasil, na literatura pesquisada em vários estudos Paul Singer é considerado o autor que introduziu os estudos e começou a defesa da economia solidária no Brasil. Porém mencionam que isso ocorreu somente a partir da segunda metade da década de 1990. No decorrer das leituras se verificou que no Brasil a inserção de seus princípios teve início antes disso, no início da década de 1980, o próprio Singer (1983, p. 172) em sua obra “Aprender Economia” com primeira edição em 1983, mesmo que de forma sutil propõe a importância de aprender economia e apresenta seus conceitos básicos numa linguagem diferente da utilizada pelos especialistas na época. Uma linguagem mais acessível verificado principalmente no capítulo intitulado “O socialismo como objetivo comum de muitos movimentos”, a preocupação em mostrar que existe outra forma de economia e que esta faz frente ao capitalismo e qualquer um pode fazer parte dela.

A Economia Solidária é, portanto, um movimento de reação contemporânea, que vem tomando forma, construindo sua identidade e ganhando expressão e visibilidade no Brasil a partir da década de 80, onde o agir coletivo se coloca como uma alternativa possível para os atores sociais, que estão em sua grande maioria, excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo (GOERCK; FRAGA, 2010, p.2).

Singer (2000, p.25) expressa que a economia solidária ressurgiu na década de 1980, mas de forma discreta e ao tomar um impulso começa a ser discutida com mais entusiasmo a partir da segunda metade dos anos 1990. Isso se deve aos “movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu

início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990”.

No final do século XX e limiar do XXI emergem experiências/grupos associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das possíveis formas de resistência da classe trabalhadora às manifestações de desigualdade da questão social – entre elas, a falta de trabalhos formais. A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas dos trabalhadores ante o acirramento da questão social, gerado pela III Revolução Industrial. É manifestada por cooperativas, associações e grupos de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses trabalhadores (GOERCK; FRAGA, 2010, p.2).

Portanto, na metade do século XX, logo após a Segunda Guerra Mundial ocorreu à junção entre o conhecimento científico e a produção industrial, iniciou-se então a Terceira Revolução Industrial, o que refletiu diretamente na reestruturação do capital. Goerck e Fraga (2010) mostram que com esta situação “cria-se uma massa de trabalhadores – considerados “sobrantes” pelo capital – que acirra o processo de alienação e precariedade das condições e relações de trabalho”. Estes sobrantes são os trabalhadores que devido ao avanço da automação, da tecnologia e da robótica são substituídos pelas máquinas. Convém mencionar que o trabalho não foi desaparecendo, foi a reestruturação do capital que propôs a reforma da gestão e alterou as formas de regulação do trabalho. Neste contexto, tanto os profissionais da cultura quanto os dito artistas populares informais, artistas de rua, precisaram se adaptar a nova conjuntura, o agir coletivo aparece como uma opção dentro desta nova realidade.

A Terceira Revolução Industrial além de marcar a transição dos modelos de produção Taylorista e Fordista para o Toyotismo, para Antunes (1995) se caracteriza por novas formas de produção, pela revolução da microeletrônica, pelo surgimento de novas tecnologias e pela flexibilização dos processos de trabalho, bem como pela criação de novos setores produtivos e pelo desenvolvimento do setor terciário, ou seja, setor de serviços. Ocorre a mudança nas relações do trabalhador com o consumidor, ampliação do trabalho realizado em casa, negociação direta com o consumidor, criação de novos mercados e padrões de consumo e principalmente a organização de grupos gerando produtos e serviços num formato coletivo.

Singer (2002) como já mencionado defende que a desigualdade e a competição não são naturais do ser humano, são resultados de uma forma

organizacional de atividades econômicas denominadas modo de produção. O modo de produção determina o capitalismo cujo princípio é o direito de propriedade e liberdade individual, gerando claramente duas classes, os que detêm o capital determinados como proprietários e os trabalhadores que se mantêm vendendo sua força laboral à outra classe.

Colocada sob essa perspectiva analítica, a economia solidária se consolida e se amplia no Brasil, caracterizando os empreendimentos pela associação, pela cooperação e pela solidariedade entre trabalhadores excluídos do movimento de reestruturação capitalista das últimas décadas, sendo permeada também pelos preceitos do socialismo utópico do século XIX e pelas teorias do desenvolvimento local e do desenvolvimento sustentável, que lhes dá suporte e fundamentação teórico-metodológica (MELO, 2014, p.12).

A experiência do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova denota bem esta situação, aliando a preocupação com a preservação da cultura, a necessidade de subsistência diante desta reestruturação capitalista cada dia mais competitiva e dominada por uma elite, encontraram uma alternativa de fazer frente a esta conjuntura, a resistência de artistas num formato de grupo gerando trabalho e renda, bem como a inclusão social e melhoria econômica desses trabalhadores.

As primeiras experiências de economia solidária no Brasil surgiram na década 1980, tomando como referência vários autores (MELO B., 2007; MELLO, 2006; SINGER, 2002, 2007; PITAGUARI, 2010; OLIVEIRA, 2011 entre outros), assim como materiais coletados de órgãos e instâncias a serem apresentados na sequência do debate relacionando a economia solidária com a governança. Inicialmente se apresentará cinco modalidades ou movimentos que foram fundamentais no impulso da economia solidária, nesta ordem será possível socializar o conhecimento a respeito dos princípios que regem esta outra economia.

As primeiras experiências de economia solidária no Brasil surgiram no começo da década de 1980, a partir da iniciativa dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) os quais, entre outras coisas, visavam gerar trabalho e renda de forma associativa para moradores das periferias pobres das regiões metropolitanas e da zona rural do país. Assim os trabalhadores poderiam encontrar alternativa ao desemprego, que aumentou consideravelmente com a crise econômica que assolou o país naquele período (PITAGUARI, 2010, p. 89).

Segundo Singer (2002) os Projetos Alternativos Comunitários (PACs.) eram financiados pela Cáritas Brasileira, uma organização humanitária ligada à

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que por meio das ajudas caritativas dos fiéis, contribuições que poderiam ser estendidas às Cáritas Europeias. Influenciados pela Teologia da Libertação de inspiração marxista também foram responsáveis pela criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pelas Pastorais Sociais, então decidiram investir na Economia Popular Solidária (EPS).

Desde a sua criação, a Cáritas Brasileira tem apoiado as ações de caráter associativo e cooperativo de grupos comunitários, estejam elas articuladas ou não às ações de caráter emergencial. Mas a partir da década de 80, com o desenvolvimento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), foram introduzidos novos significados e perspectivas para essa ação: tratava-se de apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.13).

A segunda ação tomada na modalidade de movimento social de reivindicação dos direitos, sobretudo os do trabalho mostrado por Pitaguari (2010) “foi a tomada de empresas falidas ou em vias de falir pelos trabalhadores, que as reerguiam sob o formato de cooperativas autogestionárias”.

Essas experiências serviram de base para a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), criadas em 1995 são entidades que fomentam e apoiam às empresas autogestionárias ou em vias de se transformarem (SINGER, 2002 *apud* PITAGUARI, 2010).

Outro movimento que representou a terceira modalidade foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), não é o único movimento de trabalhadores rurais sem terra do Brasil, porém é o mais antigo ainda atuante e que dispõe de melhor estrutura. O MST sempre procurou desenvolver um cooperativismo solidário diferente das cooperativas tradicionais criadas pelo capitalismo, que tem como base a exploratória força produtiva do trabalho conjunto.

O MST criou em 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), composto no nível local pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), no nível estadual pelas Cooperativas Centrais dos Assentados (CCAs) e a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB) no nível nacional. O SCA reúne cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de prestação de serviços, e cooperativas de crédito (PITAGUARI, 2010, p. 90).

Instituições surgiram sob os princípios da economia solidária, mas foi um caminho fácil, Justino (2002, p.20) afirma que o “grande desafio passa a ser o de conciliar o princípio de uma economia solidária e de autogestão com a lógica de um sistema fundado na eficiência e na competitividade do mercado”. Com essa consideração conclui que é vital o papel da universidade “no debate e no combate á exclusão”, que por meio das incubadoras orientam e capacitam os trabalhadores de diversas áreas e atuações.

No caso do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova, a contribuição do Projeto de Extensão Incubadora de Direitos Institucionais e Organizações Solidárias (INDIOS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), foi fundamental na assimilação dos princípios da economia solidária e na articulação com outras instituições, contribuindo na inserção do grupo na programação cultural de Foz do Iguaçu e região.

Neste contexto se apresenta a quarta modalidade que segundo Singer (2002),

[...] é a formada pelas cooperativas e grupos de produção associados, incubados por instituições universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). A primeira delas foi criada em 1995, pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, mais conhecido como COPPE, instituição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essas incubadoras são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação, de pós-graduação e funcionários. Propõem-se atender “grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária, além de apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários” (SINGER, 2002, pg. 123).

O Grupo de Maracatu Alvorada Nova por intermédio do seu principal incentivador, coordenador e mestre, iniciou uma aproximação e desenvolveu um trabalho colaborativo de formação em economia solidária, sendo ampliado a outros membros do grupo atingindo todo o coletivo. Houve a imediata identificação com os princípios da ECOSOL para com as atividades do grupo, que passou a utilizar algumas ferramentas proporcionadas pela INDIOS, adaptando estas à realidade daquele coletivo.

A importância deste trabalho das incubadoras tecnológicas e sociais com os empreendimentos solidários ampliou-se de tal forma e importância que foi criada a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), Lima (2015) contextualiza o surgimento da primeira incubadora e as dificuldades encontradas

para continuidade dos trabalhos, os quais geralmente são relegados a projetos financiados, justamente por não haver uma política de extensão que dê suporte financeiro para desenvolvimentos dos trabalhos de extensão universitária.

As Incubadoras Universitárias, ou ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – também seguem um caminho diferenciado, organizando cooperativas de geração de renda. Elas resultam do Movimento Contra a Fome e a Miséria do Rio de Janeiro, que, junto com a COPPE-UFRJ, organizou a primeira cooperativa de trabalhadores numa favela vizinha à Fundação Oswaldo Cruz para onde passaram a prestar serviços, com apoio da FINEP. Além disso, foram organizadas junto à Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho, que reuniu um conjunto de universidades públicas e confessionais voltadas à temática do trabalho e emprego em 1996. Posteriormente, as ITCPs assumiram identidade jurídica própria, na qual a incubação de cooperativas tornou-se atividade de extensão. No geral, elas incubam pequenos grupos voltados a atividades de geração de renda para mulheres, jovens e excluídos do mercado por idade: cooperativas de artesanato costuram e alimentação são as mais comuns. Estas cooperativas enfrentam escassez de recursos; geralmente vinculadas a projetos, elas muitas vezes sofrem problemas de continuidade (LIMA, 2015, p.67-68).

A quinta modalidade mostra a pluralidade de movimentos que compõem um movimento maior que é o novo movimento social da economia solidária. Lima (2015) esclarece que, a Economia Solidária “se afasta do padrão de análise que tem no movimento operário e sindical seu modelo, entendido a partir da existência de um projeto identitário de classe, de conquistas específicas no aparelho do Estado ou contra ele”.

Este passa a ser o grande desafio para os movimentos sociais. Não basta reafirmar sua autonomia frente ao Estado e reconfigurar sua institucionalização, mas tanto sua autonomia quanto sua aproximação via controle social pela cidadania deverá ser mediada por uma articulação com outros movimentos sociais que possuem em muitas vezes demandas diferentes, às vezes ambivalentes e, em outras até mesmo antagônicas (CARNEIRO, 2008, p. 8).

Essa pluralidade de movimentos se estende à cultura, observando este estudo de caso, o qual iniciou suas atividades no formato de um coletivo solidário e hoje é um Ponto de Cultura², reconhecido pelo Ministério da Cultura (MinC). O Ponto de Cultura Maracatu Alvorada nova é visto como um caso de sucesso e serve como

² Ponto de Cultura, é a entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>. Acesso em: 04/03/2018.

motivador para outras iniciativas de manifestações culturais e patrimoniais, provocando um movimento novo na cadeia produtiva da economia da cultura.

1.3.1 Outros movimentos sociais da economia solidária

Além destes cinco exemplos de movimentos ou modalidades que contribuíram para o avanço da economia solidária, os quais foram propositalmente destacados, neste momento é pertinente apresentar outros movimentos que contribuíram para a formação do Sistema Nacional de Economia Solidária e a consolidação da ECOSOL como um dos novos movimentos sociais.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) em 1999. Com o apoio do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e da Rede Universitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho (UNITRABALHO), foram organizados cursos de formação inclusive em nível de pós-graduação, conforme informa Singer (2002). Também é importante sinalizar que o fomento e apoio por parte destas entidades, diversos governos de Estado e prefeituras municipais montaram dentro de suas gestões estruturas ou espaços para trabalhar este tema.

Em Foz do Iguaçu durante a existência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico, manteve a Divisão de Apoio e Fomento à Economia Solidária, em razão desta estrutura, foi necessário buscar capacitação aos servidores para poder apoiar iniciativas e fomentar a economia solidária, sempre visando atitudes emancipatórias para que as pessoas pudessem garantir seu sustento por meio do seu trabalho, afastando ou tentando superar a tradição das ações assistenciais.

No final da década de 1980 ainda temos um marco referencial que é fundamental no estudo da economia solidária no Brasil, a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, onde os direitos sociais recebem um impulso e um sentimento de cidadania ressurgem.

Pensar em cidadania é referir-se ao acesso dos cidadãos aos direitos descritos na Constituição Federal Brasileira promulgada em 1988. Mas para que este acesso pudesse ser viabilizado e universalizado, foi necessária a ação de diversos movimentos sociais que lutaram durante anos para que essa conquista fosse alcançada (OLIVEIRA E DRUMOND, 2011).

AMMANN (1991, p.22) entende movimento social como “uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade”, podemos ainda dizer também na ampliação dos horizontes dos direitos dos cidadãos. Da mesma forma que os movimentos sociais tiveram sua contribuição na luta pela promulgação da Constituição de 1988, no avanço da economia solidária seu papel foi fundamental.

Os movimentos sociais de economia solidária representam então diferentes formas de acesso dos sujeitos marginalizados a um novo patamar social: o de cidadãos que possam acessar os diversos direitos garantidos, a partir da construção de formas solidárias, cooperadas e coletivas de trabalhos feitos a partir da realidade local (OLIVEIRA E DRUMOND, 2011).

A força dos movimentos sociais no Brasil conforme Melo B, (2007) remete a “uma série de mobilizações e reivindicações suscitadas a partir da composição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro)”. Este grupo foi constituído durante o primeiro Fórum Social Mundial (FSM). De acordo com a Carta de Princípios deste Fórum, o Fórum Social Mundial “é um espaço internacional para a reflexão e organização de todos os que se contrapõem à globalização neoliberal e estão construindo alternativas para favorecer o desenvolvimento humano”, além de buscar alternativas para superar a dominação dos mercados nos países e entre os países, ou seja, bloquear ou minimizar a hegemonia do capitalismo sobre as relações econômicas e sociais.

O Fórum Social Mundial (FSM) se reuniu pela primeira vez na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 25 e 30 de janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo mundo. Sua base organizacional é uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mais de 1.000 empresas multinacionais (FMS, 2017).

A criação do GT-Brasileiro foi consequência da mobilização em torno do tema economia solidária durante o primeiro Fórum Mundial Social (FMS), onde segundo dados contidos no histórico de formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), criado posteriormente a este evento. Aproximadamente 1.500 pessoas participaram da oficina “Economia Solidária e Autogestão”, que tratava de questões relacionadas à auto-organização dos trabalhadores, necessidade de políticas

públicas voltadas ao tema e principalmente das perspectivas econômicas e sociais em relação à geração de trabalho e renda. “O notável interesse pelo assunto levou a criação de um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária que posteriormente deu origem ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária” (REDE MARISTA, 2017).

A manifestação de interesses e a necessidade de articular a participação nacional e internacional do I FSM propiciaram a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro), composto de redes e organizações de diversas práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais. As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (FBES, 2017).

A sociedade civil e as universidades precisavam conhecer e tomar parte deste fenômeno econômico e social que estava acontecendo no país, a realização do primeiro FSM no Brasil trouxe esta visibilidade necessária o que contribuiu para o avanço do movimento da economia solidária.

Durante a I Plenária de Economia Solidária realizada em São Paulo, os dias 9 e 10 de 2002, que contou com mais de 200 pessoas, entre trabalhadores de empreendimentos associativos, entidades de representação, entidades de assessoria e gestores de políticas públicas, foi aprovada e encaminhada ao Governo Lula uma carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Este documento de interlocução com o futuro governo apresentava as diretrizes gerais de economia solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) (ROSA, 2013).

Com o GT-Brasileiro a articulação em torno da economia solidária caminhava para uma solidificação, porém o grupo era constituído principalmente por entidades de assessoria, fomento, de formação e por um segmento de gestores públicos, havia

então a necessidade de ampliação de investimentos e um política de fomento, Era preciso um enraizamento do processo de desenvolvimento, faltava uma política pública nacional de Economia Solidária que atendesse os empreendimentos de ECOSOL e as empresas de autogestão ampliando o campo de ação para todas as regiões do país.

A II Plenária Brasileira de Economia Solidária realizada durante o Fórum Social mundial de janeiro de 2003, em Porto Alegre, foi aberta pelo GT Brasileiro e presidida pelo professor Paul Singer. Neste evento foi publicado e distribuído o livro “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária” para os 800 participantes, constituídos principalmente por representantes de empreendimentos, entidades de fomento e redes internacionais. A Plenária definiu agenda de mobilização de debates e sensibilização pelas regiões do país e legitimou o GT Brasileiro como promotor do processo de mobilização da economia solidária (FBES, 2012, *apud* ROSA, 2013, p.39).

O GT-Brasileiro buscou a unidade na diversidade, favorecendo a construção da identidade do campo da denominada “Economia Solidária”, respeitando as contribuições e especificidades das organizações e abrindo para participação de cada região. Além destas práticas, o grupo sabia que era necessário também investir na divulgação, caracterizar suas atividades e se constituir numa articulação de dimensão nacional. Foi então a partir deste grupo que se propôs a constituição de um fórum em dimensão nacional (PITAGUARI, 2010, p.91).

Em junho de 2003, realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária que contou com um processo preparatório de mobilização em 17 estados, e teve a participação de 900 pessoas de diversas partes do país. Neste evento, foi criada de forma definitiva a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A SENAES foi constituída pouco antes deste evento (FBES, 2017).

A concretização do FBES se deu diante da certeza de um apoio do estado, o que ocorreu com a criação da SENAES. Com a estruturação desta secretaria nacional, surgiu o impulso que os empreendimentos solidários esperavam, criando um sentimento de etapa cumprida.

O fato é que diante desse breve histórico acerca da economia solidária no Brasil, se verificou que o fator fundamental de avanço da economia solidária no país foi o desempenho dos movimentos sociais. Pode-se dizer que a origem da economia solidária no Brasil está pautada na participação direta dos movimentos sociais. Respeitando todos os fundamentos teórico-metodológicos que regem os estudos

sobre a economia solidária, se deve considerar que o movimento de economia solidária não responde somente por si, são diferentes vozes que resultam num só clamor, vários movimentos se unem em defesa de valores que acreditam ser o ideal para o bem viver de uma sociedade, onde são essenciais elementos como a solidariedade, cooperação e autogestão.

Na perspectiva da história das lutas do movimento social de economia solidária no Brasil, temos ciência que o campo de estudo da economia solidária é diverso e heterogêneo. Trata-se de um processo em curso, de experiências comunitaristas e autonomistas, onde através de vários movimentos de luta por direitos busca a ampliação da cidadania. É pertinente reforçar que a economia solidária é um fenômeno socioeconômico, onde seus conceitos estão em construção e para um adequado entendimento se faz necessário um apanhado histórico-teórico de vários autores, de modo que se possa assimilar sua complexidade. Fato é que experiências do século XIX aparecem com força de tal forma que resulta numa política pública representada por um sistema nacional e legislação própria.

A economia solidária ressurgiu, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (SINGER, 2000, p.25).

Melo (2007) reforça a afirmação de Singer, contextualizando as características do fenômeno no Brasil.

Mais do que um ressurgimento, dado que a economia solidária já havia se desenvolvido em outros países, como é o caso de Espanha, França, Itália, Canadá e Argentina, tratava-se, segundo Singer, de um processo de reinvenção de um fenômeno social a partir das particularidades e diferenciações típicas do contexto brasileiro (MELO, 2007, p.72).

Quanto às percepções, Arruda e Mariani (2013), iniciam mostrando que o “termo economia solidária, tomado de forma estanque e desgarrado do contexto histórico/sociológico que lhe dá corpo, constitui-se em objeto analítico de recorrente imprecisão teórica à medida que encarna duas ambiguidades básicas”.

[...] uma, por supor “espécimes de economia” diferenciados e autônomos; outra por tipificar a economia por preceitos de solidariedade, incongruentes aos fundamentos hedonistas e autonomistas característicos ao sistema capitalista (que constitui a

forma de organização socioprodutiva dominante) (ARRUDA; MARIANI, 2013, p.99-100).

O Ministério do Trabalho do Brasil (2018) apesar da pouca atenção as políticas públicas voltadas ao social, mantém uma Subsecretaria de Economia Solidária, para fins de registro e análise segue algumas definições apresentadas pelos mecanismos públicos. Esta subsecretaria define a economia solidária como,

[...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados. São milhares de iniciativas econômicas, no campo e na cidade, em que os trabalhadores estão organizados coletivamente: associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras (MT³, 2015).

O Manual de Orientações do Cadastro Nacional de Empreendimento Econômico Solidário CADSOL (2014), criado durante o processo de sistematização da política pública de ECOSOL, compreende a economia solidária como,

[...] um conjunto de atividades econômicas, como produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças – organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva, associada, cooperada e autogestionária. Além disso, a Economia Solidária possui características fundamentais para a sua identidade, são - a cooperação, a autogestão e a solidariedade e a dimensão econômica dessas iniciativas. Estas características devem ser compreendidos de forma ampla e inclusiva, englobando assim, tanto as relações humanas entre si, como as relações entre seres humanos e natureza (CADSOL, 2014).

O Projeto Casa Brasil, por meio do programa de formação em economia solidária, em seu material didático afirma que a economia solidária,

[...] constitui-se hoje em um importante instrumento de combate à exclusão social e à pobreza, pois promove a geração de trabalho e renda para milhões de trabalhadores (as) de todo o país. Além disso, a Economia Solidária contesta o modelo excludente, concentrador e perverso da economia capitalista e propõe a construção de relações econômicas justas, sustentáveis e solidárias. Por isso, se apresenta como outra forma de organização econômica, que possibilita a

³ Denominações Oficiais do Ministério do Trabalho e Data Oficial: Ministério do Trabalho e Emprego, em 1 de janeiro de 1999; Ministério do Trabalho e Previdência Social, em 2 de outubro de 2015; Ministério do Trabalho, em 12 de maio de 2016.

promoção do desenvolvimento justo e solidário (CASA BRASIL, 2003).

A Rede de Gestores de Economia Solidária, em seu material de formação, destinado aos adeptos a esta atividade econômica e social, esclarece que a ECOSOL “tem se constituído em objeto de análise de muitos pesquisadores no Brasil e em outros países diante de sua erupção social nos últimos vinte anos como expressão de uma ação pública de diferentes segmentos sociais. Há diferentes interpretações (visões) que buscam analisá-la”, assim como contribuição apresentam.

[...] quatro conceitos que entendemos presentes e significativos: o primeiro, do Prof. Singer (2003) “ela é um modo de produção alternativo ao capitalismo que se refere às organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc. que se distinguem por duas especificidades: práticas autogestionárias e solidariedade para com a população trabalhadora em geral”. Considera, também, que “a economia solidária reaparece com novas formas de organização no contexto de crise, mas ela já existia na forma da economia social desde o século XIX”; o segundo, “economia voltada para o social, cuja base é a consciência de que somos todos interconectados e, por isso, precisamos fazer das nossas relações sociais, produtivas, comerciais e interpessoais, algo que resulte em benefício, bem-estar e felicidade para ambas as partes”, considera Marcos Arruda (2003) o terceiro, “a economia solidária é compreendida como “as alternativas econômicas para as quais ocorrem indivíduos que vivem da venda da sua força de trabalho e nas quais podemos encontrar as categorias sociais postas à margem dos sistemas convencionais de geração e distribuição de riqueza, que se apoiam no mercado e no Estado”. (Luiz Inácio Gaiger: (2003); podemos citar ainda o francês Jean-Louis Laville (2004), como o quarto conceito, que a entende como “uma economia plural que se baseia na hibridação dos princípios econômicos da domesticidade, da reciprocidade, da redistribuição e do mercado que reconcilia o econômico e o social que se move a partir de um impulso recíproco entre indivíduos e se consolida na sociedade através da construção de espaços públicos autônomos” (REDE, 2008, p. 11-12).

Simon (2013) cita Cruz e Santos (2011) que tentam, numa reflexão acerca dos diferentes olhares a respeito da economia solidária, agrupar as concepções existentes em quatro grupos distintos:

Um, que percebe na ES uma função social no sentido de Durkheim, ou seja, como um processo de iniciativas de inclusão social; Outro, que vê a ES como alternativa para o desenvolvimento local em oposição à mundialização do capitalismo contemporâneo; Outro, essencialmente crítico, que busca identificar a ES às ilusões do socialismo utópico retomando o pensamento de Rosa de Luxemburgo; Por último, um grupo que analisa a dinâmica da ES e a

vê ao mesmo tempo como resultado de uma articulação histórica entre a lógica concentradora e excludente do capitalismo e a contestação dos trabalhadores por um lado, e por outro, como um processo contraditório de subordinação e negação simultâneo às estruturas do mercado capitalista e sua dinâmica. Busca perceber, no processo, uma capacidade emancipatória e transformadora dos empreendimentos de ES (SIMON, 2013).

Em relação à pesquisa do tema no Brasil, Bertucci (2010) lembra que a economia solidária,

[...] não é uma invenção de agora. Ela já tem uma longa história, tanto no Brasil como em outros países. Podemos dizer que uma das primeiras fontes são os povos indígenas, que culturalmente praticavam e ainda praticam a economia com base na partilha e solidariedade (BERTUCCI ET AL, 2010, p.16).

Neste contexto, o Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova objeto de estudo desta pesquisa, se trata de uma experiência sob a ótica da economia solidária, uma iniciativa cultural desenvolvida em Foz do Iguaçu que apresenta o Maracatu. Uma manifestação da cultura popular brasileira, afrodescendente, ligado a uma religião de matriz africana, o Candomblé, que despertou interesse de pesquisa por utilizar das ferramentas e princípios da ECOSOL e tem alcançado seus objetivos, vindo a ocupar seu espaço no mercado cultural.

Para Razeto (1993), entre tantas contribuições acerca de economia solidária, é claro a necessidade de “uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas”, o que justifica a finalidade desta pesquisa, porém deve conter alguns “traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária”, pois estas peculiaridades “que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas” (RAZETO, 1993, p.40).

Arruda (2004) entende a economia solidária como,

[...] uma forma ética, recíproca e cooperativa de consumir, produzir, intercambiar, financiar, comunicar, educar, desenvolver-se que promove um novo modo de pensar e de viver. Busca configurar-se da seguinte maneira: a sociedade civil, especialmente o mundo do trabalho, se empoderam para serem os sujeitos da sua vida e do seu próprio desenvolvimento. O Estado, o capital, o desenvolvimento econômico e tecnológico são concebidos como meios para viabilizar o desenvolvimento humano e social (ARRUDA, 2004, p. 3).

Numa análise clara o Estado não consegue viabilizar o desenvolvimento humano e social diante deste sistema econômico capitalista, a economia solidária

aparece como uma nova forma de pensar e de viver um novo sistema econômico, o qual pode ser aplicado em todas as áreas face os exemplos mostrados por Lisboa (2005).

[...] designa inúmeras experiências que incluem formas diversas de agricultura familiar, assentamentos do MST, empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão, cooperativas, redes de catadores e recicladores, redes nacionais e internacionais de comércio justo, incubadoras de empresas, cooperativas populares, inúmeras experiências de finanças populares, clubes de troca e as economias indígenas e de quilombos (LISBOA, 2005, p. 109).

Porém isso implicaria numa outra relação entre a sociedade e a economia, o que não seria aceito pelos detentores do poder, precisaria ser um movimento de baixo pra cima, no entanto este pensamento deveria estar incutido também em pessoas inseridas na estrutura dos três poderes, o que nos parece impossível à assimilação da proposta a exemplo da tentativa de Owen ainda no século XIX.

As experiências e iniciativas de ECOSOL ainda podem ser a articulação necessária para uma lógica econômica diferente. Gaiger (2003), afirma que,

[...] o caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica: dada a ruptura que introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral (GAIGER, 2003b, p. 181).

Assim todas as áreas podem ser contempladas, uma nova organização do trabalho pode ser edificada, o autor conclui ainda “estarmos diante da germinação de uma nova “forma social de produção”, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista”.

Esse entendimento gera profundas consequências teóricas e políticas, implica diretamente nas relações sociais, França Filho (2002) pondera e expressa uma posição diante deste contexto,

A economia solidária traz a perspectiva de outra forma de regulação da sociedade, não baseada na atuação do Estado ou do mercado. Essa regulação se orienta como uma “questão de escolha de um projeto político de sociedade, na medida em que articula diferentes racionalidades e lógicas na sua ação, com suas múltiplas fontes de captação de recursos” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13).

Para Goerck; Fraga (2010) a economia solidária, não assume um aspecto opcional na forma de trabalhar devido às forças dominantes, resume-se numa maneira de contestação do sistema predominante,

[...] constitui-se numa das formas dos sujeitos contestarem o sistema, seja por meio dos princípios que os trabalhadores inseridos nestes empreendimentos estão respaldados, seja pela compreensão dos mesmos em relação ao modo que ocorre a produção e comercialização existente em que predominam a individualidade, a competitividade e a consequente exclusão social (GOERCK; FRAGA, 2010, p.4).

O bem viver deve ser defendido, para Corragio (2011) a economia solidária possibilita organizar e aplicar a relação natureza e humanidade. As necessidades e desejos existem para todos, é possível ampliar um modo de vida com qualidade, sem exploração e incentivo à competitividade e ao pensamento individualista.

O sistema de normas, valores, instituições e práticas que historicamente recebem uma comunidade ou sociedade para organizar o metabolismo da natureza humana através de atividades interdependentes de produção, distribuição, circulação e consumo de satisfações adequadas para resolver as necessidades. As necessidades e desejos legítimos de todos, definindo e mobilizando recursos e capacidades para alcançar sua inserção na divisão global do trabalho, tudo de uma maneira que reproduza de maneira ampliada (Viver Bem) as vidas de seus membros atuais e futuros. bem como seu território. Para essa definição, a economia faz parte da cultura em um sentido amplo (CORRAGIO, 2011, p.286).

Além de propor um modelo alternativo, Montoya (2010) afirma ser necessária a eliminação das causas, as quais geram os problemas, sejam eles de ordem ambiental, social ou a própria miséria existente. Para o autor economia solidária,

É um modelo alternativo de e para as maiorias populares, nas esferas econômica, social, política, cultural e ideológica, baseado em seu próprio esforço organizacional e solidário, que visa resolver seus problemas ambientais, a pobreza e a exclusão social, tanto em no campo, como na cidade e como finalidade contribuir para a eliminação das causas que os geram (MONTROYA, 2009, p.25).

Parece claro que a economia solidária não será capaz de solucionar todos os problemas, porém se trata de também de um modo de vida, que inicialmente pode ser uma mobilização em torno de um problema específico, mas se o coletivo entender como o melhor para o grupo, seus princípios podem ser utilizados não somente para resolver o problema e sim eliminar a causa.

O Grupo de Maracatu iniciou um resgate cultural, a preservação de um patrimônio imaterial e a prática do lazer, entendeu um caminho que poderia ser mais longo e profícuo. Atendeu uma demanda existente, solucionou um relativo problema e vislumbrou alternativas positivas que resultou num empreendimento solidário.

Lima (2015) apresenta o questionamento a respeito da definição dos empreendimentos de economia solidária, diante da pluralidade que atuam podem ser caracterizados também no empreendedorismo social, que tem como objetivo produzir bens e serviços que de alguma forma beneficie a sociedade local e até global.

A pluralidade dos chamados empreendimentos de Economia Solidária e a amplitude de setores por eles abarcados colocam diversas questões, tais como: a própria definição-caracterização desses empreendimentos, para além do agrupamento no rótulo de “solidário”; seu alcance no sentido de mudanças na organização do trabalho alternativa ao assalariamento e a precarização das relações de emprego; a proposta política de mudança social; as relações com um mercado plural, sob a hegemonia capitalista e as possibilidades de sustentabilidade e reprodução desses empreendimentos; as mudanças na cultura do trabalho representada pelo empreendedorismo social presente na proposta (LIMA, 2015).

Uma das características da economia solidária é a igualdade de direitos no modo de produção, Singer (2007) expressa sobre a importância e como se dá essa igualdade. Neste sentido, explica que,

[...] os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se forem pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante, sobretudo quando elas são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros (SINGER, 2007, p. 289).

No caso do grupo pesquisado, as decisões são coletivas, a coordenação fica a cargo do mestre, incentivador e precursor do grupo. O Maracatu Alvorada Nova é descendente do Maracatu Nação Porto Rico, como tem origem do Candomblé, uma matriz religiosa africana traz na sua organização preceitos de uma hierarquia. Porém neste grupo o respeito é mútuo, tanto o coletivo respeita os mestres presentes, como o mestre coordenador do grupo respeita as decisões do coletivo. As decisões

são democráticas e a gestão horizontal, todos tem direito a voz e voto e as funções não tem distinção, as tarefas são realizadas por qualquer membro de acordo com a disponibilidade e necessidade.

A ECOSOL deve ser sempre centrada nas pessoas, a economia deve contribuir para a qualidade de vida, o viver bem das pessoas, no entanto, na sociedade atual a população vive em função da economia, dominada por um sentimento consumista, orientada para a competitividade, alimentada por um egoísmo que invade o ambiente familiar, provocando a exclusão de diversas formas.

No entanto, há uma nova maneira de entender a economia: a economia solidária, cujo eixo central é o povo. É a economia que deve estar a serviço das pessoas e não, como acontece agora, que são as pessoas que estão a serviço da economia. A economia solidária tem uma abordagem ética e humanista que se confronta com o modelo econômico convencional (atual), uma vez que a economia é entendida como um instrumento que contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente. O desenvolvimento e o crescimento não são fins em si mesmos, mas devem ajudar o crescimento e o desenvolvimento das sociedades, reivindicando um modelo socioeconômico mais justo e igual, no qual ninguém é excluído (FERRÁNDEZ; ECHARRI; BELDARRAIN, 2017, p.11).

Ao mesmo tempo em que mostra sua posição a respeito da economia solidária, como favorável e exalta sua importância para a sociedade, Nunes (2011) questiona a existência da ECOSOL, uma vez que o sistema capitalista está tão impregnado na sociedade, que nem sempre é possível se afastar deste sistema econômico dominante. Porém reconhece que a força da ECOSOL está nos seus princípios e pode ser a forma de atuar na economia sem se submeter ao capitalismo.

Após tantas experiências, no final do século XX, quando a globalização acelerada do capital retirou empregos e podia parecer inevitável que a sociedade fosse conviver com a indignidade do desemprego sempre crescente e com a desilusão com a experiência socialista, uma nova proposta se propôs a resgatar, de modo novo, este projeto: a economia solidária. Este conjunto de práticas autogestionárias de produção, de comercialização, de consumo, de trocas, de serviços, ainda esparso pelo mundo, mas interligando-se pouco a pouco em redes, tem-se mostrado uma das contestações mais interessantes ao modelo econômico capitalista. Elas questionam, na sua própria existência cotidiana, as bases do modelo que deu origem à pobreza e à exclusão. A principal força dessas experiências talvez seja o exemplo “subversivo” de atuar na economia sem submeter-se aos princípios capitalistas de competitividade exacerbada e lucro privado, dentro de uma lógica de

cooperação, de igualdade, de liberdade e autonomia e de respeito ao meio ambiente (NUNES, 2011, p. 52).

A força das experiências dos empreendimentos solidários está nos princípios da Economia Solidária, nem sempre se consegue uma adesão total dentro de um coletivo, isto devido às raízes do capitalismo implantadas durante gerações. Neste estudo de caso, não se pode afirmar que todos estão conscientizados da importância destes princípios, mas se pode dizer que senão foram totalmente aceitos ao menos provocou o questionamento, levantou a dúvida e a vontade de tentar fazer diferente. Neste sentido, na sequência se pretende relacionar perspectivas destes princípios para com a rotina de organização e atuação do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova.

1.4 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERAÇÃO, AUTOGESTÃO, AÇÃO ECONÔMICA E SOLIDARIEDADE.

Os princípios e valores atribuídos à economia solidária e conseqüentemente orientado o uso nos empreendimentos solidários, apresentam um grau de aplicação que varia em cada coletivo, podendo ser totalmente aplicados ou relativamente aplicados de acordo com o interesse e sensibilidade do grupo. O importante é que os coletivos conheçam e decidam de forma coletiva a utilização destes, somente o fato de reunirem-se para decidir de forma democrática e horizontal a aplicação dos princípios já estão praticando. Para isso a capacitação do grupo é fundamental, o coletivo somente vai entender e aplicar esses preceitos a partir do momento que conhecer suas dimensões e aspectos, assim poderão vislumbrar resultados.

Desta forma o uso de técnicas e ferramentas apropriadas poderá facilitar esse processo, uma das metodologias bastante utilizada é a incubação de empreendimentos solidários, sempre é realizada por instituições de apoio preparadas e a permissão do grupo. O grupo de Maracatu Alvorada Nova teve o apoio da INDIOS/UNIOESTE, inclusive membros do grupo foram bolsistas nos projetos de extensão universitária da incubadora o que facilitou a assimilação dos conceitos e a multiplicação entre seus pares.

É importante conhecer a que se referem estes princípios para poder contrastar com o sistema capitalista, numa proposta didática desta pesquisa segue um quadro com os princípios fundamentais da economia solidária conforme orienta o Ministério do Trabalho, e na sequência um quadro comparativo do que seria o

oposto a estes princípios atribuído aos preceitos do sistema capitalista. Autores como Arruda e Mariani (2013, p.105) entendem que “resta (re)construir os movimentos dos princípios capitalistas de competição, desigualdade e heterogestão que notadamente constituem a lógica capitalista – que são contrapostos” aos princípios da economia solidária.

Quadro 1 – Quadro Comparativo

Princípios fundamentais da Economia Solidária		Preceitos do sistema capitalista comparativos à Economia Solidária	
Cooperação	Ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;	Competição	O papel da concorrência tornou-se central, o indivíduo somente alcançará seus objetivos se for competitivo, ser capacitado para alcançar cada vez mais resultados, ser inovador para obter mais ganho e aproveitar as oportunidades de mercado indiferente a quem possa atingir;
Autogestão	As decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;	Heterogestão	As decisões devem obedecer a uma hierarquia, para ter a autoridade o indivíduo tem que conquistar esse direito. Existe uma hierarquia conforme um grau de importância, não se pode ter uma iniciativa sem autorização;
Ação Econômica	Sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;	Exploração Econômica (Lucro)	O modo de produção e as relações econômicas remetem a qualquer vantagem, benefício (material, intelectual ou moral) que se pode tirar de alguma negociação, as quais ocorrem somente em função do lucro. A motivação é econômica e o objetivo é o ganho, não importando impactos que possa ocasionar;
Solidariedade	A preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade.	Individualidade / Desigualdade	Não há preocupação com o coletivo, atitudes egoístas, pouca ou nenhuma solidariedade. Doutrina moral, econômica ou política que valoriza a autonomia individual na busca da satisfação pessoal.

Fonte: (MT, 2017) adaptação do autor.

Numa análise do quadro apresentado, observa-se que são princípios que dependem das atitudes dos indivíduos num primeiro momento individual, pois cada um tem a liberdade de tomar a decisão de como agir individualmente, para depois pensar no coletivo e assim tomar outra decisão, seja para colaborar com o coletivo ou para ignorar sua importância. A partir de então relacionar os princípios que tomará como certos, cooperando, sendo solidário e contribuir para uma decisão coletiva, tomar atitudes contrárias ou ainda buscar uma solução intermediária definindo seus próprios princípios.

Enquanto os preceitos do sistema capitalista estão inseridos no sistema econômico, onde as atitudes na maioria das vezes são executadas sem uma análise das consequências seja no aspecto individual ou coletivo. Apresentam atitudes contrárias, incentivam a competitividade com atitudes egoísta por meio de decisões hierárquicas em busca do lucro.

1.4.1 Economia solidária na perspectiva da Cooperação

A cooperação resume-se segundo Tygel (2017) na “existência de interesses comuns, objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades”.

As forças dominantes não demoraram muito para perceber o potencial do trabalho cooperado, a força conjunta resultava em maior produtividade. O cooperativismo autêntico nasceu no século XIX, na Inglaterra, não por acaso é considerado um antecedente da Economia Solidária. Nesta época as cooperativas, uniam-se aos sindicatos e juntos lutavam por melhores condições de trabalho, assim começaram a desenvolver práticas econômicas diferenciadas com base na cooperação, solidariedade e autogestão.

O cooperativismo preocupa-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que historicamente aparece junto com o capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores (CULTI, 2010).

A cooperação deve ser entendida como a “existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus”. (ARISTIDE, 2012). Neste processo envolve diversos tipos de organizações coletivas que podem agregar um conjunto grande de atividades, sejam elas individuais ou familiares.

Na formação do Grupo de Maracatu os primeiros integrantes foram atraídos por interesses e objetivos comuns, a preservação e resgate de um patrimônio cultural material, isso demandou esforços de todos, com o tempo mesmo com a dedicação surgiram dificuldades, superados pela capacidade e cooperação dos membros e apoiadores, com o trabalho cooperado e as decisões coletivas foram surgindo resultados positivos financeiros e sociais.

1.4.2 Economia Solidária na perspectiva da Autogestão

A autogestão conforme Tygel (2017) é o “exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses”. No caso do Grupo de Maracatu, assim como ocorre em outros coletivos na área da cultura, como é o caso da capoeira, existe uma hierarquia tradicional, ao se tratar de autogestão que prega decisões coletivas e horizontais pode causar certa estranheza. Porém a autogestão tem sua base na cooperação e na confiança entre seus membros, todos devem ter o mesmo direito de se manifestar e receber a devida atenção, um dos pontos fortes destas manifestações culturais é a disciplina e o respeito, desta forma mesmo que a coordenação do grupo este sob responsabilidade do mestre este poderá conduzir as decisões de forma coletiva e os membros irão respeitadas esta condução.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. Acontece que, até agora, grande parte dos cooperadores se insere na economia solidária enquanto modo de produção intersticial, ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a, no máximo,

como exigência coletiva para poder participar da cooperativa (SINGER, 1996, p.21).

No Grupo de Maracatu adotou-se o respeito a qualquer opinião e o direito de todos se expressarem, num certo momento houveram problemas internos principalmente voltados à segurança do grupo, houve um crescimento de participantes que já não se sabia quem apresentou ou como foi inserido no coletivo, então houve diálogos e com a cooperação de todos implantou-se formas de controle de participação. Nesta oportunidade, foi claro o desenvolvimento pessoal de alguns membros considerando que teve a liberdade de se expressar e o reconhecimento do grupo pela sua participação e o coletivo evoluiu como grupo.

Bobbio (2000) a respeito da autogestão esclarece que

[...] pode ser compreendida no sentido amplo ou restrito. Restrito, se considerarmos a gestão democrática e cooperativa de uma organização econômica específica, na qual todos os trabalhadores detêm o poder de decisão sobre todos os aspectos relativos ao empreendimento. No sentido amplo, autogestão se refere à transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais: um novo modelo de sociedade, cujas pessoas sejam livres e iguais (BOBBIO, 2000, p.8).

Ao se referir ao modo de produção e a tomada de decisão na economia solidária, a autogestão tem muita relevância, pois as decisões são tomadas de baixo para cima, ou seja, a camada produtiva que geralmente é a maioria é que tem o poder de voto para decidir. Na prática no Ponto de Cultura, algumas decisões são estabelecidas na elaboração do projeto, porém a consulta ao coletivo existe com antecedência à submissão do projeto, uma vez que a demanda é para todo o grupo, assim a decisão é tomada pela camada produtiva.

[...] a livre associação de indivíduos, com fins de produção e distribuição de bens produzidos e tendo em vista a eliminação de toda a tendência autoritária através da criação da autogestão, a partir de baixo (BOBBIO, 2000, p.8).

Mance (2000) ao citar Paul Singer ressalta que,

[...] a autogestão é o principal marco diferencial entre uma empresa capitalista e uma experiência de economia solidária, pois atinge frontalmente o principal alvo da crítica ao capitalismo: o poder ditatorial. Trata-se de renunciar à administração hierárquica tradicional e tomar as decisões de forma coletiva. Na administração autogestionária, as informações são socializadas e as orientações fluem de baixo para cima. A autoridade máxima, na economia

solidária, é a assembléia. O que o grupo decide deve virar lei! (MANCE, 2000. p.10).

Uma vez tomada à decisão de forma coletiva, o coordenador do grupo não pode alterá-la, pois certamente perderá a confiança do grupo. No Grupo de Maracatu, em todos os ensaios, os quais acontecem duas vezes por semana, é reservado um tempo para a troca de informações e tomada de decisões, os assuntos podem ser trazidos por qualquer membro e são tratados e encaminhados em conjunto.

Singer (2002, p.21) expressa que o mérito principal da autogestão não está propriamente na eficiência econômica, “mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e de decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura”. Observando os membros do Maracatu Alvorada Nova desde o seu ingresso no grupo, com a participação se torna mais confiante, desta forma o indivíduo melhora suas atitudes se torna uma pessoa mais segura e socializa esse bem estar podendo resultar numa reação em cadeia, transparecendo ao coletivo esse bem viver.

Nas iniciativas culturais se verifica que são ainda mais evidentes essas transformações no indivíduo, a cooperação e a confiança dão suporte à construção de um novo modelo de vida e de sociedade, sobrepondo o espírito de competição, de concorrência e do individualismo.

1.4.3 Economia Solidária na perspectiva da Ação Econômica

Para que a economia solidária possa ser movimentada é preciso algumas ações práticas, Tygel (2017) caracteriza essas como “agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo”. Todo empreendimento solidário enfrenta etapas na sua organização econômica, na área da cultura não é diferente, mesmo havendo um interesse diferenciado pelo patrimônio cultural, seja material ou imaterial é necessário à utilização de todos os elementos descritos pelo autor. O Grupo de Maracatu Alvorada Nova em sua evolução trabalhou estes elementos, até mesmo porque um dos fatores de motivação é também a possibilidade de trabalho e renda.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta eficaz a favor da inclusão social. O princípio básico das ações de economia solidária é gerar desenvolvimento econômico garantindo inclusão, renda e sustentabilidade ambiental (SGOV, 2017).

Neste processo evolutivo do grupo ocorreram inclusões sociais, a formação desde o início sempre foi eclética composta por artistas de outros setores da cultura, comunidade do entorno, universitários e pessoas que despertaram interesse em participar do grupo. A possibilidade de trabalho e renda agregado ao aspecto cultural e social da iniciativa incentivou a participação, com um número maior de participantes o grupo foi fortalecido, as apresentações adquiriram um volume artístico maior e começou a chamar a atenção, resultando em convites para participação de eventos gerando um produto cultural diferenciado.

[...] a ação econômica é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, o que envolve elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais (BERTUCCI et al, 2010, p. 16).

Nas estratégias de inclusão social, as ações econômicas são fundamentais na manutenção das atividades nos princípios da economia solidária, o grupo buscou na organização coletiva sugestões que poderiam agregar valor ao empreendimento, utilizando da criatividade na geração de produtos como camisetas, lembranças, instrumentos, adereços entre outros. Porém não era suficiente para as despesas e investimentos necessários para ampliação de algumas ações incutidas nos objetivos do grupo, que são diminuir a desigualdade, criar oportunidade, defender a diversidade e contribuir para redução da miséria.

1.4.4 Economia Solidária na perspectiva da Solidariedade

Para contribuir nesta questão acerca da solidariedade e suas relações com a economia solidária recorreremos aos autores Singer (1999 2002); Razeto (1993); Corragio (1996), os últimos mesmo utilizando denominações similares ressaltam a solidariedade como fator essencial neste fenômeno econômico.

No caso do Maracatu Alvorada Nova a própria formação do grupo já é uma demonstração de solidariedade, na questão econômica não havia nenhuma taxa de

participação no grupo, na integração de novos membros não há nenhuma discriminação e existe o auxílio no aprendizado. O indivíduo pode participar quando desejar e sair no momento que desejar, no entanto na prática não é isso que acontece, as pessoas se identificam, permanecem e contribuem de forma solidária para fortalecer o grupo.

Dentro da experiência adquirida na prática da economia solidária, este autor pode dizer que a solidariedade dentro de um empreendimento solidário pode acontecer de algumas formas: a primeira é praticando internamente e de forma conjunta entre os membros, todos colaborando nas atitudes, ações e projetos a que o grupo se propor, depois é claro de uma decisão coletiva; outra forma de visualizar a solidariedade é a transferência de conhecimento entre os membros a fim de que o grupo tenha condições de crescer de forma igualitária; outra maneira que se pode citar tem haver com o conceito de rede e circuitos econômicos que se utiliza do excedente para ampliar a rede de circuitos econômicos solidário, repassando atos solidários que recebeu quando iniciou seu empreendimento, certo que este beneficiário fará o mesmo ampliando assim essa rede solidária.

Dadas estas dificuldades, a solidariedade é a solução racional: um conjunto de produtores autônomos se organiza para trocar seus produtos entre si, o que dá a todos e a cada um maneira de escoar a produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade dos que já estão estabelecidos (SINGER, 1999, p. 132).

Na área cultural a solução racional apresentada por Singer na citação anterior pode perfeitamente ser aplicada, tendo em vista que existem diversas produções e manifestações culturais numa localidade, bem como artistas e pessoas que se interessam por cultura. Geralmente estas pessoas procuram consumir estes produtos e serviços culturais, se estes atores da cultura se organizar, podem efetuar a troca entre si fazendo girar a produção e os serviços deixando de lado os contratantes que utilizam de um sistema econômico exploratório para desvalorizar os profissionais da cultura.

Na dinâmica de Singer (1999), se todos assegurarem um mínimo de troca no mercado, todos igualmente terão um giro na produção, mesmo que não obtenha algum recurso de imediato teria outra mercadoria para poder negociar ou compartilhar.

Para Razeto (1993, p. 40) não se deve analisar a economia solidária somente na dimensão econômica, além de produtores de todos os tipos e tamanhos a Economia de Solidariedade, expressão que este autor utiliza, é formada por organizações, representadas hoje por empreendimentos, coletivos e grupos solidários, os quais “compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas”.

O fortalecimento de um grupo solidário, como o próprio nome já remete à preocupação com a própria interpretação do que é solidariedade, sentimento ou atitude as quais as pessoas devem ter umas com as outras, num sentido de compromisso mútuo e cada uma destas para com o todo o coletivo, seja nas inter-relações ou nos resultados obtidos sejam financeiros ou sociais. Tygel (2017) contribui na afirmação que existe uma “preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes”, ressaltando também o “comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadoras (es) e consumidoras (es)”.

Nesta mesma linha Corragio (1996) não se limita ao econômico e tem sua referência no desenvolvimento humano, explica que para isso é preciso articular a economia e a cultura, complementa que a Economia Popular, termo que emprega se trata de uma solidariedade orgânica, onde o desenvolvimento de uns contribui para o desenvolvimento de outros. “A solidariedade remete à liberdade positiva de se desenvolverem práticas cooperativas e ultrapassa, pela busca das condições intersubjetivas da integridade pessoal, a lógica do interesse” (CHANIAL & LAVILLE, 2009, p.22).

[...] a solidariedade é expressa em diferentes dimensões, desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns; nos valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e

no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (BERTUCCI et al, 2010, p. 15).

Um mundo competitivo e individualista contribui para que as pessoas tomem suas decisões e executem suas ações de acordo com o interesse próprio, fomentando a cultura do egoísmo. Ao participar de um Grupo de Maracatu Nação, não há espaço para o egoísmo, não existe Maracatu com uma batida somente, o batuque tem que ser coletivo e harmonioso, somente na cooperação e na participação solidária se pode alcançar um resultado e criar um produto.

As características de uma forma alternativa de economia sedimentada na autogestão e apoiada na solidariedade ultrapassam a concepção de formas de produção que visam somente o lucro, para se projetarem além do econômico. Entretanto se constituem em uma alternativa que inclui os setores marginalizados na produção e se interessa pelo usufruto dos resultados do desenvolvimento, visto tratar-se de um projeto que nasce de “baixo para cima”, ou seja, da iniciativa dos próprios atores que deverão criar, produzir e usufruir a produção (SANTOS, K., 2003, p. 34).

Uma vez que produz, é dono do destino desta produção, seja produto ou serviço, a economia solidária propõe condições de decidir sobre o que lhe é de direito e não precisa ceder ao mercado explorador, no entanto, é preciso aplicar os princípios solidários, pensar coletivamente a destinação do seu bem por meio da autogestão e decisão coletiva, se houver excedente utilizar a cooperação e a solidariedade para fomentar a rede solidária, assim se poderá fazer alguma frente ao sistema econômico hegemônico.

O princípio da solidariedade tem inspirado movimentos sociais e laborais ao longo da história do capitalismo. Como valor fundamental de outra ordem social, ele se tenciona e se contrapõe ao princípio da competição, que o capitalismo transformou em modo de relação único e absoluto. No contexto da complexidade, porém, nem mesmo o capitalismo consegue eliminar a presença da cooperação e da solidariedade nas relações produtivas, mercantis e financeiras (ARRUDA, 2003, p.227).

A solidariedade e a cooperação representam na economia solidária o contraponto da competitividade e da individualidade, no entanto, é certo que mesmo no sistema capitalista existe um grau de solidariedade e cooperação, porém não permite aos indivíduos a prática da autogestão, o que influi diretamente na ação econômica.

Na área da cultura em Foz do Iguaçu, é importante ressaltar que o Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova procura preservar os princípios da economia solidária e se adaptar ao sistema capitalista hegemônico, considerando que apesar de submeter-se em alguns momentos a este sistema na balança custo-benefício o peso maior é positivo. A oportunidade de apresentar à sociedade o Maracatu, um patrimônio cultural imaterial do Brasil, certificado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), proporcionar uma possibilidade de trabalho e renda para os componentes do grupo, promover a inclusão social, incentivar outras formas de cultura a organizarem-se para mostrar seus trabalhos e principalmente dar exemplo que apesar das dificuldades impostas, com um trabalho coletivo de base é possível mostrar a existência de manifestações culturais de qualidade em Foz do Iguaçu.

É neste contexto que iniciativas de empreendimentos solidários têm ampliado a cada dia o campo de atuação da economia solidária, criando perspectivas de relações econômicas alternativas e mais humanas em diversas áreas. No próximo capítulo se pretende avançar a pesquisa neste sentido, ao apresentar a estrutura organizacional e as dimensões da economia solidária, agregar elementos que mostrem a importância e como podem contribuir na consolidação de iniciativas solidárias como o Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRESSUPOSTOS DE UM CAMPO DE ATUAÇÃO E SUA INTERFACE COM A CULTURA

Na literatura atual se comprova a atuação da economia solidária num caráter alternativo perante o sistema econômico dominante, a prática de novas experiências populares de cooperação econômica e autogestão pode gerar novas relações entre os indivíduos. A provocação de rupturas nas relações econômicas capitalistas, também representam estes novos formatos econômicos, “a existência de um mercado de bens e serviços culturais, de um emprego em atividades culturais e, sobretudo, de um valor econômico dos bens culturais constitui um fator que traduz a importância econômica destas atividades” (VILAR, 2007, p. 131-132).

Por outro lado, os movimentos sociais solidários representam além desta ruptura um novo modo de organização das atividades econômicas em geral, uma vez que o foco está nas relações sociais (GAIGER, 2003). A economia solidária traz a humanização neste processo, quando praticado no setor cultural torna o efeito ainda mais interessante, por isso a necessidade de adentrar nos fundamentos da Economia da Cultura.

[...] a tradicional ótica econômica necessita da complementação de outras formas de valor, tais **como valores de identidade, valor cultural, capacitação e liberdade**, para que se conheça o valor econômico que transita entre os campos da oferta (processos produtivos) e da demanda (disposição de pagamento) e legitimação de ambas (VALIATI, 2009, p. 49, negrito nosso).

A economia solidária respeita esses valores e permite uma liberdade de oferta ao coletivo, o grupo escolhe se participa ou não de uma ação, assim não transforma totalmente num produto a sua cultura, desta forma cria outra ótica econômica no âmbito da prática na economia da cultura, ao qual o objeto de estudo se enquadra. Neste sentido Vilar (2007, p. 131) questiona sob o ponto de vista metodológico “[...] se faz sentido falar de uma economia da cultura, ou seja, se a cultura e as suas diferentes manifestações podem ou devem ser interpretadas em termos e segundo modelos econômicos”. O sistema econômico caracteriza a produção, distribuição ou difusão e o consumo seja de serviços, bens ou produtos de uma comunidade, porém primeiramente é preciso saber se essa comunidade deseja transformar sua cultura e produto.

A autogestão nos empreendimentos solidários, assim como a autonomia nas iniciativas culturais trazem aos seus coletivos maior responsabilidade, na tomada de decisão, na organização administrativa, definição de metas e distribuição de ganhos, criando a oportunidade de independência do Estado. Por outro lado em nenhum momento a intensão é isentar o Estado de seus deveres e obrigações, principalmente relativo à ordem econômica e aos direitos sociais. O Art. 6º, Capítulo II, da Constituição da República Federativa do Brasil, trata dos Direitos Sociais de todos os cidadãos brasileiros.

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, **o trabalho**, a moradia, o transporte, **o lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (CONSTITUIÇÃO, 1988, negrito nosso)

Esse sistema proposto numa outra forma de relação econômica, com outras maneiras nas relações sociais, antigas atitudes numa nova roupagem pode aproximar as pessoas para o que mais importa as relações humanas. Relações estas prevista na Constituição Brasileira no Capítulo I, do Título VII, que trata dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, o artigo 170 apresenta os princípios da Ordem Econômica e Financeira na constituição.

A ordem econômica, fundada na **valorização do trabalho humano** e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 39, negrito nosso).

A constituição brasileira de 1988 como os artigos citados comprovam trouxe avanços sociais, neste sentido o papel fundamental do Estado é proporcionar aos empreendimentos por meio de políticas públicas, programas e projetos condições de trabalho digno e justiça social.

Neste contexto para adentrar nesse debate sobre a incorporação da economia solidária na gestão de um empreendimento cultural solidário, antes se faz necessário conhecer como está disposta a economia solidária, seus atores, sua estrutura e dimensões, para poder buscar subsídios que possam contribuir na proposta desta pesquisa. O aspecto relevante a se considerar são as dimensões da ECOSOL, sobretudo a cultural uma vez que o objeto de pesquisa se trata de uma iniciativa cultural, no mesmo sentido será feito um apanhado sobre economia da cultura tendo em vista que o grupo está inserido na cadeia produtiva da cultura.

Outro aspecto comum é a respeito das políticas públicas, o papel fundamental dos movimentos sociais na estruturação da economia solidária e um descritivo dos órgãos e instâncias de governança criados para consolidá-la enquanto política pública. Na economia da cultura será tratado o caráter multidisciplinar da cultura não restrito ao aspecto econômico, mas no questionamento das políticas públicas que tem o Estado como protagonista no fomento da cultura, o Plano Nacional de Cultura direciona para esta dependência do Estado, uma vez que o ministério não tem orçamento para cultura, os recursos originam-se de leis de incentivo fiscal e criação de fundos.

Essa esfera de ação burocrática tem poder inclusive sobre a eficiência e distribuição existentes no setor, motivados por grupos de pressão, objetivos eleitorais e privilégios normativos concedido a formas específicas de arte. Isso revela a importância das instituições e dos efeitos que essa gera nos indivíduos e no campo da Economia Política da Cultura, ainda pouco explorada (VALIATI; CORAZZA; FLORISSI, 2011, p. 33).

Desta forma para obter o entendimento como foi montado e está estruturado o Grupo de Maracatu, bem como quais são as perspectivas futuras para o empreendimento é necessário primeiro conhecer os ambientes ao qual ele está inserido e se relacionando: economia solidária, economia da cultura e a relação destas com as respectivas políticas públicas, atores envolvidos e o grau de autonomia e protagonismo destes.

2.1 ESTRUTURA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: QUE SÃO? QUEM SOMOS?

Este título remete a uma questão essencial de Montoya (2010, p.27) "*Quiénes son los sujetos de la economía solidaria?* Uma questão não tão simples de responder, pois se trata de uma atividade que aborda relações econômicas, sociais e na perspectiva deste estudo também dimensões culturais, o que torna mais complexo uma vez que levanta questões a respeito de valores pessoais, experiências, saberes e vivências.

Mas a verdade é que as coisas estão se deslocando com extrema rapidez. E na economia, quando eu tenho esse tipo de matéria-prima, um fator de produção que pode se multiplicar pelo planeta afora sem custos adicionais, o paradigma básico não é mais de competição "isso é meu, isso é teu", e sim de colaboração (DOWBÓR, 2017, p. 22).

Ainda sobre o questionamento inicial Montoya (2010, p. 27) faz uma provocação afirmando que existem os sujeitos envolvidos de fato e os potenciais, se analisar com um olhar mais crítico até mesmo atores envolvidos diretamente nas iniciativas solidárias não são defensores do movimento de economia solidária. Estão inseridos nos empreendimentos solidários, mas por uma falta de opção de outro trabalho, pois na realidade são vítimas da precarização do sistema laboral e tem sua participação como algo temporário, assim que surgir uma oportunidade retorna ao sistema salarial.

No estudo de caso do Grupo de Maracatu, observa-se que também ocorre essa situação, apesar de ser voluntária a participação, existe um objetivo claro de preservação do patrimônio cultural imaterial, para alguns se vislumbra a oportunidade de ganho por meio do trabalho artístico, o que pode ser um refúgio para alguma vítima deste sistema capitalista impiedoso. Este participante não está somente pelo amor à cultura ou ao sentimento de prazer nos momentos da batucada, tem um objetivo de renda e se não atendido logo se afasta ou ainda se aparecer uma oportunidade de emprego que vislumbre um mínimo de segurança financeira mensal, opta por esta oportunidade. A situação de cada participante permeia entre a necessidade de subsistência e a possibilidade de viver fazendo o que gosta e lhe dá prazer, porém não deixam de serem sujeitos da economia solidária neste processo e fazerem parte da economia da cultura.

O movimento social da economia solidária já comprovava uma solidez, com as participações dos diversos movimentos desenhou uma política pública para a ECOSOL, no entanto, era preciso saber quem realmente faz parte dela, qual é o seu papel no coletivo, bem como quem seriam os parceiros e colaboradores potenciais. Para isso era necessário à realização de plenárias, mobilizações o que geram a necessidade de recursos e sem uma autonomia financeira novamente se recorre ao governo.

O Estado precisava traçar um panorama da realidade, saber o quanto a economia solidária envolvia a população e assim poder definir o papel do governo e respectivas estratégias de atuação. Então foi assinado o Decreto Presidencial de Nº 7.358, de Novembro de 2010, que constituiu o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS) e sua Comissão Gestora, assim iniciou uma nova etapa nas políticas públicas da economia solidária. Na sequencia foram criadas estruturas

administrativas, propostos setores e programas para auxiliar o Estado a entender melhor este fenômeno. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi montada “com o objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas” (SIES/MTE, 2017). A primeira ação foi iniciar o mapeamento da economia solidária no Brasil, desenvolveram então o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

A proposta trazia embutida a tentativa de registrar um movimento que já estava além do controle do Estado, tamanho era à proporção que havia tomado, por meio dos movimentos sociais havia adquirido uma autonomia moral, porém dependia do apoio do estado para mobilização e concretização de uma política pública eficaz. Esse apoio apareceu além da estrutura pública montada, por meio de financiamentos à pesquisa e fomento. Editais para submissão de projetos de formação e fomento a empreendimentos de economia solidária foram lançados, foi por um destes projetos num formato de extensão universitária, financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que foi possível realizar a incubação desta iniciativa cultural e incentivar a gestão aos moldes da economia solidária.

Diante das dificuldades políticas, o movimento ainda conseguiu bons resultados, a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária, que comporta órgãos de apoio técnico e definiu uma estrutura de articulação do movimento de economia solidária, que serve como referência até hoje o norteia as ações na economia solidária, foi elaborado pela SENAES/MTE (2014) um esquema que facilita o entendimento da estrutura e articulações principais da economia solidária.

O esquema apresentado a seguir mostra o Campo da Economia Solidária no Brasil, no nível central e como principal elemento a Economia Solidária, num segundo nível verificamos os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF), as Ligas ou Uniões de EES, os Fóruns, Redes e Frentes de ES e as Instâncias de Políticas Públicas da ES. Nesta pesquisa será trabalhado somente este segundo nível, se pretende traçar a relação desses sujeitos e o papel colaborativo para com objeto de estudo. O nível seguinte não será nesta pesquisa, tendo em vista que não será aprofundado o estudo sobre o sistema

de economia solidária em sua totalidade, somente o que diz respeito ao caso em estudo.

Figura 1 – O Campo da Economia Solidária no Brasil



Fonte: SIES/SENAES/MT (2014)

O surgimento do Grupo de Maracatu em Foz do Iguaçu em 2013 ocorreu logo após o grande desenvolvimento da ECOSOL no Brasil, tanto como movimento social quanto como política pública. Na primeira década deste século ela se concretizou como um modo diferenciado de se tratar a economia, digno de um estudo mais aprofundado, investimentos por parte do governo e aplicação direta em empreendimentos. Por isso a atenção aos sujeitos do segundo nível é imprescindível entender quem são os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e as Instituições de Apoio e Fomento.

2.1.1 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES

Com relação aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), foi realizada uma pesquisa pela SENAES com a participação do Fórum Brasileiro de

Economia Solidária (FBES), onde o Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (MTE-SENAES, 2004) considerava como empreendimentos da economia solidária as organizações que possuam as seguintes características:

Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.

Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.

Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (MTE, 2003).

De ordem prática o cadastro dos EES somente ocorre se os movimentos orientarem, instruírem que façam o cadastro, além de que as características apresentadas eram complexas e dificultavam o entendimento dos membros das EES, gerando desconfiança e conseqüentemente não atingiu o esperado. Estes empreendimentos solidários normalmente estão organizados em cooperativas, associações, grupos informais ou até mesmo sociedades mercantis.

O conceito de Empreendimento Econômico Solidário (EES) procura sintetizar as principais características da economia solidária, afirmando uma nova identidade (instrumento da ação política) que não se restringe às formas cooperativas, associativas ou societárias (legalmente definidas), mas que pode se expressar como parte destas formas organizativas. Ou seja, não se trata de confirmar a ES pela forma ou natureza da organização, mas pelas características presentes nos empreendimentos (ARISTIDE, 2012).

Diante da falta de resultados do sistema, uma versão mais recente a esta foi apresentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, qual demarcou novas

características de um empreendimento econômico solidário, porém desde que fossem atendidas de maneira concomitante, como define no documento, na prática também não atendeu as necessidades dos EES.

Ser uma organização coletiva e democrática, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios são trabalhadores do meio urbano ou rural;

Exercer atividades de natureza econômica como razão primordial de sua existência;

Ser uma organização Autogestionária, cujos participantes ou associados exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania assembléia e singularidade de voto dos sócios, conforme dispuser o seu estatuto ou regimento interno;

Ter seus associados direta ou preponderantemente envolvidos na consecução de seu objetivo social;

Distribuir os resultados financeiros da atividade econômica de acordo com a deliberação de seus associados, considerando as operações econômicas realizadas pelo coletivo;

Realizar pelo menos uma reunião ou assembléia trimestral para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento;

Destinar parte do seu resultado operacional líquido para auxiliar outros empreendimentos equivalentes que estejam em situação precária de constituição ou consolidação, no desenvolvimento comunitário e para a formação política, econômica e social dos seus integrantes (MTb, 2017).

Essas características pouco diferem das apresentadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2004, o destaque é para o último item que mostra o exercício da solidariedade, ao auxiliar outro grupo torna o movimento mais forte, gerando um circuito econômico solidário, o beneficiado transfere o ato para outro grupo quando já tiver o seu excedente, criando assim a possibilidade efetiva de uma Rede Solidária.

No que se refere ao cadastro existe peculiaridades nas EES que devem ser levados em consideração.

EES é um conceito “includente” por procurar contemplar as diversas experiências da ES e as diversas formas de organização das mesmas e, ao mesmo tempo, EES é um conceito “excludente” das organizações capitalistas e das formas não capitalistas familiares e autônomas (individuais). Esses critérios inclusivos e exclusivos podem ser explicitados (ARISTIDE, 2012).

Primeiramente se deve entender que é difícil contemplar num conceito um fenômeno tão diverso, existem inúmeras formas de organizações e experiência que

se alimentam dos princípios da ECOSOL, assim como em diversas áreas de atuação. O fato é o Grupo de Maracatu diante das observações pode ser inclusivo na medida em que entender que toda atividade por usufruir dos elementos que a economia solidária defende, e excludente se tiver uma visão separatista que organizações capitalistas não possam utilizar os princípios da ECOSOL, pelo mínimo que seja.

O governo encontrou em 2014 um meio de controle implantou por meio da Portaria MTE Nº374, de 21 de março de 2014, o CADSOL o qual obrigou as EES a se cadastrarem mediante o risco de não receberem qualquer apoio financeiro.

O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL, tem por finalidade o reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários de modo a permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas (MTE, 2014).

Em síntese, todo empreendimento econômico solidário que almejar um financiamento público tem a obrigatoriedade de estar cadastrado no CADSOL, assim estará inserido nos programas públicos. Na atualidade apesar de existir o sistema no Ministério do Trabalho num formato de Atlas Digital, os recursos agora são escassos quando existem.

No caso do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova não foi realizado o cadastro no sistema, pois o empreendimento tem certa versatilidade por ser da área da cultura, podendo recorrer aos recursos no Ministério da Cultura (MinC) e ao mesmo tempo uma dificuldade por ser uma iniciativa cultural. Por ser um grupo de manifestação cultural com membros voluntários, tem como característica a informalidade, o que dá mais liberdade ao indivíduo de participar sem um vínculo burocrático. Para continuar as atividades o grupo além de atuar como Projeto de Extensão, a iniciativa foi alocada no Centro de Cultura Popular de Foz do Iguaçu (CCP), uma instituição ligada à área da cultura, mas com personalidade jurídica, assim pode participar de seleções públicas e conseguem ampliar seus projetos e seu território de ação.

2.1.2 Instâncias de Apoio e Fomento

As Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAFs) são todas as organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações de apoio direto à ECOSOL, tais como: capacitação, assessoria, incubação, acesso a mercados, assistência técnica e organizativa. “São exemplos de EAFs as Organizações da Sociedade Civil, também conhecidas como ONGs, e as incubadoras universitárias de cooperativas populares e empreendimentos solidários” (MT/EAFS, 2017).

A ITCP surgiu na década de 90, como uma resposta à crise do desemprego e da precarização do trabalho do país. Desenvolvida em universidades, as incubadoras representam um importante papel no que diz respeito à transferência de conhecimento para grupos populares economicamente excluídos, prestando apoio jurídico, administrativo, além de capacitação para o desenvolvimento de diversas atividades (FARIA, 2011).

As primeiras iniciativas de políticas públicas voltadas à Economia Solidária aparecem na década de 1990, assim como o envolvimento das universidades na questão, que iniciam uma atuação por meio de projetos de extensão universitária no formato de incubadoras, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que incentivada por um programa do governo foram se estruturando ao ponto de formar uma rede nacional, Rede de ITCPs. Posteriormente, surgiu uma rede de universidade que iniciaram as discussões sobre o trabalho, a UNITRABALHO.

Além das universidades representadas pela Rede de ITCPs e UNITRABALHO, outras entidades fazem parte desta estrutura de apoio e fomento, inclusive algumas precursoras da ECOSOL no Brasil, como é o caso da CÁRITAS, ADS/CUT e MST, mas podemos citar ainda a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), IBASE entre outras.

Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF) são aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento (ARISTIDE, 2012).

O SIES define as EAFs não pelas características organizacionais, mas conforme as atividades desenvolvida tais como assessoria, assistência técnica,

capacitação entre outras. E também pelas características dos empreendimentos econômicos solidários atendidos ou público envolvido.

A aproximação do Grupo de Maracatu, ainda somente grupo à época, se deu quando o coordenador do grupo participou de reuniões feitas dos coordenadores da Incubadora de Direitos Institucionais e Organizações Solidárias (INDIOS), projeto de extensão da UNIOESTE, com atores da cultura local, já num processo de acolhimento na economia solidária de coletivos do setor da cultura. Foram tratados de temas relativos à economia solidária e o processo de incubação, o que despertou o interesse deste representante do Grupo de Maracatu e o mesmo fez a aproximação e começou o trabalho de apoio a este EES.

2.1.3 Ligas ou Uniões de Empreendimentos Econômicos Solidários

Ligas ou Uniões de Empreendimentos Econômicos Solidários, hoje são reconhecidas pelo Ministério do Trabalho dentro das políticas públicas de economia solidária como Organizações Representativas e Movimentos Sociais.

Na luta pelo desenvolvimento da Economia Solidária, também estão presentes diversos movimentos sociais e organizações que representam os empreendimentos. Estas instituições atuam na mobilização dos participantes da Economia Solidária e na defesa dos seus interesses junto ao Estado e à sociedade (MT, 2017).

Estas organizações geralmente são criadas conforme a área do empreendimento ou especialidade de atuação dentro da estrutura da economia solidária. Para exemplificar o autor apresenta um quadro com as principais referências de organizações representativas e movimentos sociais apresentados pelo Ministério do Trabalho.

Quadro 2 - Organizações Representativas e Movimentos Sociais

Organizações Representativas e Movimentos Sociais	
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
CONFESOL	Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária

ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
UNICOPAS	União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias. Composta pelas duas organizações seguintes
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

Fonte: Ministério do Trabalho (2017).

A importância das Organizações Representativas sobressai no momento que um governo reduz o papel dos movimentos sociais, das próprias organizações e das comunidades, onde se deve fazer valer a complementariedade que assumem como instrumental do Estado e ao mercado, fazendo frente num cenário conflituoso. Períodos como agora em 2017 e 2018 que os recursos nas políticas públicas de fomento nas áreas sociais estão escassos, as Organizações Representativas e Movimentos Sociais são fundamentais na reivindicação de apoio e recursos.

As políticas públicas aprovadas devem ser executadas, os recursos devem ser destinados de forma adequada, representatividades não podem deixar asfixiar todo um processo emancipatório de um novo formato de economia que tem apresentado excelentes resultados, tanto no fator econômico quanto na inclusão social.

2.1.4 Fóruns, Redes e Frentes.

Os fóruns tiveram sua importância no desenvolvimento da ECOSOL e continuam sendo uma excelente ferramenta de mobilização e formação. As frentes, os embates e enfrentamentos são uma constante, não se devem perder os campos que foram conquistados no aspecto das políticas públicas. Como vem ganhando mais adeptos a economia solidária também encontra mais pessoas adversas ao

movimento de economia solidária, pessoas que se sujeitam a exploração do sistema capitalista ou que estão inseridas no grupo dominante deste sistema econômico exploratório.

As Redes de Economia Solidária são excelentes canais de comunicação e fortalecimento em defesa da ECOSOL. Para tratar de Redes de Colaboração Solidária, recorreremos a Mance (2000, 2002) que afirma ser um dos melhores exemplos práticos de aplicar a economia solidária, pois este fenômeno da economia tem condições de,

[...] gerar trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas e marginalizadas, melhorar o padrão de consumo de todos os que dela participam, proteger o meio ambiente e construir uma nova sociedade em que não haja a exploração das pessoas ou a destruição da natureza (MANCE, 2000, p.12).

A estratégia de organização é pautada especialmente no consumo solidário, onde a célula (unidade produtiva) que é a unidade básica da rede segue conectada às outras, cada uma formando movimentos de produção e consumo, promovendo laços de realimentação e o fortalecimento mútuo, conforme explica Mance (2000, p.11). Ao gerar o excedente, aplica-se a solidariedade dando condições de outro grupo se inserir no circuito, ou seja, o apoio que uma unidade recebe inicialmente, assim que tiver o excedente contribui com outra unidade. No caso da cultura esse excedente pode não ser financeiro, mas representado na experiência, na solidariedade e cooperação no sentido de capacitar outros grupos promovendo um efeito multiplicador de manifestações culturais.

Segue um quadro com os passos definidos por Mance (2000) que apresenta orientações gerais para organizar uma Rede de Colaboração Solidária.

Quadro 3 - Passos e Orientações para uma Rede de Colaboração Solidária

Passos e Orientações para uma Rede de Colaboração Solidária
1. Os participantes se comprometem a comprar produtos e serviços da própria Rede;
2. O excedente deve ser reinvestido na rede, para aumentar a oferta solidária de produtos e serviços;
3. Organização de grupos de compras conjuntas: com o desconto obtido na compra por atacado, pode-se organizar um fundo para atender às próprias demandas;
4. Organização de lojas e armazéns solidários, em diversos bairros, que facilitem o comércio de produtos feitos nas Redes Solidárias;
5. Compra em conjunto de insumos, compartilhando equipamentos e instalações,

o que reduz os custos e aumenta o excedente produzido;
6. Criação de cooperativas para atender às demandas, formando cadeias produtivas (exemplo: padarias comunitárias sendo abastecidas por ovos de uma granja criada com o apoio da Rede para atender a essa demanda);
7. Aumentar a diversidade de produtos e serviços, convidando, para montar uma rede local, clubes de mães, hortas comunitárias, cooperativas populares, etc.;
8. Quanto mais se distribuir o excedente na Rede, mais os produtos serão consumidos e maiores as oportunidades de trabalho;
9. Todos que consomem produtos e serviços de empresas que exploram os trabalhadores e destroem o equilíbrio ecológico, também são responsáveis por esses danos. Praticar o consumo e trabalho solidários é o jeito de enfrentar o capitalismo, construindo a nova economia solidária;
10. Trabalho responsável, com participação em todas as decisões sobre o quê e como produzir, o resultado do trabalho e sua repercussão na sociedade e no meio ambiente; todos recebendo remuneração justa e o excedente compartilhado com a Rede, para possibilitar que mais pessoas possam viver dignamente de seu próprio trabalho;
11. Contrariamente à ideia capitalista de acumular lucros, as redes solidárias compartilham de maneira justa e fraterna os excedentes, distribuindo a riqueza, que amplia o consumo e gera novas oportunidades de trabalho;
12. Com o crescimento das redes, a tecnologia será incorporada, não para provocar o desemprego, e sim para aumentar o tempo livre das pessoas, a fim de se dedicarem a atividades criativas, afetivas, de lazer, etc.;
13. Trabalhando e consumindo em Redes de Colaboração Solidária, é possível um desenvolvimento sustentável (ecológica e socialmente), assegurando a todos, condições para seu bem viver e a livre realização da sua dignidade humana.

Fonte: (MANCE, 2000, p.13 - 14)

Este quadro é um resumo de todo um trabalho dedicado ao estudo da economia solidária e a sistematização da Rede de Colaboração Solidária e suas relações,

[...] enquanto categoria analítica, resulta da reflexão sobre práticas de atores sociais contemporâneos, compreendidas desde a teoria da complexidade e da filosofia da libertação. Enquanto categoria estratégica é elemento central da chamada revolução das redes, na qual ações de caráter econômico, político e cultural se realimentam subvertendo padrões e processos hegemônicos mantenedores do capitalismo avançando para a construção de uma globalização solidária (MANCE, 2002, p.1).

A participação dos membros é livre, a gestão é democrática e horizontal, existe claro uma coordenação, os que oferecem a força de trabalho são remunerados de forma justa e a única obrigação do membro é respeitar os contratos de relações sociais firmados com o coletivo.

O objetivo básico dessas redes é remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas: a) produzindo nas redes tudo o que

elas ainda consomem do mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços, etc.; b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empreendimentos capitalistas; c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. O reinvestimento coletivo dos excedentes possibilita reduzir progressivamente a jornada de trabalho de todos, elevar o tempo livre para o bem viver e aprimorar o padrão de consumo de cada pessoa (MANCE, 2002, p. 2).

Esta alternativa de Rede de Consumo Solidário para ser viável depende do número de consumo solidário, um consumo coletivo traz mais benefícios financeiros e qualidade dos produtos e serviços. Os reinvestimentos coletivos de excedentes devem ser acordados, assim como a colaboração solidária entre toda a rede, na cultura a ampliação ocorre de forma harmoniosa e prazerosa, porque geralmente ocorre na prática, o consumo da cultura é direto seja de forma ativa ou passiva.

2.1.5 Instância de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Essa instância é composta basicamente pelo Ministério de Trabalho, Subsecretaria de Economia Solidária, Conselho Nacional de Economia Solidária, Governos estaduais e municipais e Conselhos Municipais de Economia Solidária, quando estes existirem, uma vez que se trata de uma iniciativa do município e sua população.

O fortalecimento da dimensão política tem aberto novas perspectivas para a economia solidária no Brasil. A sociedade busca romper barreiras e constituir a economia solidária não só como uma possibilidade de resistência ao sistema econômico hegemônico, mas também como projeto de uma nova sociedade fundamentada na democratização da economia e não fortalecimento da cidadania (GAIGER, 2003).

Somente através da parceria da sociedade civil e governos estaduais e municipais que as políticas de economia solidária desenvolvidas no governo federal, resultado de grandes mobilizações, podem encontrar ressonância em outros ministérios e órgãos públicos.

Em muitos casos, a cooperação e o diálogo institucional com outras áreas de governo resultaram em parcerias efetivas através da construção de ações conjuntas e/ou a integração de políticas em

andamento. Em outras situações, a interação com a SENAES resultou no estímulo para que outras pastas incorporassem efetivamente nas suas ações e políticas a perspectiva da economia solidária (MT, 2017).

Com o espaço social conquistado nas últimas décadas a economia solidária ganhou grande expressão perante os coletivos e até mesmo nas relações de mercado e políticas de desenvolvimento, isso devido ao “vasto campo de experiências e iniciativas de produção e reprodução dos meios de vida estruturados a partir da propriedade coletiva dos meios de produção, da autogestão, da solidariedade e do coletivismo” (MT, 2017).

Esse desenvolvimento recente foi impulsionado pela crise estrutural do capitalismo, vivenciada de forma desigual e combinada tanto no centro como na periferia do sistema e afetou, com intensidade e ritmos diferenciados, o conjunto da classe trabalhadora com o crescimento do desemprego, do trabalho precário e ataques aos direitos sociais e trabalhistas arduamente conquistados. Nessa conjuntura, a economia solidária apresentou-se como alternativa, inicialmente a partir de um conjunto de experiências isoladas, mas que conflui para articulações nacionais e um movimento que busca afirmar a sua identidade e plataforma de luta e reivindicações (MT, 2017, p.104).

A efetivação de iniciativas da ECOSOL proporcionou a geração de trabalho e renda, com isso pode ganhar um tempo precioso para estruturarem-se em princípios associados a valores humanistas as instituições de assessoria e fomento, bem como políticas públicas nas três esferas de governo (NUNES, 2017, p.105).

As formas coletivas e autogestionárias que caracterizam o campo da economia solidária permitem que se supere positivamente a condição social do assalariamento, evitando-se assim a transformação de miseráveis em trabalhadores que passarão a vivenciar a alienação e a exploração no trabalho (NUNES, 2017, p.105).

Com relação às instâncias de governança e políticas públicas, Singer (1996) esclarece,

[...] mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. (SINGER, 1996, 9-11).

Neste contexto, a economia solidária nunca poderá ser totalmente autônoma, o sistema existente pode respeitar e trabalhar em parceria, mas ser substituído

ainda é inconcebível, tendo em vista que a escala de produção hoje é muito grande, em razão da cultura do consumismo e mecanismos de crédito que deixam a população refém do sistema econômico dominante.

Independentemente do sistema produtivo e das relações políticas da sociedade, as ciências econômicas devem buscar o bem estar da população. Não faria sentido que todo esforço empreendido pelo Estado visasse apenas reduzir a relação dívida/PIB ou mesmo aumentar o superávit primário das contas públicas. Aparentemente, esses parâmetros buscam em sua essência criar expectativas positivas para a economia, buscando pavimentar o caminho para os investimentos produtivos (NASCIMENTO, 2006).

Com a cooperação do Estado, viabilizando ações por meio da consolidação de uma política pública e fortalecendo a estrutura de modo que se possam ter programas e projetos que condições do movimento se organizar e trabalhar. A constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003, mais do que o alcance de uma meta, teve um aspecto simbólico positivo, ainda mais que juntamente com a SENAES foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária. Para mostrar a importância da SENAES, resultado de ampla discussão e movimentos de apoio, apresentamos do próprio Relatório de Gestão do Exercício de 2015, da SENAES/MTE, as informações sobre a criação e atribuições desta secretaria.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária foi instituída em 2003, no âmbito do Governo Federal a partir da competência institucional atribuída ao Ministério do Trabalho e Emprego pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, de promoção e fomento ao cooperativismo e associativismo urbanos. A SENAES coordena atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário. Suas ações buscam atender às principais demandas dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de acesso ao crédito e serviços financeiros, de infraestrutura, de conhecimentos, de incremento à comercialização e de reconhecimento institucional. Suas finalidades institucionais estão definidas no art. 18 do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004 (SENAES/MTE, 2015).

Quanto ao Conselho Nacional de Economia Solidária cabe registrar que,

O CNES foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Sua atribuição principal é a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária, nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução

destas ações. A composição do CNES foi objeto de extensas negociações, visando a garantir a representação efetiva tanto da sociedade como do Estado - representatividade essencial para que a interlocução em seu seio resulte no aprimoramento permanente das políticas públicas para a economia solidária. Acordou-se finalmente que o Conselho será composto por 56 entidades, divididas entre três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária, conforme Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006 que dispõe sobre sua composição, estruturação e funcionamento (MT, 2017).

Com a criação da SENAES e do CNES, estava confirmado o apoio da instância de governança, coube então ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES),

[...] a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade. Além de se definir a composição e funcionamento do FBES, foi iniciado um processo de interlocução do FBES com a SENAES com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações (FBES, 2017).

ROSA, (2013, p.39) reforça que o FBES ficou responsável por “articular nacionalmente os empreendimentos de economia solidária, as entidades de apoio e os gestores públicos para elaboração de agendas comuns, promoção de intercâmbio, sistematização de conhecimento e atuação política”.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. O FBES está organizado em todo o país em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3 mil empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (FBES, 2017).

Em 2006 o FBES em parceria com a SENAES concretizaram a I Conferência Nacional de Economia Solidária, participaram delegados de todos os Estados do Brasil, os quais foram eleitos nas conferências estaduais, resultado de mobilização de milhares de pessoas (ROSA, 2013).

As conferências nacionais sem dúvida tiveram um papel essencial para o fortalecimento da política pública de economia solidária, não somente pelo evento, mas pela mobilização que gerou em centenas de municípios e dezenas de estados, para conseqüentemente apresentar a economia solidária ao Brasil.

Figura 2 - Organização do FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária



Fonte: Site FBES. Disponível em: <http://fbes.org.br/o-fbes/>

Com os avanços obtidos pelo movimento de Economia Solidária no Brasil, a conjuntura política na época, compromissos afirmados com a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária em 2006, somada a implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária, “o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) desencadeou um amplo processo de debates em todos os estados do país durante dois anos, com a meta de obter subsídios para a construção da IV Plenária Nacional de Economia Solidária” (FBES, 2008).

Organizada pelo FBES, foi realizada em Luziânia–GO, a IV Plenária Nacional de Economia Solidária (PNES), com 320 participantes de todos os estados do país, além da presença de representantes de redes internacionais. Nesta plenária foram definidas as bandeiras prioritárias do movimento nacional da economia solidária e respectivas orientações, sendo elas:

Quadro 4 - Bandeiras Prioritárias da IV Plenária Nacional de Economia Solidária

Bandeiras Prioritárias da IV Plenária Nacional de Economia Solidária	
BANDEIRAS PRIORITÁRIAS	ORIENTAÇÕES PARA AÇÕES DO MOVIMENTO
Programas e políticas de infraestrutura e apoio à formação de redes e cadeias	Formar redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária;
Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário	Criar e articular redes e cadeias de produção, comercialização e consumo;
Rede de Formadores em Economia Solidária	Articular, fomentar e buscar o financiamento público para pesquisas e tecnologias para melhoria da produção e outras temáticas da economia solidária;
Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES)	Lutar pela construção deste programa.com ampla participação;
Lei Geral da Economia Solidária	Buscar a aprovação de uma lei geral, para ordenar a ECOSOL no Brasil;
Leis de Cooperativismo	Lutar pela alteração, aprovação e implementação da lei geral e específicas de acordo com os princípios e valores da economia solidária;
Leis municipais, estaduais e federais	Lutar pela aprovação e implementação de leis municipais e estaduais de reconhecimento e fomento à economia solidária, em consonância com as federais.
Tributação diferenciada	Buscar uma tributação diferenciada para empreendimentos de economia solidária
Mercado Institucional	Buscar regulamentação e ampliação do mercado institucional para produtos e serviços da economia solidária

Fonte: FBES (2012) apud ROSA (2013), adaptação do autor.

Durante o ano de 2012 foram elaborados eventos preparatórios para V Plenária Nacional de Economia Solidária, o FBES envolveu aproximadamente 10 mil pessoas em plenárias territoriais, estaduais, municipais e temáticas. Assim o evento

ocorreu entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2012, reuniram-se em torno de 600 pessoas tratando do tema “Bem-viver, Cooperação e a Autogestão para um Desenvolvimento Justo e Solidário”.

Durante a V Plenária também foi forte a presença das mulheres e dos empreendimentos econômicos solidários. Três eixos orientaram o debate da V Plenária: *i)* orientação política do movimento; *ii)* orientação das ações do movimento; e *iii)* organicidade do movimento. Além dos debates em grupos de trabalho, miniplenárias e plenárias gerais, o evento foi marcado pela realização de mesas de debate político e de formação, que contaram com a presença de representantes de movimentos sociais, acadêmicos e militantes, que discutiram temas como: bem-viver, economia verde, movimentos sociais e economia solidária. Importante ressaltar que, embora a proposta e a afirmação do FBES como movimento estivesse presente em diversas passagens do documento base da V Plenária (numa afirmação da economia solidária como um movimento social) e entre as proposições sobre a natureza do FBES houvesse a que o definia como movimento social, a proposta não foi aprovada (FBES, 2017).

A V Plenária Nacional de Economia Solidária manteve a atual natureza do FBES como um instrumento do movimento, um espaço para articulação dos atores que tem a função de criar e fortalecer os fóruns regionais. Nesta edição também foi elaborado a Carta Política da V Plenária Nacional de Economia Solidária, que entre outros assuntos contém uma série de sugestões que foram encaminhadas ao Estado em suas diferentes esferas, uma lista de preocupações em relação ao movimento de economia solidária a fim de buscar o apoio da sociedade.

Para a Sociedade brasileira queremos reafirmar algumas das nossas preocupações, pedindo que busquem apoiar o movimento de Economia Solidária nas campanhas e práticas de consumo responsável; na vigilância e denúncia da exploração de uma pessoa por outra; na divulgação das práticas de Economia Solidária; na aproximação e conhecimento sobre as práticas de trabalho associado que valorizam uma relação mais próxima das pessoas com o meio ambiente; na participação e engajamento na luta da Economia Solidária em cada território, no dia-a-dia dos diversos homens e mulheres da cidade e do campo (FBES, 2017).

Neste contexto histórico, durante os anos seguintes ações, projetos e avanços estruturais e metodológicos foram efetivados. Com o objetivo de contribuir para legitimar e consolidar políticas públicas de Economia Solidária, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária foi criada. “um espaço de articulação e de representação institucional, onde é possível promover trocas de experiências e compartilhar estratégias de integração, programas e instrumentos

que possam ser multiplicados”, o propósito é ampliar a articulação com outros atores e contribuir para a formação de gestores públicos em economia solidária.

Desde a criação da SENAES pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2003, o órgão tem a intenção de fazer um levantamento de informações e criar um banco de dados sobre a economia solidária. Em 2004, se iniciou um mapeamento de economia solidária no Brasil, conforme previsto no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento da SENAES. No ano seguinte concluiu-se o primeiro mapeamento, registrando nesta primeira etapa cerca de 18.000 empreendimentos. Ocorreram outros mapeamentos em 2007 de forma complementar ao primeiro e, entre 2010 a 2013 o segundo, mapeamentos que deram origem ao Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

O Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) constitui-se em um mapeamento que busca identificar e organizar as informações sobre Economia Solidária, isto é, empreendimentos de economia solidária e entidades de apoio e fomento em todo o Brasil. O SIES foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em parceria com O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (MTb, 2017).

Com os resultados destes mapeamentos se obteve uma considerável base de dados, ao identificar e caracterizar de empreendimentos econômicos solidários autogestionários e de base coletiva, constituíram um retrato da ECOSOL no Brasil,

Os principais objetivos do SIES, desde sua concepção, foram identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público (MTb, 2017).

O Projeto SIES, oferece uma base de dados chamado Atlas Digital da Economia Solidária, que se constitui num “produto do Projeto SIES, realizado pelo GRUPO ECOSOL da UNISINOS⁴, e foi desenvolvido pela Alligo”. Atualmente os dados a respeito da ECOSOL no Brasil, podem ser consultados neste Atlas o qual contém “dados do segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, Mapeamento realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária)” e foi finalizado no ano de 2013.

⁴ UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos é uma instituição de ensino superior privada jesuíta localizada na cidade de São Leopoldo, na Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O **Projeto SIES** foi desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (Grupo Ecosol), da Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), em convênio com a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) (SIES, 2017).

Em síntese a Base de Dados do Mapeamento Nacional de EES resultou no Atlas Digital da Economia Solidária. Neste Atlas, é possível ver os dados e também “várias das perguntas realizadas na pesquisa, disponibilizada em mapas, gráficos e tabelas. As perguntas escolhidas para serem exibidas no Atlas seguiram os critérios de importância e de viabilidade para serem apresentadas neste meio” (SIES, 2017).

Com os dados dessa nova pesquisa, será possível conhecer mais profundamente os integrantes do quadro social dos empreendimentos solidários, saber as razões de sua opção pela Economia Solidária, os benefícios que a mesma lhes traz, suas expectativas e aspirações. O sentido da Economia Solidária poderá ser compreendido de um ponto de vista fundamental: dos seus protagonistas (SIES, 2017).

Aristide (2012) a respeito das políticas públicas de economia solidária esclarece que no âmbito do SIES, “compreende-se como aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal”, desta forma cumprem o objetivo de fortalecer a economia solidária.

Uma destas ações de iniciativa institucional que contribuiu para o fortalecimento da ECOSOL, sem dúvida foi à criação do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC), que tem função de reunir informações de instituições de pesquisas, entidades e organizações que acompanham a economia solidária. O objetivo é viabilizar uma “produção coletiva e colaborativa de conhecimento para fortalecer a economia solidária no Brasil”.

Para dar visibilidade e subsidiar a produção de conhecimento para o campo da economia solidária, tanto visando à incidência sobre as políticas públicas como o apoio aos processos de organização socioeconômica. [...] trata-se de um projeto de cooperação técnica entre o MTb/SENAES e o DIEESE. Este projeto prevê um conjunto de ações articuladas pelos três eixos metodológicos a seguir: Organização e publicização dialogada da informação; Produção de conhecimento orientado para a ação; Fortalecimento da participação e o controle social no ciclo das políticas públicas (MTb, 2017).

A própria base de dados do ONESC é fruto de cooperação “foram definidas pela SENAES/MTb e pelo DIEESE, com o auxílio de entidades de representação da

economia solidária, de gestores e de pesquisadores da área, foi formado com uma base de dados” (MTb, 2017).

As bases de dados utilizadas para a produção de indicadores no Sistema de Informações Geográficas do ONESC representam o esforço de se buscar constituir um sistema que relacione um conjunto bastante amplo de informações ao segmento da economia solidária e do cooperativismo. O conhecimento dessas bases, com um aprofundamento analítico sobre suas condições de consistência estatística e suas potencialidades de uso, permite a realização de exercício com essas bases, em alguns momentos propondo um cruzamento entre elas, gerando novas informações (MTb, 2017).

Em 2016, o anúncio da possível extinção da SENAES estremeceu o movimento de economia solidária, mas não o desencorajou, ocorreram mobilizações, protestos e reivindicações em prol da permanência da secretaria nacional o que não aconteceu. A mudança para subsecretaria de economia solidária se consolidou, porém os avanços na estrutura não foram perdidos e mesmo sem o status de secretaria nacional os trabalhos de fomento e apoio à economia solidária continuam na mesma velocidade que o interesse do governo com os projetos nas áreas sociais, ou seja, velocidade mínima permitida.

O Ministério do Trabalho e Emprego na mesma proposta de fortalecer a ECOSOL preparou o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), uma ferramenta para que você possa encontrar informações georeferenciadas dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de todo o Brasil.

[...] foi criado pelo governo federal – sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio de sua Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em parceria com organizações da sociedade civil, o Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies), com vistas a ampliar o conjunto de instrumentos para servirem de referência a novas pesquisas que auxiliem no aprofundamento do conhecimento sobre essas práticas sociais diversificadas no território nacional (SILVA S., 2016).

O SIES está ativo e a alimentação deste sistema é todo *on line* e pode ser acessado por qualquer empreendimento através do CADSOL,

O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) é a identidade da economia solidária. Os empreendimentos nele cadastrados passam pela análise de uma comissão local e, após esse processo, podem receber a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL), um documento emitido via internet e que pode facilitar o reconhecimento dos empreendimentos para acesso às políticas de apoio à economia solidária, como programas públicos de financiamento, compras

governamentais, comercialização de produtos e serviços, assessoria e demais ações (MT, 2017).

Desta forma os empreendimentos são cadastrados, registrados e fazem parte de uma estatística que serve para mostrar a força do movimento e também para ter acesso às políticas públicas de economia solidária.

Quanto às políticas públicas de economia solidária, é importante esclarecer que como tal possuem algumas características em relação aos beneficiários, aos tipos de ações, recursos e aos instrumentos utilizados para institucionalizá-las. Este autor adaptou um quadro com referência a Aristides (2012) para mostrar tais características.

Quadro 5 - Características das Políticas Públicas de Economia Solidária

Características das Políticas Públicas de Economia Solidária
a) Beneficiários:
Consideram-se tanto os que já estão constituídos na ECOSOL, quanto os que estão em processo de constituição, são beneficiários diretos os trabalhadores (as) e/ou sócios (as) de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES),
b) As Ações podem ser caracterizadas como de:
Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários;
Assistência técnica e organizativa aos Empreendimentos Econômicos Solidários, inclusive o apoio técnico para formalização (registro), formulação de projetos, planos de negócios, diagnóstico, estudos de viabilidade econômica etc.;
Fomento e apoio à constituição de Redes de Cooperação entre os Empreendimentos Econômicos Solidários e/ou à articulação de arranjos e cadeias produtivas solidárias;
Apoio a processos e mecanismos de comercialização de produtos e serviços (feiras, exposições, centrais de comercialização etc.) dos Empreendimentos Econômicos Solidários, incentivando práticas de Comércio Justo e Solidário e de Consumo Consciente;
Incentivos e implantação de mecanismos para ampliação da participação dos EES nos processos de compras e aquisições governamentais de bens e serviços;
Fornecimento de crédito para apoio às iniciativas econômicas dos Empreendimentos Econômicos Solidários;
Apoio, assessoria e fomento às iniciativas de finanças solidárias (cooperativas de crédito solidário, fundos rotativos solidários, bancos comunitários etc.);
Formação, capacitação e qualificação social e profissional de trabalhadores/as e/ou sócios (as) dos EES;
Formação de educadores, agentes comunitários e de gestores públicos para atuação em economia solidária;
Desenvolvimento e disseminação de conhecimentos (estudos, pesquisas e tecnologias sociais) apropriados às necessidades e demandas de fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários;
Disseminação e divulgação (campanhas) da Economia Solidária para sensibilização de trabalhadores/as visando à adesão e participação dos mesmos em processos de constituição de novos Empreendimentos Econômicos Solidários;
Apoio a processos participativos de desenvolvimento e formulação de marco jurídico apropriado à economia solidária (reconhecimento, formalização, tributação e acesso às políticas públicas);
Apoio à estruturação de fóruns, redes, conselhos e outros espaços de formulação, participação e controle social de políticas públicas de economia solidária.
c) As políticas públicas de economia solidária são institucionalizadas por meio de

instrumentos, tais como:
Previsão em marco jurídico regulatório (lei, decreto, portaria etc.).
Previsão de programa ou ação em Plano Plurianual (federal, estadual ou municipal).
Previsão em estrutura regimental de órgão(s) público(s) executor da política pública de economia solidária.
d) As ações possuem previsão ou dotação orçamentária própria ou oriunda de financiamentos, acordos e convênios com outras instâncias governamentais, organismos multilaterais e outras organizações nacionais e internacionais de cooperação.

Fonte: ARISTIDES (2012) Adaptação do autor.

Com relação às perspectivas na política pública de economia solidária, diante da experiência adquirida no apoio aos empreendimentos econômicos solidários, inclusive com recursos de órgãos de fomento e programa de incentivo como o FINEP⁵ e o PRONINC⁶. Ao considerar a situação atual de investimentos pelo governo nas áreas sociais, as possibilidades são mínimas, infelizmente o cenário é negativo, pois está claro que o investimento nas relações sociais e econômicas que possa contribuir à classe trabalhadora não está nas prioridades deste governo.

No caso do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova, o projeto ligado ao Programa Cultura Viva já foi concluído, mas o coletivo preferiu manter a denominação como Ponto de Cultura, uma vez que alguns dos projetos têm continuidade. A relação com a instituição de apoio diminuiu por dois motivos: um que o período previsto de incubação foi concluído pelo projeto de extensão e outro que o grupo já tem autonomia suficiente, mantém-se então o contato para convites e inserção no calendário cultural.

2.2 DIMENSÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A complexidade e importância que a economia solidária atingiu, torna quase impossível relatar diretamente a amplitude de suas ações ou o alcance que teve, deve considerar que é reconhecida e praticada por milhões de trabalhadores brasileiros de diversos setores, todos os extratos sociais estão envolvidos, incluindo a população menos favorecida, excluída ou vulnerável. A forma coletiva com que aprenderam a se organizar fortalece a luta emancipatória de milhares de empreendimentos e coletivos.

Para entender melhor a economia solidária se deve levar em conta dimensões de atuação, pois a diversidade de projetos, empreendimentos e grupos, bem como a própria multidisciplinariedade envolvida, se faz necessário definir magnitudes que contribuíram na definição dessas atuações.

⁵ FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, é uma empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, sediada no Rio de Janeiro.

⁶ PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares.

Quadro 6 - Dimensões da Economia Solidária

Dimensões da Economia Solidária	
Dimensão Econômica	Revelam-se através da construção de estratégias coletivas de produção, beneficiamento, comercialização e consumo dos bens produzidos e demandados pelas populações, mediante a organização/estruturação de redes e cadeias. Pode ser identificada também através da diversificação da produção voltada para atender ao consumo interno, do trabalho coletivo e da partilha equitativa das sobras, não gerando grandes desigualdades na remuneração do trabalho dos diferentes participantes dos empreendimentos.
Dimensão Social	Representa a melhoria das condições de vida das pessoas, através do acesso ao trabalho, aumento da renda, melhoria na alimentação, saúde, educação, moradia. Parte do atendimento às necessidades básicas, como a segurança e a soberania alimentar. Está presente também na construção da igualdade de gênero, raça, etnia e geração. Por fim, esta dimensão revela a contribuição das iniciativas de Economia Solidária para a recriação das relações humanas, muito importante no atual contexto de apatia social e de fechamento do indivíduo em si mesmo.
Dimensão Política	Manifesta-se no aumento da capacidade organizativa dos sujeitos, na conquista da cidadania na perspectiva da democratização do estado, na gestão coletiva dos empreendimentos, no fortalecimento e articulação de movimentos e organizações sociais, na ampliação da participação comunitária e fortalecimento da solidariedade. Nesta dimensão reside também a capacidade de acessar recursos e políticas públicas, a luta pela reforma agrária e urbana, pela segurança alimentar e nutricional. Desta forma, ao enfrentar certas problemáticas através da criação, produção ou realização de serviços, a economia solidária interroga o poder público quanto à sua ação e/ou omissão. Enfim, esta dimensão política afirma-se ainda no sentido de que os projetos desenvolvidos conjuntamente (de forma associativa ou cooperativa) visam a uma mudança institucional (e não simplesmente à produção ou prestação de serviços) na perspectiva de um melhor viver.
Dimensão Ecológica	Representa o cuidado com a sustentabilidade ambiental e o uso de tecnologias apropriadas às iniciativas produtivas. Incorpora a necessidade da utilização racional dos recursos naturais e o manejo adequado dos resíduos. No campo do desenvolvimento rural e da produção agrícola, a dimensão ecológica está expressa na valorização da agroecologia, que implica no manejo dos recursos naturais respeitando a teia da vida, na diversificação da produção de alimentos saudáveis, livres de venenos, e na manutenção da biodiversidade. Isso requer o entendimento dos sistemas naturais de cada lugar, envolvendo o solo, o clima, os seres vivos e a inter-relação entre eles. A abordagem agroecológica implica ainda na valorização da sabedoria de cada agricultor desenvolvida a partir de suas experiências e observações locais. Esta dimensão também manifesta o cuidado com o consumo, denunciando e combatendo o consumismo e promovendo a defesa e o cuidado com o planeta Terra.
Dimensão Cultural	Verifica-se essa dimensão através do resgate da história das comunidades, da valorização do saber popular, da cultura e das potencialidades locais. Outros aspectos são os relacionados à construção de valores de solidariedade, fortalecendo laços de convivência comunitária, propiciando práticas como a partilha e a

colaboração mútua.

Fonte: NUNES (2011, p. 69-70) adaptação do autor.

Ao relacionar o objeto de estudo com as dimensões apresentadas, a pesquisa abrange duas dimensões que dizem respeito diretamente à sua área de atuação a Dimensão Cultural e a Econômica. Quanto ao cultural verificam-se as atividades, analisando os objetivos e metas do Grupo de Maracatu, ocorre o resgate histórico, o saber popular e abrange a potencialidade local, além de construir e fortalecer valores da cooperação, conseqüentemente os laços de solidariedade na comunidade e por meio da prática propicia a partilha de forma democrática. Em relação ao econômico se apresentam estratégias coletivas de produção, consumo dos bens produzidos e demandados pela comunidade, o que vem completar e justificar as atividades do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova.

2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA DA CULTURA.

No cenário econômico complexo da atualidade, a luz dos autores contemporâneos que pesquisam a economia solidária como Singer (1999, 2000, 2002, 2007), Razeto (2003), Laville (2009), Gaiger (2004, 2009, 2014, 2016), Corragio (1996, 1999, 2011), Icaza (2013), Cruz (2009) entre outros de expressiva colaboração. Serão apresentadas interpretações a respeito deste fenômeno tratando como uma alternativa na economia e seu importante papel de contraposição ao sistema capitalista.

Nesta pesquisa, a qual tem como estudo de caso o Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova, o debate será na relação da economia solidária com a economia da cultura.

O capitalismo foi o modo de organização da sociedade que se consolidou com o desenvolvimento tecnológico construído durante a chamada Revolução Industrial, que começou no final do século XVIII e que foi consequência do desenvolvimento da ciência, iniciado no Renascimento. No século XIX, o capitalismo foi capaz de proporcionar à humanidade um imenso progresso tecnológico, mas, por ser baseado na desigualdade e na competição, trouxe como consequência grande miséria para o povo (NUNES, 2011, p.44).

A relação trabalhista do modelo capitalista se fragilizou nas últimas décadas do século XX, influenciando diretamente na estrutura da ordem econômica e social, resultando no desemprego, exploração do trabalho humano gerando uma crise nas

relações do trabalho assalariado. Fato este que também refletiu nas atividades culturais, a área cultural precisou se reinventar no aspecto econômico, o trabalho na cultura precisou se adaptar a um formato de circuito integrado, que seria a efetivação de uma cadeia econômica que atendesse desde a formação até a circulação dos produtos e serviços culturais.

O aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho: experiências coletivas de trabalho e produção vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores, redes de produção, consumo e comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas de autogestão, entre outras. Estas formas de organização compõem a chamada, hoje, Economia Solidária (ES) (KUYVEN; KAPPES, 2013, p.5).

As crises cíclicas do capitalismo tem gerado o aumento da pobreza e da miséria, entre outras anomalias sociais em prol do acúmulo de capital, isso provoca uma reação dos trabalhadores buscando formas alternativas de trabalho e produção, baseadas na cooperação e solidariedade, contrariando assim o formato de produção e se esquivando da competitividade imposta pelo sistema capitalista.

O Ponto de Cultura surgiu com esta proposta, com base na igualdade, na cooperação e na solidariedade, compor um grupo que executasse toda a cadeia produtiva até a entrega do produto, ou seja, a criação, a produção e a distribuição, etapas realizadas pelos próprios membros e com o espírito colaborativo de apoiadores quando necessário.

O crescente desemprego e as transformações no mercado de trabalho estão desencadeando uma forte expansão de novas alternativas de trabalho e renda. Um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção está se disseminando em todo o País e são representadas por diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários, e de diversas organizações populares no campo e na cidade, que compõem, em seu conjunto, a chamada Economia Solidária (RANGEL e MANOLESCU, 2012, p. 2).

Diante do contexto atual do mercado e as relações de trabalho no Brasil, a economia solidária apresenta-se com experiências nas mais diferentes áreas do trabalho, principalmente no formato de cooperativas que executam suas ações a partir de princípios cooperativos como a justiça, a igualdade, a autogestão e a solidariedade. Scarano (2015) explica que “tais cooperativas encontram-se em todo

tecido social e suas produções são realizadas nas mais distintas áreas, desde a reciclagem de materiais até a confecção de roupas e a produção de alimentos”. Além do formato de cooperativa, a economia solidária por sua natureza democrática revela outras iniciativas, podendo ser somente um coletivo com um objetivo comum que se organiza e leva avante suas ações sob os princípios da ECOSOL.

O quadro promissor da economia solidária, além de carrear rapidamente o apoio de ativistas, organizações sociais e públicos, coletivos das mais diversas áreas, suscitou um interesse especial sobre o problema da viabilidade desses empreendimentos, bem como sobre a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares, de socialização dos bens de produção e do trabalho.

Neste contexto a cultura também se torna uma vítima, os investimentos na tecnologia buscando novos entretenimentos, incentivado pelo consumo desenfreado e a exaltação do status social de possuir bens e usufruir de imagens, tem deixado em segundo plano a pura arte. Manifestações culturais que preservam o patrimônio cultural material e imaterial não recebem a devida atenção ou apoio financeiro para sua manutenção. A pressão capitalista em gerar consumo de produtos criado pela classe detentora do poder econômico, fortalecido por uma mídia interessada também somente no retorno financeiro leva a precarização das representações culturais.

Os empreendimentos solidários envoltos entre as contradições do modo de produção predominante, o capitalismo, procuram as brechas na estrutura do sistema capitalista que os pressionam o tempo todo. É diante da emergência e da necessidade que as iniciativas de ECOSOL continuam surgindo e resistindo, embora subordinados as normas da lógica do mercado, procuram avançar por meio das relações sociais alternativas como as redes solidárias.

Esse contexto justifica o interesse e a importância da pesquisa sobre a experiência do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova como segue no próximo capítulo. O interesse em conhecer como iniciou iniciativa cultural, como foi sua evolução e porque dentre os demais projetos selecionados pelo Programa Cultura Viva do MinC para execução em Foz do Iguaçu, é um dos poucos remanescentes que continua suas atividades levando a cultura à comunidade.

A equação em que se sustenta a teoria dos Pontos de Cultura foi construída a partir da observação empírica, com casos vivenciados. E pode ser expressa em uma equação simples, em que a soma de

autonomia + protagonismo resulta em um contexto favorável ao rompimento de relações de dependência, ou assistencialismo, tão comuns na aplicação de políticas governamentais. Esse novo contexto representa um avanço em política pública e pode ser potencializado se, ao resultado daquela soma, agregarmos a articulação em rede. Quanto mais articulações e redes houver, mais sustentável será o processo de empoderamento social desencadeado pelo Ponto de Cultura. Com essa equação, percebe-se que um Ponto de Cultura só se realiza plenamente quando articulado em rede (TURINO, 2010, p. 25).

Ao estabelecer uma parceria com o Estado, as organizações culturais ganham força e reconhecimento, no entanto o Ponto de Cultura como uma política pública não pode ser para comunidade, mas deve vir da comunidade. É a comunidade que conhece a demanda, conhece os espaços e as iniciativas culturais, por isso o “Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social” (TURINO, 2010, p. 24), quando tem uma origem das pessoas que fazem cultura se rompe as relações de dependência e não existe o caráter de assistencialismo.

3 PONTO DE CULTURA MARACATU ALVORADA NOVA.

Este capítulo descreve as respostas à questão motivadora desta investigação, a relevância dos princípios da economia solidária na evolução do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova. Porém não tem como tratar deste tema sem considerar a relação com a Economia da Cultura que “é o ramo da economia que estuda a relação entre a cultura e os fenômenos econômicos” (MEUSBURGER, 2018). A escolha deste objeto de estudo não foi a esmo, o acompanhamento do grupo, o aspecto multidisciplinar exigido na gestão do grupo e depois do Ponto de Cultura, a diversidade de sua composição, a variedade de atuações são características da formação deste que o torna único, inclusive esta é uma peculiaridade presente nos empreendimentos culturais solidários.

A economia da cultura é “o estudo de todo o impacto que a cultura pode provocar no desenvolvimento das comunidades” afirma Meusburger (2018), portanto está além do econômico, mesmo que possa ter uma base em ações econômicas existe uma preocupação paralela com outros valores que dizem respeito às relações humanas. Esta pesquisa não buscou resultados quantitativos que comprovem o sucesso do caso deste empreendimento cultural, mas confrontar a aplicação dos princípios da economia solidária com a perspectiva de outros ganhos individuais e coletivos. A inserção de valores, sentimentos, conhecimento e ações que enalteçam o relacionamento entre as pessoas e promovam a autoestima individual e coletiva, seja na rotina do grupo ou percebida no cotidiano dos envolvidos direta ou indiretamente com o Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova é que motivou a investigação.

O método observacional neste estudo de caso foi a principal ferramenta de percepção do surgimento e valoração destes valores sociais, os registros nos cadernos de campo, atas, relatos informais durante as ações do grupo foram contribuições que foram assimiladas e apresentadas de maneira descritiva com exemplos que podem comprovar a utilização dos princípios da economia solidária na gestão do Grupo de Maracatu, desde sua formação e continua até a atualidade como Ponto de Cultura, “o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim

das pessoas; deve constituir-se em organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura” (TURINO, 2010, p. 24).

Esta contribuição de Turino (2010) a respeito do ponto de cultura reforça a importância de relatar como se deu a origem do Grupo de Maracatu em Foz do Iguaçu, uma cidade da região sul do Brasil, as peculiaridades do surgimento de uma manifestação cultural típica do nordeste, além da situação histórico-geográfica vista como incomum, a importância de se caracterizar como uma demanda das pessoas.

Neste sentido, a caracterização do território de atuação do grupo, contribui no valor científico do objeto de estudo um município que além de ter uma colonização em sua maioria procedente dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, faz fronteira com dois países Argentina e Paraguai, uma população formada por mais de 80 etnias⁷ que recebe com grande aceitação um Grupo de Maracatu.

3.1 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE MARACATU.

O Maracatu é uma manifestação cultural que traz na sua execução: a música, pelo canto e som dos instrumentos, a dança pelo gingado das dançarinas (os) e batuqueiros (as) e a religiosidade. O Maracatu Nação que é o tipo que o Maracatu Alvorada Nova se enquadra, tem necessariamente um vínculo com religiões de matriz africana. Na sequência será apresentado de maneira descritiva o histórico da formação do Grupo de Maracatu Alvorada Nova, optou-se por essa forma para mostrar a espontaneidade com que ocorreu a criação do grupo e as ferramentas aplicadas para a evolução desta iniciativa cultural.

Para poder responder a questão base da pesquisa é preciso verificar a origem do grupo e suas características, identificar o território e conhecer sobre o Maracatu, certificado pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. No segundo momento para atender ao tema central da pesquisa os princípios da economia solidária são analisados no ambiente da prática do grupo, devido às características multidisciplinar e interdisciplinar do empreendimento foi necessário a aproximação dos preceitos da economia da cultura, uma vez que o objeto de estudo pertence ao setor cultural.

⁷ Informação da Polícia Federal, sede de Foz do Iguaçu.

3.1.1 Um Grupo de Maracatu em Foz do Iguaçu.

A proposta de criação de um Grupo de Maracatu é resultado de uma ideia que surgiu anos antes da sua própria criação, o precursor desta iniciativa sempre teve o interesse de montar um grupo em Foz do Iguaçu, tendo em vista que em vários momentos foi convidado a vir a este município para contribuir em atividades ligadas à cultura afrodescendente. Para conhecer o histórico da composição do grupo, tentar entender esse ambiente harmonioso, a alegria que o coletivo transmite ou ainda o ritmo do batuque que atrai todos que se aproximam.

Primeiro é preciso buscar informações a respeito dessa inspiração que teve o mestre e coordenador do grupo, o que levou ele a propor a criação de um Grupo de Maracatu, uma manifestação cultural típica de Pernambuco, estado do nordeste brasileiro, para uma cidade da região Sul que praticamente não conhecia o Maracatu, exceto algum migrante do nordeste ou turista em Foz do Iguaçu.

A cada ensaio geralmente aparece alguma pessoa nova no grupo, seja para assistir ou batucar, alguns conhecem o maracatu, porém a grande maioria são atraídos pela música e o ritmo dos tambores e atabaques que despertam interesse ou curiosidade. Nestes momentos o mestre sempre separa um tempo para explicar para as pessoas que visitam e lembrar para os membros sobre a importância desse patrimônio cultural imaterial, fortalecendo assim o vínculo cultural como todos participantes.

Numa dessas ocasiões surgiu a indagação sobre como o Maracatu Nação chegou à Foz do Iguaçu, foi então que o mestre e idealizador relatou sobre seu vínculo com os tambores, o qual iniciou antes dele conhecer o Maracatu e antes de ser adepto ao Candomblé, enquanto morava em Londrina – Pr. Na época, ainda menino seus pais praticavam a religião do Candomblé, religião de matriz africana que utiliza a música através dos atabaques para venerar suas divindades, foi assim que teve a proximidade com os tambores desde muito jovem, depois próximo dos 18 anos tornou praticante do Candomblé e começou a tocar no terreiro.

Um dia ocorreu uma oficina de confecção de tambor, um amigo dele pediu para que buscasse um tambor na sede do Maracatu Sementes de Angola⁸, chegando lá ele foi convidado para o ensaio, permaneceu naquele dia e começou a participar do Grupo em Londrina-Pr.

Figura 3 - Maracatu Sementes de Angola



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/Maracatu-Semente-de-Angola>

Durante um período continuou tocando no Maracatu Sementes de Angola, em terreiros alguns fora de Londrina e a convite da Mãe Marina viajava para Foz do Iguaçu para tocar o Candomblé no terreiro para contribuir, mas ainda sem mudar para a cidade. A Mãe Marina teve a iniciativa de fundar o *Afoxé Ogún Fúnmilaiyó*, e durante aquele ano colaborava no treino e ensaios dos componentes, rotina que foi até o Carnaval e cada vezo batuqueiro estava mais envolvido com Foz do Iguaçu. Então com a aproximação dos artistas locais, Fundação Cultural do município responsável pelo carnaval, surgiu à sugestão de vir pra Foz do Iguaçu e desenvolver sua arte.

Com o apoio e incentivo novamente da Mãe Marina e outros amigos aceitou o desafio, chegando a Foz do Iguaçu procurou espaços para desenvolver seus projetos, após algumas tentativas, encontrou abrigo com os gestores do Teatro Barracão e coordenadores do Grupo Teatral Foz/Casa do Teatro. Foi cedido o espaço para realizar suas oficinas de percussão, mas não havia outro recurso, com tambores emprestados do Terreiro de Mãe Marina iniciou uma oficina com cinco alunos.

Nesta época, tinha a vontade de montar um Grupo Maracatu, mas tinha receio e dúvidas em encarar o desafio, sabia da sua capacidade e sentia que

⁸ Maracatu Sementes de Angola. Fundado em 2010 em Londrina-Pr. Batizado pela Nação do Maracatu Porto Rico, o Semente tem como principal objetivo disseminar a cultura do maracatu de Baque Virado.

poderia dar certo. Durante os momentos que avaliava a possibilidade, lhe veio à lembrança de um contato que teve com um guia durante um passe em um terreno em Campo Grande, onde recebeu a orientação da entidade Alvorada Nova, que ele iria quebrar as barreiras e dificuldades, seria ouvido pelas pessoas, poderia implantar suas boas ideias, ainda que estivesse a frente de um grande desafio e surgiria a oportunidade para concretizar uma missão. Entendeu então que o momento era aquele, uma cidade que não tinha grupo de maracatu, havia um espaço disponível, conhecimento e capacidade suficiente para o início, motivação necessária e poderia montar da forma que acreditava ser a mais adequada, estava claro que era a sua missão.

O primeiro passo foi iniciar o processo de captação de recursos e apoios mínimos necessários para compor o Grupo, a preocupação principal era adquirir mais instrumentos para todo o coletivo, considerando que tinha alunos e outros interessados em participar. Numa noite pode acompanhar uma reunião na Casa do Teatro entre os coordenadores de projetos, gestores da Casa do Teatro e os coordenadores do Projeto INDIOS/UNIOESTE, os professores apresentavam a incubadora de empreendimentos solidários e escutou a primeira vez sobre a economia solidária.

No momento não compreendeu bem a metodologia, somente que estavam dispostos a colaborar na organização e forneciam apoio técnico para projetos e iniciativas culturais. Achou interessante, porém o foco no momento era outro desenvolver seu projeto e já tinha a estratégia como fazê-lo inicialmente.

Algumas conversas e parcerias foram surgindo e se tornaram fundamentais para o processo, tais como: a Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, a Casa do Teatro e também o Projeto INDIOS/UNIOESTE. Num esforço coletivo com apoio destas instituições ou outros parceiros foi realizado a Oficina de Confecção de Tambores, na ocasião por meio de alguns contatos e apoios foi possível convidar para ministrar a oficina o contramestre da do Maracatu Nação Porto Rico, batuqueiro e confeccionador de instrumento, Luiz Gomes da Silva, o “Água”.

A oficina teve êxito, concluíram novos instrumentos, além dos alunos de percussão participaram outros interessados e convidados, inclusive o coordenador do Projeto INDIOS, na oportunidade foi alinhado um projeto de incubação para o coletivo. Estava formado o Grupo de Maracatu, os membros compostos pelos

próprios alunos da oficina, os instrumentos básicos confeccionados aliados outros doados, espaço garantido e ainda novas batidas ensinadas pelo Água. Faltava o batismo do grupo, o que aconteceu com a presença de um membro do Maracatu Nação Porto Rico, o Água, o qual se tornou o padrinho do grupo que ficou nominado Grupo de Maracatu Alvorada Nova, em homenagem a entidade que orientou a criação do grupo, o grupo já nasceu descendente da Nação do Maracatu de Baque Virado Porto Rico, fundado em 1916.

Figura 4 – Maracatu Alvorada Nova



Fonte: <https://pt-br.facebook.com/maracatu.alvoradanova/>

3.1.2 Conhecendo o Maracatu

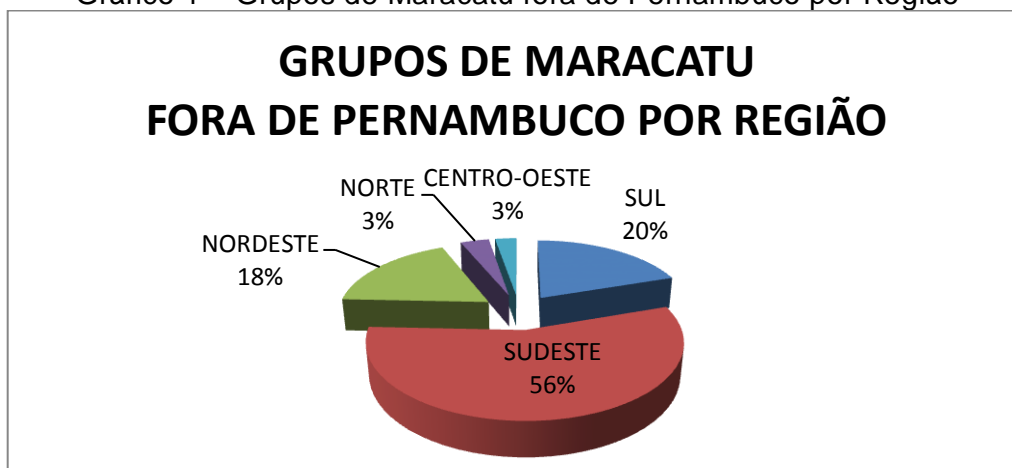
A iniciativa cultural Grupo de Maracatu Alvorada Nova, hoje denominado Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova é o objeto de estudo desta pesquisa. É o primeiro Maracatu da cidade de Foz do Iguaçu, neste ano de 2018 completou cinco anos de existência. O Maracatu Nação é um Patrimônio Cultural Brasileiro, certificado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁹.

[...] o valor patrimonial do Maracatu Nação reside sua capacidade de comunicar elementos da cultura brasileira e carregar elementos essenciais para a memória, a identidade e a formação da população afro-brasileira. Entendido como uma forma de expressão que congrega relações comunitárias, o Maracatu Nação permite o compartilhamento de práticas, memórias e fortes vínculos com o sagrado, evidenciadas por meio da relação desses grupos com os xangôs (denominação da religião dos orixás em Pernambuco) e a Jurema Sagrada (denominação da religião de características afro-ameríndias que cultua mestres e mestras, caboclos, entre outras entidades) e ainda pode remontar às antigas coroações de reis e rainhas congo (IPHAN, 2014).

⁹ Certificado no Apêndice A.

O Maracatu enquanto manifestação cultural teve uma grande expansão no Brasil nos últimos anos, o batuque extrapolou os limites do estado brasileiro de Pernambuco, local de grande representação e origem do Maracatu, Esse avanço se deu em todas as regiões do Brasil inclusive com Maracatus montados na Europa.

Gráfico 1 – Grupos de Maracatu fora de Pernambuco por Região



Fonte: Disponível em: <http://maracatu.org.br> – Adaptação do autor.

Ao verificar o gráfico a Região Sudeste é o que comporta mais Grupos de Maracatu com 56%, o Nordeste com apenas 18% que não surpreende, lembrando que não estão computados os grupos e nações de Pernambuco, com esses facilmente superaria o sudeste. O destaque fica para a região Sul com 20%, pode-se dizer que está bem inserido e representado o Maracatu na Região Sul, ainda mais se considerar a força da tradição gaúcha na região.

O Maracatu em termos de divulgação teve dois grandes momentos: o primeiro com repercussão nacional com o Maracatu Atômico com Chico Sciense e Nação Zumbi; o segundo mais estratégico onde batuqueiros, mestres e contramestre saíram de Pernambuco pelo Brasil incentivando e montando Grupos de Maracatu. Na ocasião o contramestre Água esteve a convite em Foz do Iguaçu e, por meio de uma articulação local foram feitas oficinas de instrumentos e de percussão, que resultou na formalização e batismo do Grupo de Maracatu Alvorada Nova, como padrinho, o Contramestre Luiz Água batizou o novo grupo, permitindo que como grupo descendente do Maracatu de Baque Virado Nação Porto Rico, utilizasse o mesmo baque desta Nação.

Figura 5 – Maracatu Nação Porto Rico



Fonte: Disponível em: <http://nacaoportorico.maracatu.org.br/>.

O Maracatu tem sua definição pelo baque ou batida como alguns definem, neste sentido existem dois tipos: Baque Virado (Maracatu Nação) e Baque Solto (Maracatu Rural). Como foi mencionado o Grupo de Maracatu em estudo pertence ao Baque Virado de acordo com sua descendência. O Maracatu Nação é mais praticado na área urbana, nasceu em Recife e foi levado pelo Brasil, atualmente todas as capitais tem grupo de maracatu em várias cidades fora do estado de Pernambuco e no exterior.

No final do século XX, em meados da década de 1990 começou a surgir inicialmente em Pernambuco “diversos grupos dedicados à arte do Maracatu de Baque Virado, mas que em uma série de aspectos diferenciava-se das tradicionais Nações de Maracatu”, o número de grupos cresceu e em pouco tempo nasceu grupos fora de Pernambuco, talvez motivados pelo movimento do *Manguebeat*, o fato é que se tornou,

[...] um movimento de expansão da arte do Maracatu de Baque Virado, que atualmente já alcançou quase todas as capitais do país e diversas cidades pelo mundo. Estes grupos, também nomeados por muitos simplesmente como grupos percussivos, acabaram por construir o uma nova relação com a Cultura do Maracatu, porém muitas vezes mais dedicados a sua música do que a outras questões desta cultura (MARACATU, 2018).

As características que diferenciam uma Nação de Maracatu de um Grupo de Maracatu são muitas, no entanto, para simplificar se podem destacar dois aspectos:

Na maioria dos casos os Grupos de Maracatu não mantêm relação com a religiosidade de Matriz Africana e/ou Ameríndia, ainda que em muitas situações alguns de seus integrantes estejam ligados a esta religiosidade, via de regra não é esta a finalidade da maioria dos grupos ou agremiações (MARACATU, 2018).

Este é não caso do Maracatu Alvorada Nova, o grupo tem relação direta com a religiosidade de matriz africana, inclusive alguns membros praticam o Candomblé, porém a participação não está ligada a nenhuma obrigatoriedade de participação.

Também em muitos casos os Grupos de Maracatu não mantêm em suas apresentações a estrutura da corte, ou seja, não desfilam com integrantes caracterizados como Rei, Rainha, Dama do Passo e etc. Substituindo a corte em diversas situações por um corpo de dançarinas (os) (MARACATU, 2018).

Outro aspecto diz respeito à corte, no desfile o Grupo de Maracatu Alvorada Nova no lugar da corte apresenta um corpo de dançarinas (os), geralmente dançando e tocando Agbê.

A cultura do baque virado tem várias designações, uma delas é a respeito da descrição ou tratamento ao grupo de maracatu, existem diferenças.

Nações de Maracatu: são os grupos tradicionais, muitas vezes seculares e que na maioria dos casos estão ligados à religiosidade de matriz africana e/ou ameríndia. Apresentam-se com um grupo de batuqueiros responsáveis pela execução musical, regidos por um mestre (a), e com uma corte formada por personagens caracterizados como Rainha, Rei, Dama do Passo e etc. (MARACATU, 2018).

As Nações de Maracatu são as tradicionais, diretamente ligadas à religiosidade, são semelhantes na essência, mas diferentes nas atividades e nas relações com a comunidade, na religião e própria batida.

As *Nações de Maracatu* são os grupos tradicionais, muitas vezes seculares e na maioria dos casos ligados a religião de matriz africana e/ou ameríndia, como o Candomblé ou Xangô e também a Jurema Sagrada (MARACATU, 2018).

Os grupos que se iniciam, logo assumem uma denominação, sempre precedido de Grupo de Maracatu, pois é preferível utilizar Grupo de Maracatu a Grupos Percussivos ou Grupo de Percussão,

Grupos de Maracatu: usamos esta terminologia para nomear os grupos que trabalham exclusivamente com a cultura do Maracatu de Baque Virado, sem promover em sua apresentação, misturas com outros ritmos ou folguedos da cultura popular brasileira, e que, utilizam apenas instrumentos percussivos encontrados nas tradicionais Nações de Maracatu de Baque Virado, tais como a Alfáia/Afaya ou Bombo, o Gongue, entre outros, não mantendo institucionalmente vínculo religioso (MARACATU, 2018).

Por fim o Maracatu de Baque Virado tem um grau maior de liberdade podendo utilizar outros ritmos e não limitar-se apenas a instrumento de percussão,

Grupos que utilizam a linguagem do Maracatu de Baque Virado: são grupos que se utilizam da linguagem artística do Maracatu de Baque Virado para compor outras musicalidades, promovendo misturas com diversos ritmos, danças e instrumentações, sem muitas vezes limitar-se a instrumentos percussivos (MARACATU, 2018).

A composição do Grupo de Maracatu Alvorada Nova é bem eclética tem sua base com os primeiros integrantes que iniciaram nas aulas de percussão, participaram das primeiras oficinas de confecção de tambores e batidas de Maracatu, cidadãos da comunidade do entorno, acadêmicos das universidades locais, artistas de outras áreas, estrangeiros que vivem em Foz do Iguaçu entre outros. Um grupo de participação livre e voluntária na sua maioria que defende a diversidade, busca a inclusão social, segue os princípios da economia solidária, deste destaca a cooperação e a solidariedade, por meio da igualdade a busca do bem viver.

3.1.3 Foz do Iguaçu cidade de cultura e diversidade

Foz do Iguaçu, uma cidade cosmopolita localizada geograficamente numa tríplice fronteira, Brasil – Argentina – Paraguai, um lugar onde se respira diversidade cultural, se não bastasse estes três povos com uma história recente muito interessante, comporta mais de 90 nacionalidades vivendo em harmonia, essa terra recebeu imigrantes de quase todo o mundo, são mais de oitenta etnias vivendo harmoniosamente em Foz do Iguaçu (SMTU, 2018).

Em uma cidade com tanta diversidade cultural, o Maracatu um Patrimônio Cultural Brasileiro precisava estar presente. Foi esse pensamento uma das motivações para fazer esta pesquisa neste território, uma manifestação cultural tão importante para o Brasil estar tão bem representada na região Sul do país já desperta a atenção.

Foz do Iguaçu considerado um dos principais destinos turísticos do Brasil, agraciada com uma das mais lindas paisagens natural do mundo, as Cataratas do Iguaçu, uma cidade com belezas próprias, além da natureza presente no cenário uma população receptiva e interessante. As peculiaridades são descobertas a cada

passo no município, uma construção diferente devido às varias etnias que vivem na cidade, um idioma estrangeiro é conversado ao lado, uma vestimenta tradicional de outro país, em falar do aroma que às vezes se presencia devido à variedade gastronômica. Diante dessa diversidade, nas atrações culturais não se poderia esperar outra coisa, então se descobre que um patrimônio cultural do Brasil, de origem nordestina está representado nesta terra de surpresas, o maracatu.

Nem tudo são maravilhas, é certo que o impacto desta cultura, a resistência perante a diversidade existe, não foi sempre um mar de rosas pode se dizer, surgiram a atitudes preconceituosas, a falta de recursos, as frustrações, as dificuldades que parecem pequenas, mas que em certos momentos são desanimadoras, como exemplo a falta de um simples transporte para o deslocamento à uma apresentação. Essa e outras situações poderiam determinar o fim de um projeto ou de um sonho, mas a união do coletivo superou e vem superando estes degraus, a cidade devido as suas características adversas de qualquer outro município brasileiro como apresenta dificuldades, porém também oferece oportunidades.

Uma representação dessas oportunidades surgiu por meio das instituições de apoio e instâncias de governança que devem estar preparadas para essas adversidades, os contatos entre os órgãos, as relações interpessoais e as articulações entre instituições de apoio e fomento são ferramentas que devem ser utilizadas pelo empreendimento, sobretudo uma iniciativa cultural que por suas características de trabalho e modo de vida sofrem discriminações.

O Grupo Maracatu logo no início de sua composição procurou o então na época ainda Projeto INDIOS da UNIOESTE, uma projeto de incubadora social que tem como principal objetivo dar formação e orientar empreendimentos solidários sob a luz dos princípios da economia solidária que são: cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade, os quais seus fundamentos foram amplamente tratados no início desta pesquisa.

Durante o tempo de incubação, o qual varia para cada empreendimento de acordo com suas características, atores envolvidos, interesse e disponibilidade, membros do grupo participaram de formações, cursos, desenvolveram técnicas e participaram de eventos, tanto para aquisição de conhecimentos quanto oportunidades de mostrar o trabalho do grupo, por diversas vezes participaram da

programação cultural de eventos científicos em universidades, inicialmente com o auxílio da INDIOS na articulação e contatos, mas com as apresentações passaram a ser procurados diretamente. Essas experiências no começo voluntárias começaram a ser uma possibilidade de geração de trabalho e renda, isso serviu de motivação e inventivo à melhoria da qualidade das apresentações do grupo.

O trabalho de incubação tem o cuidado de ser imperceptível, a incubadora não precisa aparecer e sim a iniciativa, desta forma consegue trabalhar em parceria com o empreendimento sem interferir nas decisões e outros parceiros que possa angariar. Neste sentido, as parcerias com a Casa do Teatro, com a Fundação Cultural do município e outras instituições tiveram continuidade.

O ritmo do processo de incubação é dado de acordo com as necessidades e demandas de ambos os lados, é uma metodologia que exige uma parceria assim como o empreendimento precisa conhecer técnicas e ferramentas para trabalho de forma coletiva, a incubadora também aprende com a prática, registrando e analisando os resultados da evolução e se não for o caso os motivos da falta de avanço. Assim como ter a atenção com o caminho que o empreendimento vai tomando tanto no lado financeiro quanto com as obrigações sociais a que se propõe, neste contexto é fundamental que seja acompanhado paulatinamente a aplicação dos princípios da economia solidária.

3.2 OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GRUPO DE MARACATU

A importância do local onde se desenvolve um projeto é essencial para o sucesso deste, por isso a preocupação de caracterizar o território de atuação deste Grupo de Maracatu, sem falar da importância de levar facilmente uma atração cultural de origem nordestina para outros dois países, Argentina e Paraguai. Em que outra cidade um grupo teria uma evolução tão rápida começando de um coletivo de percussionistas iniciantes para uma das referências culturais de um município como Foz do Iguaçu em cinco anos. Sem dúvida merecem serem pesquisados, quais são as estratégias ou princípios que utilizam além dos talentos para manter um crescimento cultural, financeiro e social.

É neste momento que entra a Economia Solidária, será que os princípios aplicados deste fenômeno contribuiu para este avanço, como funcionou e é mantida a forma organizacional interna do Grupo de Maracatu. Nas observações se verifica que as informações, o controle de participação, a demanda de tarefas, o

planejamento de metas a pequeno e longo prazo são realizadas de maneira bem tranquila, sempre buscando a opinião de todos se preocupando com as decisões coletivas, características da autogestão.

A autogestão, portanto teve e tem um papel importante nesta evolução organizativa, no início como se tratava de uma iniciativa cultural a prestação de serviço era voluntária com um caráter informal, quando assumiam um compromisso não havia nada que obrigasse o membro a comparecer no horário e participar de forma responsável na execução de sua parte no conjunto, o contrato social existente no grupo é baseado no respeito ao seu colega e a confiança no seu colega do grupo. Por isso as decisões devem ser coletivas, a autogestão é a melhor forma afinal cada um escolheu e se comprometeu a realizar aquela tarefa e daquela forma.

Na perspectiva da Economia da Cultura, a autogestão é uma ferramenta muito interessante e útil, no entanto não tem a mesma eficácia se não carregar dois elementos, a autonomia e o protagonismo.

Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social (TURINO, 2010, p. 24).

O Ponto de Cultura remete a um conceito de política pública, no entanto somente recebeu este status pode-se assim dizer quando foi implantado o Programa Cultura Viva pela Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura, quando o Secretário da época Celio Turino idealizador e coordenador do Programa, que trouxe a experiência que teve com a criação de Pontos de Cultura enquanto secretária de cultura em Campinas-SP cargo que exerceu na década de 1990 e sistematizou o Programa Cultura Viva e o Projeto de Ponto de Cultura e levou para o MinC.

Cultura Viva é a cultura feita dentro de contextos, a cultura feita pela gente, a cultura que não é estandardizada, não é uma mercadoria e Ponto de Cultura é a potência, a capacidade de agir de transformar a criatividade das pessoas que todos tem mas é muito reprimida não só aqui no Brasil mas no mundo porque sempre se inverte sempre trabalha a política pública a partir da carência, da falta e não da potência daquilo que cada um tem de bom e que as pessoas podem utilizar de melhor (TURINO, 2012)

Ao potencializar as pessoas a partir de sua arte se promove o empoderamento dos sujeitos sociais. “Sujeitos que intervêm em sua realidade, desde os hábitos cotidianos até a elaboração de políticas de desenvolvimento local” (TURINO, 2010, p. 26).

O espírito cooperativo sem dúvida está presente o tempo todo no grupo, desde a reunião dos instrumentos para o ensaio, concerto e conservação destes até auxílio nas dificuldades pessoais de um membro, no grupo sempre se encontra um abrigo, as pessoas se respeitam e se tratam como uma família. Essas atitudes são fundamentais para um bom desempenho do conjunto, o Maracatu não é feito de uma só batida, o baque é coletivo, mesmo que um leigo ou pessoa que está assistindo pela primeira vez possa pensar e possa parecer uma bagunça de sons, logo que vai apurando sua audição e vai verificando a beleza da batida, a harmonia do conjunto, a variedade de sons e o ritmo contagiante.

Existe uma atitude de cooperação ao colega na hora da batucada e se estende também nas demais ações do grupo, somente assim se pode manter um grupo coeso e forte. A cooperação está presente em todas as ações do grupo, na batida, no canto, na alegria, mas também na hora de transportar os instrumentos, o membro não deve se preocupar somente com o Gonguê que toca, mas também com o colega que deve carregar o tambor para o transporte.

A cooperação está intrínseca na economia da cultura, então a prática que já existia no grupo alinhou com um dos propósitos do ponto de cultura,

O Ponto de Cultura pode ser (ao menos este é o desejo) um ponto de apoio a romper com a fragmentação da vida contemporânea, construindo uma identidade coletiva na diversidade e na interligação entre diferentes modos culturais. Quem sabe, um elo na “ação comunicativa”, como na teoria de Jürgen Habermas (TURINO, 2010, p. 24-25).

A Teoria da ação comunicativa foi desenvolvida pelo alemão Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo, a qual “realça no agir pedagógico a ação comunicativa, entendida como interação entre os sujeitos por meio do diálogo, para se chegar a um entendimento e cooperação entre as pessoas nos seus vários contextos de existência” (LIBÂNEO, 2005).

A Ponto de Cultura para o governo sua visão de política pública é visto como um agente de assistência à população para o fomento à cultura, no entanto, como Turino (2010, p. 24) explica é “um elo na articulação em rede”.

O Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social (TURINO, 2010, p. 24).

No Grupo de Maracatu Alvorada Nova a preocupação com o outro está presente de várias formas, desde o início de sua formação quando o mestre e coordenador do grupo decidiu montar o grupo ele não pensou somente nele, a sua missão era com o próximo, com a comunidade e com a cultura. A autonomia para autogestão e o protagonismos social mediante a cooperação auxilia o grupo a executar outro princípio da economia solidária que este autor tem como talvez o mais importante e a base de todo o processo, a solidariedade.

[...] ampliando a capacidade de interpretação do mundo, reequilibrando ordens legítimas que regulamentem a relação entre grupos sociais e garantam a solidariedade entre eles, poderemos abrir um novo canal de entendimento (intercompreensão) e afirmação das identidades sociais e pessoais. (TURINO, 2010, p. 24).

Na rotina das atividades do grupo a solidariedade está presente senão o tempo todo, em vários momentos, como na distribuição das tarefas quando algum membro nota que a carga atribuída a outro se coloca a disposição para dividir a responsabilidade, na distribuição justa dos resultados alcançados considerando que às vezes é necessário reinvestir para a evolução financeira do grupo ou melhoria da qualidade dos equipamentos, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares tanto na batucada com nas dificuldades pessoais e principalmente na colaboração de um ambiente saudável em busca de um desenvolvimento sustentável.

Os três princípios da economia solidária percebidos no Grupo de Maracatu são deveras importantes, no entanto as ações econômicas se bem implantadas refletem a sustentabilidade necessária para o empreendimento. Neste caso o apoio externo foi fundamental, num contexto histórico desde a formação onde o apoio dos gestores do Teatro Barracão em ceder o espaço sem custo financeiro, a Mãe Marina

que emprestou de forma gratuita os tambores para as primeiras oficinas, o apoio da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu e do Programa INDIOS/UNIOESTE¹⁰ nas aquisições de materiais, passagens entre outros para realização das Oficinas de Confecção de Tambores e outros instrumentos, apoios obtidos de outros parceiros em variados custos, em transportes como exemplo. Importante mencionar que em muitos momentos os próprios membros fizeram colaborações de diversas formas a fim de dar continuidade nos trabalhos ou cumprir algum compromisso assumido.

A ação econômica num empreendimento deve ser um objetivo constante, são as ações bem planejadas que fortalecem as relações econômicas e articulações necessárias para o grupo ter a segurança e motivação imprescindíveis para o bom desempenho do grupo.

Ainda neste contexto histórico no início das apresentações do grupo o trabalho era voluntário, por ser uma forma nova e impactante de manifestação cultural, foi preciso ocupar o espaço no mercado cultural. Na parceria com a INDIOS num formato de troca eram realizadas apresentações oportunizadas pelas articulações da incubadora em eventos científicos e ações solidárias, a contrapartida era a associação do grupo com iniciativas sociais e solidárias. Na medida em que a qualidade das apresentações foi evoluindo as oportunidades com algum retorno financeiro foram aparecendo, hoje são convidados a participar e conforme o evento é possível algum retorno financeiro.

Outra parceria importante foi com a Fundação Cultural de Foz do Iguaçu que sempre que possível inseria o grupo no calendário e nas programações culturais do município. Mas sem dúvidas o grande divisor de águas pode-se assim dizer, o grande salto para a consolidação do grupo foi a possibilidade de participar do Programa Cultura Viva, no edital do MinC, com a chamada para seleção de Pontos de Cultura.

A experiência adquirida, a estabilidade do grupo mostrava condições necessárias para participar do edital e serem selecionados, no entanto o coletivo apesar de ser reconhecido no aspecto jurídico ainda era informal o que desabilitava o grupo para o edital. Foi então que novamente a cooperação do Centro de Cultura Popular, entidade com personalidade jurídica que já desenvolvia trabalhos conjuntos com o grupo num processo de decisão coletiva efetivaram a parceria e submeteram

¹⁰ O Projeto INDIOS devido a demanda e necessidade de adequação para ampliação da atuação tornou-se Programa INDIOS. O Projeto continua mas na função de identificação de coletivos potenciais, as incubações são coordenadas pelo programa.

o projeto do Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova, o qual foi aprovado e ampliou as possibilidades de atuação do grupo.

[...] o Ponto de Cultura potencializa iniciativas já em andamento, criando condições para um desenvolvimento alternativo e autônomo, a fim de garantir sustentabilidade na produção da cultura. É a cultura entendida como processo e não mais como produto (TURINO, 2010, p. 27).

O projeto foi realizado suprindo as necessidades financeiras de manutenção do grupo e atendeu todas as metas propostas no projeto, no entanto o principal retorno para o grupo foi à consolidação e o reconhecimento do grupo, como Ponto de Cultura e como um agente multiplicador de cultura no município. Com as ações do grupo as oficinas coordenadas por membros originais do grupo o Maracatu ficou conhecido em todo o município e plantou sementes deste patrimônio cultural imaterial brasileiro. Hoje foram criados grupos de maracatu nas regiões da cidade podemos destacar o Grupo Caburé, o Baque Jovem, o Baque Mulher e está expandido para os países vizinhos em Ciudad Del Este no Paraguai e em Puerto Iguazu na Argentina, os quais estão fase de formação na data desta pesquisa.

O projeto financiado pelo MinC terminou e o Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova continua atuando realizando oficinas, participando de editais, realizando apresentações e cumprindo com seu papel social, dando oportunidade de geração de trabalho e renda, promovendo a inclusão social e levando a cultura para comunidade. “O empoderamento social nos Pontos de Cultura pode provocar transformações que vão muito além da cultura em um sentido estrito e desencadear mudanças nos campos social, econômico, de poder e valores” (TURINO, 2010, p. 27). O problema segundo Dowbor (2017, p. 19) trata-se de uma mudança cultural, não é falta de meios técnicos ou de recursos financeiros, mas de atitude organizada de convívio para que as coisas funcionem, para isso é preciso o empoderamento do próprio conhecimento.

É o que a gente chama de imaterial: design, pesquisa, conhecimento. Estamos entrando na economia do conhecimento com extrema rapidez. E isso é absolutamente revolucionário. Mais da metade do valor criado hoje no planeta consiste em conhecimento incorporado. (DOWBOR, 2017, p.19).

Os técnicos, administradores, economistas sempre tiveram a função de organizar, otimizar a alocação dos escassos recursos, os bens matérias sempre foram rivais, mas o conhecimento não (DOWBOR, 2017, p.19). Se o mestre tem um

tambor e passa para um batuqueiro, o batuqueiro terá um tambor e o mestre não mais apenas um terá o tambor, no entanto se o mestre ensinar um batuque ao batuqueiro, o mestre continuará sabendo o batuque e o batuqueiro também, isso é solidariedade. Porém para o batuqueiro pode soar diferente e daquele batuque criar outros batuques tornando um processo infinito se deslocando e ampliando numa rapidez incrível, isso não é competitividade é cooperação.

Uma vez o conhecimento criado pode se espalhar pelo mundo, se tiver a autonomia para passar o batuque a quem quiser será protagonista da sua ação, isso é empoderamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RELAÇÃO ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA DA CULTURA

A economia solidária avançou além da esfera da economia, fato que é claramente demonstrado no sistema político onde a ética e a honestidade estão considerados como valores secundários, onde os representantes do povo, eleitos para primar pelos valores morais, serviços básicos de bem estar à sociedade, legislar em favor da sua nação, defender os menos favorecidos, atuam de forma ilegal e mesquinha visando apenas o benefício próprio em detrimento dos direitos conquistados pelos trabalhadores. O Estado executa ações voltadas ao enfraquecimento dos sindicatos, decisões menosprezam a importância do ensino público, a falência dos serviços básicos de saúde, o descaso com a educação, o aumento de taxas, impostos entre outras iniciativas governamentais que provocam questionamentos em relação ao sistema democrático e colocam em risco a sobrevivência do trabalhador enquanto cidadão capaz de manter sua família de maneira digna.

Neste contexto se justifica esta pesquisa, que verificou numa iniciativa cultural uma alternativa de trabalho e renda que pode fortalecer a preservação do patrimônio cultural imaterial brasileiro. O objeto desta pesquisa, o Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova teve início na vontade de alguns cidadãos que amam a cultura e precisam sobreviver nesta sociedade dominada pelo capitalismo, se preocupam com a inclusão social e o respeito à diversidade, contribuem para melhoria da autoestima individual e coletiva e lutam pelo empoderamento de sua arte.

Durante a pesquisa pode se comprovar que os princípios da economia solidária estiveram presentes desde a composição do grupo e seguem sendo aplicados na rotina do grupo, que foi fundamental a aplicação de princípios como a cooperação e solidariedade. Os quais pode se considerar uma tradição nas relações do grupo, a autogestão é uma tentativa constante e necessária na gestão do empreendimento e as ações econômicas se resumem numa batalha diária para poder motivar o grupo e atender também aspirações individuais.

Na dimensão cultural representado pela Economia da Cultura se pode afirmar que quanto à autonomia o empreendimento avançou bastante, no entanto é preciso consolidar sua personalidade jurídica para poder ser protagonista de todas as suas

ações sociais e econômicas, considerando que já detêm conhecimento suficiente para promover esta autonomia, fato são os efeitos multiplicadores com a criação de outros grupos e baques.

O caso Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova pode ser considerado um sucesso, cada membro contribuiu para o destaque coletivo e deve ter um orgulho da sua contribuição, muitos saem e outros chegam, o mundo é feito de experiências, mas o importante é que o grupo deverá se manter por muito tempo levando alegria e cultura. O fato é que a pesquisa se constatou que o Grupo Maracatu Alvorada Nova se tornou um caso de referência para outras manifestações culturais, para outras áreas da cultura e estão procurando se organizar aos moldes do Grupo de Maracatu Alvorada Nova para criar, resgatar, preservar a cultura, mas também produzir cultura e promover trabalho, renda e inclusão social.

Neste contexto o conhecimento adquirido pode ser replicado, abrindo possibilidades de novos projetos e estudos, os quais já se tornam realidade, membros da INDIOS/UNIOESTE conhecedores deste caso de sucesso, atentos à demanda da comunidade cultural, elaboraram o Projeto de Extensão Universitária Incubadora de Organizações Criativas e Artísticas (IOCA), voltado à Economia da Cultura e Economia Criativa aplicando os princípios da Economia Solidária. O formato de incubadora para prestar apoio, formação, e capacitação às iniciativas culturais das diversas áreas e aos órgãos oficiais de cultura, tais como secretarias e departamentos de cultura, fundações e institutos de cultura e conselhos municipais de políticas culturais.

Concluindo a pesquisa verificou que em Foz do Iguaçu cada dia tem se tornado mais comum essa aproximação com a cultura de outras regiões do país, o que abre um campo de trabalho e pesquisa sem precedentes. Na opinião deste pesquisador é perfeitamente viável essa agregação à diversidade cultural existente neste município. Foz do Iguaçu que recebe tantas representações culturais de outras etnias, porque não agregar as culturas de outras regiões do país, afinal o geralmente é mencionado que o Brasil tem dimensões continentais, se Foz do Iguaçu tem espaço para o mundo também tem espaço para o Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARO, R. R. **Economia solidária e os novos movimentos sociais**. Revista Economia Solidária. 2014. Disponível em: <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-4190_pt.html>. Acesso em: 08/06/2017.

AMMANN, S. B. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.

ANDION, C. **Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática**. In: RAP. n. 32, jan./fev. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7680/6246>>. Acesso em: 08/06/2017.

ARISTIDE, K. S. **Definições economia solidária (ES)**. Cirandas, 2012. Disponível em: <http://cirandas.net/mapeamento/definicoes>. Acesso em: 11/12/2017.

ARRUDA, D. de O.; MARIANI, M. A. P. **A construção dos fundamentos conceituais da Economia Solidária**. Revista Política & Sociedade. V. 12, Nº 25, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2013v12n25p99>>. Acesso em: 02/11/2017.

ARRUDA, M. **Humanizar o infra-humano. A formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Economia Solidária e o Renascimento de uma Sociedade Humana Matrística**. IV Forum Social Mundial. Painel: Por uma economia do povo: realidades e estratégias do local ao global. Mumbai, Índia, 2004.

BAUTISTA, J. de J. E. **Comunicación, sociedad civil y economía solidaria: una respuesta alternativa ante la actual crisis del capitalismo global**. RAZÓN Y PALABRA Primera Revista Electrónica en América Latina Especializada en Comunicación. www.razonypalabra.org.mx. Tecnologías digitales, pantallas y lenguaje audiovisual NÚMERO 82 MARZO - MAYO 2013. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/N/N82/V82/14_Esparza_V82.pdf>. Acesso em: 08/09/2017.

BERTUCCI, A. de A. *et al.* **Economia solidária: outra economia a serviço da vida acontece**. Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC. Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/filesmf/1452533507cader_no_economia_WEB.pdf>. Acesso em: 13/11/2017.

BERTUCCI, A. de A.; SILVA, R. M. A. da (Orgs.). **20 anos de economia popular solidária. Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS** 1ª edição Brasília, maio de 2003.

BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de Política**. 5.ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOURDIEU, P. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. In: O poder simbólico. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004. Disponível em: < [https://ciencias.tecnologiassociedades.files.wordpress.com/2011/10/pierre_bourdieu_os_usos_sociais_da_cic3aancia.pdf](https://ciencias.tecnologiassociedades.files.wordpress.com/2011/10/pierre_bourdieu_os_usos_sociais_da_ciencia.pdf)>. Acesso em: 08/10/2016

BUBER, M. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1945.

CARNEIRO, V. **Entre o público e o privado: uma reflexão sobre o lugar da ação política na prática da economia solidária no Brasil**. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos (Org). Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2011.

CARRIÓN, J. J. J. **La economía social y el desarrollo local: fundamentos y elementos de conexión**. In: ARUFE, Josefa Eugenia Fernández et al. (Coord.). Estudios de economía social. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.

CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CHANIAL, P.; LAVILLE, J. **Associativismo** In: Cattani, A.; Laville, J.-L.; Gaiger, L. I.; Hespanha, P. (orgs.) *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/CON1988.pdf. Acesso em: 21/07/2018.

CORAGGIO, J. L. **Desenvolvimento humano e educação**. São Paulo: Cortez & Instituto Paulo Freire, 1996.

_____. **Política social & economia del trabajo. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad**. Buenos Aires/Madrid, Myño & Dávila Editores, Universidad Nacional de General Sarmiento, 1999.

_____. **Economía Social Y Solidaria. El trabajo antes que el capital**. 2011. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/economiasocial.pdf>. Acesso em: 20/11/2017.

COSTA, C. A. F.; CULTI, M. N.; SOUZA, A. L.; **Dimensões da economia solidária no Brasil**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/300.pdf>. Acesso em: 13/04/2018.

CRUZ, A.; SANTOS, A. M. **A economia solidária e as novas utopias: permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico**. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos (org). Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2011.

CRUZ, A. **Crise financeira e economia solidária**. In: XXVII Congresso ALAS, Buenos Aires, 2009. Buenos Aires: FCSO/UBA, 2009. Disponível em: <<http://antares.ucpel.tche.br/nesic/crisefinanceiraeecosol.pdf>>. Acesso em: 09/10/2017.

CULTI, M. N. **Economia solidária no Brasil – Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários** – São Paulo : Todos os Bichos, 2010.

CUNHA, G. C. **Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa incubadora de cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP**. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. USP, 2002.

DOWBOR, L. **Economia solidária: novos paradigmas culturais**. In: Economia solidária da cultura e cidadania cultural: desafios e horizontes. SERRA, N.; FARIA, H. (ORG). São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2016

FARIA. G. **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares se firmam cada vez mais como opção para estimular a inclusão social no país**. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/digital/27/solucoes-tipicamente-brasileira/>. Acesso em: 15/04/2018.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **A experiência de gestão e organização do movimento de economia solidária no Brasil**, 2006. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c725c2c79.pdf>. Acesso em: 11/11/2017

_____. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Relatório síntese da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: <http://fbes.org.br/download/documento-sintese-v-plenaria-nacional-economia-solidaria-1-pdf/>. Acesso em: 11/12/2017.

_____. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Carta política da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: <http://fbes.org.br/2012/12/19/carta-politica-da-v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria> .Acesso em: 11/12/2017.

FERRÁNDEZ, J. J. G.; ECHARRI, S. I.; BELDARRAIN, C. S. **Economía solidaria para construir una ciudadanía global**. Gobierno de Navarra. Departamento de Educación 1ª edición. Copysan, 2017. Disponível em: <http://ocsi.org.es/2017/08/09/economia-solidaria-para-construir-una-ciudadania-global/>. Acesso em: 11/12/2017.

FLIGSTEIN, N. **Habilidade social e a teoria dos campos**. REA – Revista de administração de empresas, v. 47, n. 2, abr./jun., p. 61-80, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol47-num2-2007/habilidade-social-teoria-campos>>. Acesso em: 08/06/2017.

FMS, Fórum Mundial Social. Histórico do processo FSM. Disponível em: <<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>>. Acesso em: 15/12/2017.

FRANÇA FILHO, G. A. **A perspectiva da economia solidária**. In: FISCHER, T. (Org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH, n. 39, jul./dez., p. 181-211. Salvador, 2003. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>>. Acesso em: 08/06/2017.

_____. **Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista.** Caderno CRH, n. 39, p. 181-211, jul./dez. Salvador, 2003.

GATTAI, S.; BERNARDES, M. A. **Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo.** Rev. Adm.. Mackenzie, V. 14, N. 6, Edição Especial São Paulo, SP. Nov./Dez, 2013. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/4495>. Acesso em: 09/12/2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008

GOMES, F. P.; KLEIN, M. J.; STEFFEN, M.; MARIANI, S. **Introdução à economia solidária.** Ministério do Trabalho e Emprego – M.T.E. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES Formação em Economia Solidária - Projeto Casa Brasil, Módulo 2. Disponível em:< <http://www.fidessocial.com.br/arquivos/EcoSol-caderno2.pdf>>. Acesso em: 07/12/2017.

GOERCK, C. **Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva brasileira.** Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005 Textos & Contextos Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 4, ano IV, dez. 2005

GOERCK, C.; FRAGA C. K. **Economia popular solidária no Brasil: um espaço de resistência as manifestações de desigualdade da questão social.** Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI. Vol.6, N.9: p.103-111, Maio/2010. Disponível em: <http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_009/artigos/artigos_vivencias_09/n9_13.pdf>. Acesso em: 06/10/2017.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos.** 2ª Ed. Edições Loyola. São Paulo, 2000.

_____. **Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo.** Disponível em: http://www.portoiracemadasartes.org.br/wp-content/uploads/2016/04/portoiracemadasartes_sbs2011_gt13_maria_da_gloria_gohn.pdf. Acesso em: 08/12/2017.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. **Economia Popular.** In: CATTANI, A. D. A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

KUYVEN, P. S.; KAPPES, S. A. **II Mapeamento da economia solidária região sul** – Cartilha informativa. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo-RS: 2013.

JUSTINO, M. J. **Cooperativismo popular reinvenção de laços de solidariedade pela Universidade Cidadã.** In: JUSTINO, M. J. (Org.) Incubadora Tecnológica de Cooperativas populares: a experiência da UFPR. PROEC, 2002.

LAVILLE, J. L. **A economia solidária: um movimento internacional**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, Março 2009: 7-47. Disponível em:<<http://www.jeanlouislaville.fr/pt-pt/revista-critica-de-ciencias-sociais-n84/>>. Acesso em: 08/10/2017.

_____. **Solidariedade**. In: CATTANNI, A. D. et al. Dicionário Internacional da Outra Economia. Série Políticas Sociais. São Paulo: Almedina, 2009.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.. **“Economia solidária”**. In: HESPANHA, Pedro et al. Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2009.

LECHAT, N. M. P.. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. In: II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - UNICAMP, em 20/03/2002. Anais. Campinas: UNICAMP, 2002. Disponível em:< http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3278_pt.html>. Acesso em: 11/12/ 2016.

_____. **Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?** Civitas – Revista de Ciências Sociais, Ano 2, nº 1, junho 2002.

LEITE, M. de P. ARAÚJO, A. M. C.; LIMA, J. C.. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. 1 ed. São Paulo: Annablume Editora, 2015.

LIMA, J. C.. **Economia solidária: de movimento social a política pública**. In.: LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A. M. C.; LIMA, J. L.. O trabalho na Economia Solidária: entre a precariedade e a emancipação, Annablume, 2015.

LIBÂNEO, J. C.. **As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na Educação**. In: Libâneo, J. C.; Santos, A. (Org.). Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. 1ed.Campinas (SP): Alínea, 2005.

LISBOA, A. de M.. **Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites**. Revista de administração de empresas, São Paulo, v. 45, n. 3, jul./set. 2005. Disponível em: http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902005000300009.pdf. Acesso em: 12/11/2017.

MANCE, E. A.. **Redes de Colaboração Solidária**. Como gerar trabalho e renda em nossa comunidade. Cartilha – Curitiba, IFIL, 2000.

_____. **Redes de Colaboração Solidária**. Curitiba, IFIL, 2002. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/redecolaboracao-pt.pdf>. Acesso em: 09/11/2017.

_____. **A revolução das redes. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARACATU. Disponível em: <<http://maracatu.org.br/>>. Acesso em: 25/03/2018.

MELO, N. A. de. **Economia solidária e mundo do trabalho: possibilidades, limitações e contradições para o processo de desenvolvimento econômico.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. (Coleção PROPG Digital- UNESP). ISBN 9788579836060. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126217>>. Acesso em: 09/08/2016.

MELO B., A. **Novos movimentos sociais e economia solidária: uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação.** Dissertação apresentada ao Mestrado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

MELLO, R. E. S. de. **Economia solidária: de movimento social à objeto de políticas públicas – limites e possibilidades na relação com o estado.** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro – RJ, 2006.

MELUCCI, A. **Um objetivo para os movimentos sociais.** Lua Nova Revista de Cultura e Política. Nº 17. São Paulo-SP. Junho, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>. Acesso em: 10/12/2017.

_____. **Para uma teoria dos movimentos sociais.** In: Melucci, A. invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MEUSBURGER, Rose. **O que é economia da cultura? É o mesmo que economia criativa?** 2018. (22m36s). Disponível em: <<https://www.elaborandoprojetos.com.br/economia-da-cultura/#.W3jrAs5KjIU>>. Acesso em: 05/07/2018.

MONTOYA, A. **Manual de economía solidaria.** UCA. 2009. Disponível em: <https://www.economiasolidaria.org/sites/default/files/Aquiles_Montoya_MANUAL_ECONOMIA_SOLIDARIA.pdf>. Acesso em: 10/12/2017.

MOTTA, E. de S. M. G. **A ‘outra economia’: um olhar etnográfico sobre a economia solidária.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/72/teses/EugeniadeSouzaMelloGuimaraesMotta.pdf>>. Acesso em: 12/08/2017.

MT. MINISTÉRIO DO TRABALHO DO BRASIL. **Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).** Disponível em: <[Trabalho/Secretariahttp://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes](http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes)>. Acesso em: 13/12/2017.

_____. MINISTÉRIO DO TRABALHO DO BRASIL. **Economia solidária.** Agosto, 2015. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/o-que-e>. Acesso em: 12/11/2017.

MTE.SIES. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DO BRASIL **Sistema de informações e indicadores de economia solidária**. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>. Acesso em: 09/12/2017.

NASCIMENTO, E. R. **Princípios da economia solidária**. Brasília, 2006.

NOGUEIRA, S. **Você sabe qual é a origem da palavra economia?** Dicas de Português. Postado em 20/03/2013, Quarta-feira, às 12:39. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/blog/dicas-de-portugues/post/voce-sabe-qual-e-a-origem-da-palavra--economia.html>>. Acesso em: 09/09/2017.

NUNES, D. **A economia solidária como projeto de sociedade**. In. Bahia. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia sustentável. Salvador: SETRE, 2011.

OLIVEIRA, F. F. de; DRUMOND, V. R. S. **Participação social e economia solidária: caminhos para a cidadania no Brasil**. Revista Symposium, Lavras, Ed. 18, v. 9, n. 2, p. 68-83 Jul/Dez 2011

OLIVEIRA NETTO. L. V.. **A economia social e solidária como alternativa de enfrentamento à pobreza**. Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. II Jornada Internacional de Políticas Públicas - Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp_III/html/Trabalhos2/Luciana_Vargas_Netto_Oliveira294.pdf>. Acesso em: 11/12/2016.

PASTANA, G. I. I. **Economia solidária: educação e autonomia**. 1 ed, Rio de Janeiro: tecnoart2, 2011.

PICOLOTTO, E. L.. **Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo**. Otra Economía – Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidária. Volumen II - Nº 3 - 2º semestre/ 2008. Disponível em: www.riless.org/otraeconomia. Acesso em: 22/11/2017.

Ponto de Cultura Maracatu Alvorada Nova. Disponível em: <https://www.facebook.com/maracatu.alvoradanova/>. Acesso em: 08/03/2018.

RANGEL, R. R.; MANOLESCU, F. M. K. **Economia solidária pela perspectiva histórico-teórica**. REGS – Revista Educação, Gestão e Sociedade: Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 2, número 8, dezembro de 2012. Disponível em: <www.faceq.edu.br/regs>. Acesso em: 02/08/2017.

RAZETO, L. (1993). **Economia de solidariedade e organização popular**. In: GADOTTI, M. (org.). Educação comunitária e economia popular. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

REDE de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. **Políticas Públicas em Economia Solidária: reflexões da Rede de Gestores**./ Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Centro de Estudos e Pesquisa Josué de

Castro. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Recife: Ed. Universitária da UFPE. Recife, 2008.

RILESS. Red de Investigadores Latinoamericanos de Economía Social y Solidaria **Experiencias de Economía Social y Solidaria: compartiendo estrategias y aprendizajes**. Hegoa - Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional de la Universidad del País Vasco. REAS – Red de Economía Alternativa y Solidaria de Euskadi.. Emaús Fundación Social –EFS. Papeles de Economía Solidaria. Ekonomia Solidarioaren Paperak. Número 2, Diciembre, 2011

ROSE, R. E. O conceito de solidariedade em Durkheim. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-conceito-de-solidariedade-em-durkheim/74780#ixzz54sq2RMjy>>. Acesso em: 09/10/2017.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999. Disponível em: <<http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BMNov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>>. Acesso em: 12/05/2017.

SANTOS M., A.; CARNEIRO V. G. **O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade**. e-cadernos CES [Online], 02 | 2008. Disponível em: <http://eces.revues.org/1260>. Acesso em: 09/12/2017.

SANTOS S., K. **Economia solidária e educação: uma cumplicidade possível?** Dissertação. Mestrado em Planejamento Regional de Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes – UCM. Campos dos Goytacazes, 2003.

SANTOS, V. C. **Economia solidária: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira**. Orientadora, Adriana de Azevedo Mathis, 2010.

SANTOS, B. de S.; CUNHA, T. (Eds). **Outras economias**. Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul. Vol. 3, Junho, 2015.

SARDÁ, M. **Economia solidária e Autogestão**. TEXTOS. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Tecnologia (COPPE). Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação em Engenharia. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP).

SCARANO, R. C. V. **Economia solidária e as configurações do trabalho. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/anais-joinpp-2015.html> >. Acesso em: 10/09/ 2017.

SEED - Secretaria Estadual de Educação do Paraná. **Contribuições de Émile Durkheim**. Disponível em: <http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=167#solidariedade_social>. Acesso em: 10/09/ 2017.

SIES. ECOSOL. **Bem-vindo ao site do Projeto SIES**. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/>. Acesso em: 13/12/2017.

SIMON, V. P. **Redes de movimentos sociais e economia solidária: uma interação promissora**, III Colóquio Internacional de Epistemologia Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis, SC, 2013.

SINGER, P. **Aprender economia**. 9ª ed. São Paulo. Editora Brasiliense: 1988.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3. Ed.. São Paulo. Contexto; 1999.

_____. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo: 2002.

SINGER, P. **Economia Solidária: Entrevista com Paul Singer**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 22, n. 64, p. 289-314, 2007.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **Economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SILVA, M. N. **A economia solidária e as novas possibilidades do mundo do trabalho**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, 2010. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.30400&seo=1>>. Acesso em: 12/12/2017.

SILVA B. J.; RICHTER, M. L. **O papel dos movimentos sociais em prol da economia solidária: possibilitadores de cidadania e inclusão social**. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/viewFile/2464/2109>. Acesso em: 11/10/2017.

SILVA C., L. A. **Autogestão na Economia Solidária: metodologias e práticas coletivas na formação de atores sociais**. Tese Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal - RN, 2015.

SILVA M., A. S. *et all*. Da cultura solidária: um desafio para as ações extensionistas da incubadora de empreendimentos solidários (IESOL–UEPG). Disponível em: <http://files.iesol.webnode.com/200001118dd0e3de06a/Cultura%20solid%C31ria.pdf>. Acesso em: 11/09/2017.

SILVA S.; P. **Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória**. Mercado de Trabalho. Economia Solidária, 61. Outubro, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7316/1/bmt61entidades.pdf>. Acesso em: 11/12/2017.

SMTU – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Projetos Estratégicos. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/turismo/?idMenu=722>. Acesso em: 20/07/2018.

SOUZA, J. C. M. **Economia solidária e desenvolvimento**. In: Bahia. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia sustentável. Salvador: SETRE, 2011.

SOUZA A. P. B. **Movimentos sociais à luz dos princípios fundamentais**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/49836/movimentos-sociais-a-luz-dos-principios-fundamentais>. Acesso em: 12/12/2017.

TIRIBA, L. V. **Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado**. In: FRIGOTTO, G. et al. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 6. ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

TURINO, C. **Célio Turino: Cultura Viva, Ana de Hollanda e novas propostas para a Cultura**. 2012. 20h28. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch>. Acesso: 27/07/2018.

_____. **Ponto de cultura: a construção de uma política**. Cadernos CENPEC v. 5, n. 7, 2010. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/61>. Acesso: 27/07/2018.

VALENTIM JR, S. L.; SOBOTTKA, E. A. **Movimento da economia solidária: a emergência de um movimento social pela humanidade**. III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUCRS, 2008. Disponível em: http://www.pucrs.br/research/salao/2008-IX/SalaoIC/index_files/main_files/trabalhosmostra/ciencias_sociais/62827.pdf. Acesso em: 08/12/2017.

VALIATI, L. **Introdução à economia: uma abordagem pratica** In: Economia da cultura: ideias e vivências / REIS, A. C. F., MARCO, K. (Org). Rio de Janeiro: Publit, 2009.

VALIATI, L.; CORAZZA, R. I.; FLORISSI, S. **O marco teórico-conceitual da Economia da Cultura e da Economia Criativa: uma revisão de contribuições selecionadas e de seus pressupostos**. In: Projeto “Perspectivas da Economia da Cultura: um modelo de análise do caso brasileiro” Ministério da Cultura / Fecamp. Disponível em: <file:///F:/material/modelo-brasileiro-de-economia-da-cultura.pdf>. Acesso em: 19/07/2018.

VILAR, E. R. **Sobre a Economia da Cultura**. *Comunicação & Cultura*, n.º 3, 2007, pp. 131-144. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10383/1/03_07_Emilio_Rui_Vilar.pdf. Acesso em: 20/07/2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Yin, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre : Bookman, 2001.

APENDICE A - CERTIFICADO DE PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO



Serviço Público Federal | Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

TITULAÇÃO

A Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na qualidade de Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, no uso de suas atribuições, e em decorrência da inscrição no Livro de Registro das Formas de Expressão em 03 de dezembro de 2014, confere o título de Patrimônio Cultural do Brasil ao Maracatu Nação.

Brasília, 10 de agosto de 2015.

Jurema Machado
Presidente do Iphan

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



Ministério da
Cultura



APENDICE B - FICHA TÉCNICA

 <p>MARACATU ALVORADA NOVA</p>	FICHA TÉCNICA
NOME: PONTO DE CULTURA MARACATU ALVORADA NOVA	
FUNDAÇÃO: 2013	
CIDADE: FOZ DO IGUAÇU – PARANÁ – BRASIL	
DESCENDÊNCIA: NAÇÃO DO MARACATU PORTO RICO	
SEDE: TEATRO BARRACÃO	
COORDENADOR: EDINEI ALISON CAPELARI	
Nº DE MEMBROS: (ROTATIVO) APROXIMADAMENTE 40.	